

ISSN 2358-0658

Julho a Dezembro de 2013

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MOARA

Estudos Linguísticos

40

PPGLUFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BELEM - PARÁ

Sumário

Editorial	03-04
A Invenção Do Índio Na Mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades <i>Ivânia dos Santos NEVES</i> <i>Maurício Neves CORRÊA</i> <i>Raimundo de Araújo TOCANTINS</i>	05-21
Que Rosto Tem Pierre Rivière? Subjetividade e memória do sujeito criminoso no cinema <i>Cecília BARROS-CAIRO</i> <i>Nilton MILANEZ</i>	22-36
Uma espada através do corpo de Dilma Rouseff: mídia, discurso e imagem <i>Pollyanna H. SILVA</i> <i>Simone Tiemi HASHIGUTI</i>	35-46
Práticas discursivas e função enunciativa na constituição do sujeito quilombola <i>Claudemir SOUSA</i> <i>Ilza Galvão CUTRIM</i>	47-56
Heterogeneidade mostrada em propagandas eleitorais no rádio para o Plebiscito 2011 <i>Flávia Marinho LISBÔA</i> <i>Hildete Pereira DOS ANJOS</i>	57-69
O vocabulário do garimpo artesanal de diamantes: das <i>funções da escala</i> ao <i>bater da peneira</i> <i>Maria Helena DE PAULA</i> <i>Gabriela Guimarães JERONIMO</i>	70-84
Atividades de formulação textual: a correção e as imagens de sujeito projetadas pelos coveiros da cidade de Belém <i>Anne Carolina Pamplona CHAGAS</i> <i>Maria Eulália Sobral TOSCANO</i>	85-99

EDITORIAL

Nesta edição 40 da Revista Moara, destinada aos Estudos Linguísticos, selecionamos 07 artigos produzidos por autores de diferentes regiões do país. Os 05 primeiros textos fazem parte de um dossiê da Análise do Discurso e se propõem a discutir sobre as diferentes materialidades de que se ocupa esta teoria interpretativa atualmente. Os dois artigos finais são fundamentados em teorias afins, Terminologia e Análise da Conversação.

No primeiro artigo, **A Invenção Do Índio Na Mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades** Ivânia dos Santos Neves, Maurício Neves Corrêa e Raimundo de Araújo Tocantins analisam como as produções midiáticas colocam em circulação três diferentes posições sobre o agenciamento das identidades indígenas: o silenciamento, o estereótipo e a pluralidade cultural.

No segundo artigo, **Que Rosto Tem Pierre Rivière? Subjetividade e memória do sujeito criminoso no cinema** Cecília Barros-Cairo e Nilton Milanez investigam os processos de constituição do rosto criminoso no cinema, considerando a memória das imagens e os saberes produzidos pelo discurso fílmico como compositores de uma trama enredada na configuração de um sujeito comprometido historicamente com a desordem jurídica e social.

Em seguida, no artigo **Uma espada através do corpo de Dilma Roussef: mídia, discurso e imagem** Pollyanna Silva e Simone Tiemi Hashiguti analisam uma página de jornal do Estado de S. Paulo, em que uma foto da presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Roussef, aparece atravessada por uma espada e descontextualizada da matéria que ela ilustra.

No quarto artigo, **Práticas discursivas e função enunciativa na constituição do sujeito quilombola**, Claudemir Sousa e Ilza Galvão Cutrim discutem as diferentes posições ocupadas pelo sujeito quilombola por meio da análise dos mecanismos discursivos que arquitetam uma letra de música composta pelos habitantes da comunidade quilombola Jamary dos Pretos (Turiaçu – Maranhão), em comemoração aos seus 170 anos.

Encerrando o dossiê, **Heterogeneidade mostrada em propagandas eleitorais no rádio para o Plebiscito 2011**, de Flávia Marinho Lisbôa e Hildete Pereira dos Anjos, analisa as propagandas eleitorais veiculadas no rádio durante o período de campanha eleitoral do plebiscito para a consulta sobre divisão do estado do Pará, ocorrido em 2011.

No sexto artigo **O vocabulário do garimpo artesanal de diamantes: das funções da escala ao bater da peneira** Maria Helena De Paula e Gabriela Guimarães Jeronimo analisam, por um viés terminológico, o vocabulário do garimpo artesanal de diamantes no município de Três Ranchos-Goiás.

O último texto, **Atividades de formulação textual: a correção e as imagens de sujeito projetadas pelos coveiros da cidade de Belém**, de Anne Carolina Pamplona Chagas e Maria Eulália Sobral Toscano, tomando como referência a Análise da Conversação analisam as imagens de sujeitos projetadas pelas correções, enquanto atividade de formulação textual, presentes nas narrativas orais dos coveiros das necrópoles públicas de Belém.

Boa leitura a todos!

Ivânia dos Santos Neves

A INVENÇÃO DO ÍNDIO NA MÍDIA: silenciamentos, estereótipos e pluralidades

MEDIA AND INDIGENOUS IDENTITY: silences, stereotypes and cultural pluralities

Ivânia dos Santos NEVES
Universidade da Amazônia (UNAMA)

Maurício Neves CORRÊA
Universidade da Amazônia (UNAMA)

Raimundo de Araújo TOCANTINS
Universidade da Amazônia (UNAMA)

RESUMO: A mídia representa hoje um dos mais privilegiados espaços de (re)produção das identidades. No Brasil, os 305 povos indígenas e suas 274 línguas nativas, frequentemente, são tomados como uma generalização e ainda hoje, em muitas produções midiáticas, silenciam-se as singularidades destas sociedades. Neste artigo, selecionamos como corpus de análise o filme-documentário Coluna Norte (1960), cenas da telenovela Uga Uga (2000) e dois perfis de Facebook de mulheres indígenas ativos em 2013. A partir das definições de rede de memória e de intericonicidade, analisamos como estas representações colocam em circulação três diferentes posições sobre o agenciamento das identidades indígenas: o silenciamento, o estereótipo e a pluralidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Intericonicidade. 2. Línguas Indígenas 3. Arqueologia

ABSTRACT: Nowadays, the media is one of the richest spaces to consider the production of identities. Currently, in Brazil, the 305 indigenous people and their 274 native languages often are taken as a generalization and still today in many media productions the silence about the singularity of these people is frequent. In this work, we selected as the *corpora* the documentary film Coluna Norte (1960), the scenes of soap opera Uga Uga (2000), produced by Rede Globo and the Facebook profiles of two indigenous women in 2013. From memory network settings and inter-iconicity we analyze how these indigenous representations put into circulation three different positions toward indigenous identities: silencing, the stereotype and cultural plurality.

KEYWORDS: Media; Indigenous Identity; Uga Uga; Coluna Norte; Facebook

1. Introdução

Desde os primeiros contatos estabelecidos entre os povos que habitavam as américas antes da colonização e as metrópoles europeias, as cartas e as imagens resultantes das expedições marinhas, as principais mídias do início do século XVI, deram início ao agenciamento das formas simbólicas sobre estes povos. A nudez e a antropofagia ganharam muito destaque, pois era necessário inventar um indígena selvagem, desprovido de racionalidade, a fim de que toda a sorte de desrespeito aos direitos humanos fosse justificada (NEVES, 2009).

A xilogravura a seguir é a segunda imagem que circulou na Europa sobre os povos indígenas da América, ele institui uma memória das imagens, que retoma a ideia do homem

das cavernas, bem diferente do indígena sul-americano. A forma como estão dispostos os restos humanos, braços, perna, cabeça destitui qualquer caráter religioso dos rituais antropofágicos. Não há qualquer referência ao fato de que eles comiam aqueles inimigos que consideravam virtuosos, para que pudessem incorporar estas virtudes. As partes do corpo humano estão dispostas como se tratasse das partes do corpo de qualquer outro animal.

Figura 01: Imagem do Novo Mundo



(LEITE: 1995.2)

Esta xilogravura, apesar de ser uma invenção e de suas incoerências, serviu de inspiração para muitas outras imagens que foram produzidas sobre a antropofagia. É quase inacreditável que ainda hoje este tipo de imagem seja uma espécie de guardião da memória “oficial” sobre as culturas indígenas. É exatamente a este aspecto da tradição inventada, já referido no início do capítulo, que Hobsbawm (2008) chama atenção: a repetição como dispositivo de manutenção. Então, em nossa memória visual, tanto a “Imagem do Novo Mundo” como todas as outras produzidas a partir dela estiveram e estão tão repetidas vezes simbolizando o cotidiano das sociedades indígenas, que é muito difícil pensar nos Tupinambá ou em seus contemporâneos sem visualizar estas telas. (NEVES, 2009, 77)

Houve sempre uma batalha discursiva que se inscreveu na produção das identidades indígenas, e ao mesmo tempo em que se introduzia um discurso racista, também desde o início, a resistência a esta hierarquia de racionalidades esteve presente, quer fosse agenciadas pelos próprios europeus, como foi o caso do Bartolomeu de Las Casas¹, no início do século XVI, quer fosse administradas pelos povos indígenas, se insurgindo com suas formas de vida a despeito das imposições coloniais. Portanto, esta fronteira, a midiática, com todas as suas transformações, sempre mediou os processos de contato, a princípio agenciados pelos europeus, depois pelo Estado brasileiro e hoje, também envolvendo os próprios indígenas, presentes nas redes sociais. Este processo contínuo e difuso foi sempre marcado pela

¹ Padre jesuíta que veio à América pela primeira vez com Cristóvão Colombo, notabilizado por sua luta pelos direitos humanos.

resistência e entre outros efeitos, produziu nas sociedades latino-americanas uma condição de “estar ou sentir-se entre”:

A diferença colonial cria condições para situações dialógicas, nas quais se encena, do ponto de vista subalterno uma enunciação fraturada como reação ao discurso e à perspectiva hegemônica. Assim, o pensamento liminar é mais do que uma enunciação híbrida. É uma enunciação fraturada em situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica. (MIGNOLO, 2003, p.11)

Desde 1999, realizamos projetos de pesquisa e extensão que envolvem discussões teóricas sobre identidades indígenas. Muito cedo, a experiência com estas sociedades indígenas nos fizeram compreender a emergência de discussões acadêmicas que propusessem a desconstrução da generalização imposta pelo sistema colonial, que chama a todos estes povos simplesmente de índio. As discussões a análise da tese “A invenção do índio e narrativas orais Tupi” (NEVES, 2009) faz uma intensa incursão nas formas como a história ocidental e cinco sociedades indígenas, a partir de suas narrativas orais, produziram diferentes identidades e dá início a uma série de trabalhos desenvolvidos na pós-graduação sobre a identidade dos povos indígenas.

Já nas primeiras análises, suas narrativas orais, constituídas por dança, canto, pinturas corporais, apresentavam-se em uma linguagem audiovisual e significavam intensos processos de interação. A postura metodológica de apenas transcrevê-las, em nome de se manter verossímil à realidade dos narradores, muitas vezes, acaba por destituí-las de suas estratégias interacionais, que são bem mais complexas que a palavra falada.

No final de 2009, aconteceu a aprovação do projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias na escola”, cujo principal objetivo era produzir curtas-metragens e livros didáticos com as principais narrativas orais desta sociedade. Em função das atividades desenvolvidas neste projeto, precisamos enfrentar novos desafios em relação à complexidade dos processos que envolvem as narrativas e suas traduções. Nesta trajetória, a definição de cultura proposta por Clifford Geertz foi bastante produtiva:

[o] conceito de cultura que defendo é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.(GEERTZ, 1978, p.8-9)

Por outro lado, o projeto estabelecia novas formas de interação com os Aikewára em função do uso das “telas” das máquinas fotográficas, das filmadoras e do computador. Nesta dinâmica, definições de etnografia densa e de observação participante, fundamentadas nos pressupostos da antropologia interpretativista, começaram a dar espaço para novas perspectivas metodológicas. Não éramos apenas observadores participantes, pois agenciávamos a identidade indígena daquele povo, traduzindo-a em livros e em audiovisual. Havia um grau a mais de envolvimento e precisamos entender o lugar de fala (FOUCAULT, p. 2000) das pessoas envolvidas no processo e a circulação do poder.

Também não podíamos nos considerar redentores da cultura Aikewára e muito menos acreditar que nossas tímidas produções seriam uma espécie de redenção das práticas coloniais. Para Beatriz Sarlo (1997, p.121):

Sabemos então que, assim como não existe uma única cultura legítima, em cuja cartilha todos devem aprender a mesma lição, tampouco existe uma cultura popular tão sábia e poderosa que possa ganhar todos os confrontos com a cultura de massa, fazendo com os produtos da mídia uma colagem livre e orgulhosa, nela inscrevendo seus próprios sentidos e apagando os sentidos e idéias dominantes na comunicação de massa. Ninguém pode fazer uma operação tão a contrapelo nas horas vagas, enquanto assiste à televisão.

Os Aikewára se reconheciam com identidades cambiantes, mas diante das telas, quiseram marcar uma identidade indígena, que se definia a partir da expectativa do outro. Eles sabiam que, para serem reconhecidos como indígenas, precisavam falar sua língua tradicional e aparecer com os corpos vestidos com tintas de jenipapo e urucum. Estes enunciados identitários, hoje, presentes na programação televisiva, nas redes sociais, também estavam nas primeiras representações que circularam sobre estas sociedades fora da América, e, embora sejam imperativos em algumas circunstâncias, a ordem que estabelecem não são suficientes para aprisionar estas pessoas em uma única identidade.

Sabemos, hoje, que as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SOUSA SANTOS, 2010, p.135).

A inquietação identitária dos Aikewára, que se movimentava entre suas negociadas práticas culturais e o agenciamento midiático da identidade indígena – motivou e continua motivando, entre nós, novas pesquisas, que se propõem a entender a complexidade deste processo de produção de sentido sobre as identidades indígenas. E, por mais que já tenhamos avançado um pouco nas pesquisas voltadas para esta questão, estamos apenas no começo.

No início de 2010, no Programa de Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA), junto com os alunos que participaram do primeiro projeto, fundamos o GEDAI-Grupo de Estudo Mediação e Discurso com Sociedades Amazônicas. O grupo trabalha voltado para os processos de mediação com diferentes populações amazônicas e não apenas com povos indígenas. Procuramos entender a região não como um espaço geográfico delimitado pelo Estado brasileiro, mas a partir das particularidades culturais, históricas e identitárias destas sociedades.

O GEDAI produziu 05 dissertações no Programa da UNAMA sobre a (re)produção das identidades indígena na mídia. Agora em 2013, nossas atividades estão concentradas na Universidade Federal do Pará, no Programa de Comunicação, Amazônia e Cultura, na linha de pesquisa Mídia, Cultura e Amazônia e desenvolvemos o projeto aprovado na Chamada Universal CNPq “A invenção do índio na mídia: discursos e identidades” e estamos trabalhando em mais duas dissertações voltadas para estas discussões. As análises que

apresentamos aqui são resultados de três diferentes pesquisas realizadas pelo GEDAI, desdobramentos de nossas discussões sobre as identidades indígenas.

Neste artigo, tomando como referência o método arqueológico, proposto por Michel Foucault, que nos possibilita entender o funcionamento do discurso sobre os povos indígenas em um período de longa duração, a definição de intericonicidade, formulada por J.J. Courtine, interessada na memória das imagens, assim como as análises semiológicas propostas por Rosário Gregolin, preocupadas em compreender a produção das identidades nas mídias, analisamos este processo discursivo de invenção do índio em duas produções audiovisuais: o filme-documentário *Coluna Norte* (1960), que circulou nos cinemas brasileiros nos anos de 1960, um capítulo da telenovela *Uga-Uga* (2000), veiculada pela Rede Globo e em dois perfis de mulheres indígenas no Facebook ativos no ano de 2013. O objetivo é mostrar o agenciamento destes discursos em diferentes espaços de produção de sentido na mídia e de como estes processos reafirmam e refutam a circulação cotidiana dos sentidos sobre os estereótipos indígenas, na contemporaneidade e ao mesmo tempo, estabelecem uma rede de memória que atravessa estas diferentes materialidades, inscritas em diferentes condições de possibilidades históricas.

2. Discurso, mídia e identidade

Os procedimentos metodológicos de nossas análises pautam-se na perspectiva teórica proposta por Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber* (1969/2005), que estabelece um movimento de regularidades e dispersões na constituição histórica dos discursos. Nesta perspectiva, olhamos para a história do presente não como uma regularidade, que levaria a supor que as identidades indígenas estão presentes na mídia da mesma forma e pelas mesmas razões.

Partimos do pressuposto que a mídia se organiza a partir de relações de poderes, historicamente construídas e que, no *jogo dos acontecimentos*, vão construindo novas estratégias de dominação, mas que sempre deixam margem para movimentos de resistências. A partir das regularidades e das dispersões com que a história das sociedades indígenas se escreve, é possível “estabelecer redes de memórias que evidenciam as articulações entre *práticas discursivas* e a produção de *identidades* na mídia” (GREGOLIN, 2007, p.03).

As descrições feitas por Cristovão Colombo e sua geração, no final do século XV, a partir de uma série de dispersões, lançaram as bases da memória discursiva do Ocidente sobre os “índios” e esta história vai percorrer caminhos diversos, com discursos que serão retomados, refutados, afirmados, negados. Compreender como as produções midiáticas constroem, hoje, as diferentes identidades indígenas é fazer a história descontínua dos acontecimentos que envolvem estes povos e sua relação com as sociedades ocidentais.

Sabemos que a mídia exerce um papel fundamental na (re)produção das identidades, no mundo ocidental, pois “fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (KELLNER, 2001, p.9). Esta perspectiva dos efeitos de sentidos produzidos pelos meios de comunicação permite pensar os enunciados colocados em circulação pela mídia como algumas das materialidades discursivas mais significativas da história do presente. A tecnologização dos meios de comunicação das sociedades pós-industriais produziu dispositivos discursivos que passaram a interferir decisivamente em suas práticas culturais. Hoje, pensar em uma análise das produções de sentido pela mídia não se limita mais a compreendê-la como uma “ação representacional”.

A mídia, na atualidade, alcançou uma pluralidade de novos espaços, com a *web 2.0* e seus *blogs* e *sites* de relacionamentos, anunciando a “democratização” da comunicação. Apesar de tantas transformações, no entanto, não se pode ignorar que todos estes processos de mediação continuam entoados pelas antigas e remasterizadas relações de poder, atualizadas em novos formatos, que dividiram o mundo entre metrópoles e colônias. O espaço que os povos indígenas ocupam nos meios massivos traduz bastante esta história que se escreve desde o início da colonização.

Quando um acontecimento relacionado aos povos indígenas ganha destaque internacional e exige uma posição do Estado brasileiro, ele tem mais chance de entrar na pauta dos meios massivos. Em contraponto a esta situação, durante meses é possível um absoluto silenciamento a respeito destas sociedades. Nas redes sociais, a dinâmica é diferente e já houve postagens no Facebook com visibilidade internacional que obrigaram o governo brasileiro a rever uma liminar de despejo contra os Kaiowá-Guarani, no Mato Grosso do Sul.

Observamos, nas pesquisas já realizadas, que as produções midiáticas seguem uma dinâmica que, em linhas gerais, orienta-se a partir de três movimentos: a produção de silenciamentos, a reafirmação dos estereótipos e a perspectiva da pluralidade cultural. O recorte do corpus de análise, que apresentamos em três atos, a seguir, considerou estas posições.

3. O silenciamento: primeiro ato

O filme *Colona Norte* (1960) é classificado como um cine-documentário. Estas produções, muitas vezes patrocinadas por empresas estrangeiras, neste caso pela Mercedes-Benz, funcionavam como campanhas institucionais de projetos do governo brasileiro. Dirigido por Jean Manzon, este filme foi produzido durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas esta prática de fazer propaganda nos cinemas vai se consolidar ainda mais no período da ditadura militar. O vídeo mostra a construção da rodovia Belém-Brasília e exalta a conquista do “pesadelo verde”, forma como ele se refere à floresta Amazônica. Neste período, havia uma preocupação muito grande por parte do governo brasileiro e de empresas interessadas em explorar a Amazônia, em integrar a região ao país.

O discurso de integração, ainda hoje em evidência com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é bastante recorrente em relação à Amazônia e sempre se tencionou entre os interesses estrangeiros e as práticas culturais de moradores da região, desde que o Brasil se tornou um país independente de Portugal em 1822. A Amazônia brasileira não era Brasil, era outra colônia portuguesa, a Província do Grão-Pará e Maranhão e não foi fácil, nem simples, ao Império Brasileiro incorporar esta província ao território nacional. Apenas em 1835, depois de violentamente sufocada a tentativa de independência da revolta popular que ficou conhecida como Cabanagem, a Amazônia foi incorporada ao território brasileiro, mas a dificuldade de integrar a região não acabou neste momento.

Para entender como este processo de integração aparece atualizado no filme *Colona Norte*, vamos analisar algumas imagens.



FIGURA 2 – Cena 1 *Coluna Norte*

FONTE - <<http://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>> Acessado em 17/02/2013, às 12h.

Neste primeiro *framer*, a árvore caindo representa uma cena emblemática do que significava o discurso desenvolvimentista desta época. Havia incentivos fiscais para os “empreendedores” que conseguissem devastar 100% de suas propriedades. A floresta em pé significava atraso, retrocesso. Estas imagens deveriam ser expostas nas salas de cinema brasileiras para promover uma imagem positiva do governo. Instituíam-se uma ordem no olhar: as árvores caindo produziam o progresso da região e do Brasil.

As sociedades indígenas que vivem nestes territórios são absolutamente silenciadas. Na fala eloquente do narrador, ele faz a seguinte convocação:

A primeira árvore tombada... Um areal de rios, um mundo de sagas e mistérios. Um pesadelo **cheio de duendes** e ameaças separava o norte e o coração do Brasil. A estrada Belém-Brasília começava. Vinde meus filhos de desteimar! Segue em ordem. Nossas armas preparadas, vossos machados de gume cortante. Pioneiros, oh pioneiros! (Coluna do Norte, 1960. grifo nosso)

Não havia pessoas no caminho da rodovia, apenas “duendes”, que ameaçavam o progresso. Embora algumas sociedades indígenas tenham sido exterminadas em função da construção, eles não aparecem no filme. As imagens e falas produzem uma verdade: as rodovias só fariam bem à região. Num processo de intericonicidade, as cenas retomavam outras narrativas audiovisuais, que afetavam bastantes os brasileiros que frequentavam os cinemas, naquele momento, e acionam suas memórias, permeadas por filmes hollywoodianos de faroeste e por filmes documentários ufanistas brasileiros. Sobre a interconicidade explica Courtine (2011, p.17):

O campo da fala Pública está atravessado, saturado por imagens nas quais percebemos, ao mesmo tempo, a força de seu impacto e a instantaneidade de sua obsolescência. É crucial compreender como elas significam, como uma memória de imagens as atravessa e as organiza, ou seja, uma interconicidade que lhes atribui sentidos reconhecidos e partilhados pelos sujeitos políticos que vivem na sociedade, no interior da cultura visual.

Para Milanez (2011, p.39):

Olhar para a imagem sob o efeito da intericonicidade é de uma arqueologia do imaginário humano, construída não sobre a cristalização homogeneizante de uma imagem única, mas sobre o movimento dos deslocamentos, sucessão, interposições, apagamentos, reestruturações de imagens que existem sob a batuta da regência dos movimentos nem sempre harmônicos da história.

Na figura seguinte, a presença dos caminhões e tratores representa a modernidade chegando à região. A tecnologia enfrentando o “inferno verde”. Novamente, uma memória das imagens é retomada. Estes tratores e o ônibus representavam a sofisticação tecnológica desta época.



FIGURA 3 – Tratores e ônibus na Belém-Brasília

FONTE - <<http://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>> Acessado em 17/02/2014, às 10h

O filme usa de várias práticas discursivas para justificar a construção da rodovia. Há uma seleção de imagens, sons e palavras que buscam emocionar o espectador. A trilha, a narração ufanista e bem pontuada, criam um clima épico. Os enquadramentos das cenas foram pensados para exaltar a conquista dos sujeitos que no filme, o narrador chama de “pioneiros”. Os discursos da modernização e da integração da Amazônia estão fortemente exacerbados na produção. (CORRÊA, 2013, 34)

Segundo Renato Ortiz (1988, p.14), na década de 1970, as salas de cinema espalhadas pelo país contavam com mais de 200 milhões de espectadores por ano e os cine-documentários eram exibidos antes dos filmes principais. Hoje, estes cine-documentários estão disponíveis no site YouTube e não produzem mais os mesmos efeitos de sentido. De qualquer forma, é bastante significativo ainda podermos acessá-los, pois suas cenas permitem estabelecer uma rede de memórias audiovisuais sobre as sociedades amazônicas e os acontecimentos que as envolveram naquele período. É possível percebermos, hoje, como foi agenciado o silenciamento sobre os povos Aikewára, Gavião, Apinaé, entre outros, que tiveram suas histórias cortadas pelas rodovias que cruzaram a Amazônia.

4. Segundo Ato: as comemorações dos 500 anos

No ano 2000, no rastro das comemorações dos 500 anos do Brasil, a Rede Globo colocou em circulação várias produções com personagens indígenas nas tramas principais. A telenovela *Uga Uga* e as minisséries *A invenção do Brasil* e *A Muralha* trouxeram para as telas diferentes posições discursivas sobre as identidades indígenas.

A teledramaturgia brasileira, entendida como produções híbridas que estabelecem um intercâmbio entre vários campos, como o cinema, o teatro, o rádio, e demais categorias televisivas (MALCHER, 2009), tem na telenovela o seu principal expoente. Ao contrário das primeiras décadas de sua implantação, quando contavam com poucos recursos técnicos, hoje, elas são o produto de maior popularidade e rentabilidade da televisão brasileira.

Mais do que um gênero televisivo, a telenovela é uma das expressões mais significativas da cultura brasileira. Para Lopes (2009), as telenovelas são um dos mais importantes espaços de problematização do Brasil e conseguem, como nenhum outro produto televisivo, discutir tanto as intimidades privadas como os problemas públicos. Por isso mesmo, elas também representam um, potente espaço de manipulação da opinião pública no país.

Para Martín-Barbero (2001), as telenovelas brasileiras têm como base o melodrama, no entanto, diferente do que acontece em outros países latino-americanos, elas vão além desse gênero dramático e inserem em suas tramas assuntos que fazem parte do cotidiano do público. Assim, aproximam a ficção da realidade dos telespectadores. Nesta perspectiva, podemos compreender que a presença de personagens indígenas na teledramaturgia brasileira, no ano 2000, estava bem de acordo com as discussões sobre a colonização, naquele período.

Aqui, nesta análise, vamos destacar o personagem protagonista da telenovela *Uga Uga*, Tatuapu, que se caracteriza pelo estereótipo do bom selvagem. Interpretado pelo ator loiro e de olhos claros, Cláudio Heinrich, na trama, sua identidade indígena foi acidental. No início da narrativa, este personagem aparece como filho de uma família rica, que ficou perdido na floresta. A construção deste personagem guarda profundas semelhanças com a história de Tarzan, da literatura e do cinema estadunidense.

Quando criança, Tatuapu participou de uma expedição pela floresta amazônica com os pais, mas um acontecimento inesperado mudou a vida do menino: todos foram mortos e apenas ele sobreviveu. Mas, ao invés de ser protegido pelos animais da floresta, a criança foi adotada por um povo indígena e se transformou em Tatuapu.

Somente adulto, ele conhece a sua família de sangue e voltou ao Rio de Janeiro para viver ao lado dela. De maneira cômica, característica das telenovelas do horário das 19 horas veiculadas pela Rede Globo (LOPES, 2003), o desenrolar de *Uga Uga* mostra o rapaz tentando se adaptar à grande cidade. As imagens que vamos analisar a seguir são do capítulo em que Tatuapu chega à casa de seu avô Nikos, interpretado pelo ator Lima Duarte. Ele aparece com o corpo pouco vestido com roupas e adereços indígenas, para marcar sua identidade.



FIGURA 04 – Tatuapu chega à casa do Avô

FONTE- < <http://www.youtube.com/watch?v=xovXEZt8OQU>>

Acessado em 17/02/2013, às 11h.

Nesta cena, na sala da casa de seu avô, de quem é o único e até então desaparecido herdeiro, há uma grande confusão, porque Tatuapu não entende a língua portuguesa. O avô tenta insistentemente lhe explicar o que aconteceu, mas o rapaz fala na língua de sua aldeia e começa a se exaltar. Com muito humor, outros personagens que estão na cena comentam que esta barreira linguística será uma facilidade para tirarem sua fortuna. A dificuldade com a língua é uma recorrência entre os personagens indígenas e ao mesmo tempo em que representa a ingenuidade, também reforça um discurso de limitação cognitiva.

No *framer* a seguir, ainda no mesmo capítulo, Tatuapu agarra os seios da namorada de seu primo, a personagem Tatiana, interpretada pela atriz Daniela Winits. Motivado pela fala de Nikos: “Só vão morar nesta mansão as pessoas que você quiser!”, o primo estimula o rapaz a atacar sua noiva.



FIGURA 05 - Tatuapu agarra Tatiana

FONTE

<<http://www.youtube.com/watch?v=xovXEZt8OQU>>

Acessado em 17/02/2013, às 11h.

Esta atitude ratifica a selvageria do indígena e encarna o próprio estereótipo do bom selvagem: alguém ingênuo, com limitações, que precisa ser tutelado no convívio social. Na construção deste personagem, os enunciados verbais e visuais retomam uma rede de memória que nos faz pensar na pureza do índio Peri, do romance Guarani, de José de Alencar, ou da inocência descrita na Carta de Caminha a respeito da população nativa do Brasil.

As análises dos produtos televisivos precisam compreender os processos de interação que estabelecem com a sociedade brasileira. De acordo com Braga (2006), o sistema de interação social sobre a mídia ocorre após a recepção, quando a sociedade age sobre o conteúdo de um determinado produto midiático, debatendo sobre os assuntos que foram exibidos, contestando, interpretando, enfim, interagindo com o produto que foi produzido e transmitido ao público.

No ano de exibição de *Uga Uga* e das outras produções globais, o comércio brasileiro vendeu uma grande quantidade de adereços indígenas. Nas feiras, nas lojas de departamento, nas boutiques, era muito comum encontrar objetos de inspiração indígena. Os adereços do estereotipado Tatuapu e os sentidos que esta telenovela produziu se espalharam por todas as regiões do Brasil.

5. Terceiro ato: mulheres indígenas no Facebook

Para finalizar as análises, passaremos aos perfis de duas mulheres indígenas no Facebook, ativos no ano de 2013. Como elas são de duas sociedades diferentes: Ticuna e Guajara, não podemos conformá-las na definição genérica de índio. Atualmente, no Brasil, vivem 305 povos indígenas, que falam 274 línguas nativas. As sociedades indígenas contemporâneas são bastante heterogêneas, se por um lado existem populações indígenas compostas por menos de 30 pessoas, por outro, há povos como os Mbyá-Guarani com mais de 10 mil indígenas. Suas práticas culturais também são bem diferentes. Então, não podemos pensar que os usuários que assumem identidades indígenas estão na internet pelas mesmas razões e com os mesmos objetivos.

Sabemos que a rede mundial de computadores é um espaço onde os sujeitos têm maior liberdade para procurar por informações de seus interesses particulares e podem fazer uma leitura não-linear dos conteúdos: que não depende do perfil de cada veículo, da grade de programação ou dos horários específicos. Cada pessoa tem a possibilidade de acessar a informação por diferentes caminhos e linguagens, responder aos conteúdos e interagir com outros usuários, produzir materiais específicos, disponibilizá-los em rede etc. (LÉVY, 1999).

Para analisar os dois perfis, vamos considerar que as duas indígenas compreendem o que significa a dinâmica do Facebook, que se distancia da interação proporcionada por meios como a TV ou o rádio, por exemplo, onde o fluxo de informação se estabelece de maneira desigual. Pela frequência das duas neste site de relacionamentos, elas não desconhecem que estas mídias sociais representam: “aquela zona permanente de autoexposição e visibilidade” (KEEN, 2012, p.05).

Primeiro, alguns enunciados colocados em circulação pela Índia Ticuna Weena Miguel. Artista plástica, com 24 anos, ela coloca a palavra “Índia” no seu *login* e se intitula uma “pessoa pública”. Em seu perfil, há quase três mil seguidores, que fazem comentários positivos sobre suas postagens diárias e seus talentos artísticos. Até maio de 2013, a Índia Ticuna postou quase oitocentas fotografias e este número revela que a usuária põe em funcionamento a definição de Andrew Keen (2012) em relação às mídias sociais, compreendidas por ele, como palco principal da existência humana. Em todos os perfis de Facebook, pela própria estrutura deste site de relacionamento, que permite a postagem de imagens fixas e imagens em movimento, a cultura visual é bastante valorizada.

Nesta primeira imagem, a seguir, ela aparece bem dentro da expectativa que se tem sobre uma mulher indígena. Pintada e com pouca roupa, sua imagem faz um apelo à sensualidade. Este enunciado nos remete à memória da personagem Iracema, de José de Alencar, cujas imagens são frequentes nos livros didáticos, ou mesmo na programação

televisiva. Neles não há surpresa, pois afirmam o estereótipo da mulher indígena com o qual nós temos muita facilidade de lidar. Por meio da imagem percebemos que não há intenção em refutar os discursos estabilizados sobre as mulheres indígenas, ao contrário, existe um reforço destes discursos.



FIGURA 06: Índia Ticuna

FONTE - <www.facebook.com/indiatikuna.miguel?fref=ts>



JOSÉ MARIA DE MEDEIROS: *Iracema*, 1884.
Óleo sobre tela, 167,5 x 250,2 cm.

FIGURA 07 - Iracema

FONTE - <www.estudosliterariosnaweb.blogspot.com.br/2010/06/iracema-o-simbolo-do-brasil-e.html> Acessado em 10/02/2013

Na segunda imagem da indígena, a seguir, que faz parte de uma série com mais de 30 fotografias, ela coloca em circulação enunciados que lhe conferem uma outra identidade e não mais a indígena. Atualmente, ela mora num castelo com seu marido, um maestro famoso, no estado de São Paulo. Na foto, eles estão na sacada da sala. Quando olhamos esta imagem, de imediato, ela se filia a uma rede de memória imagética que nos faz lembrar cenas dos contos de fadas, como a que aparece ao lado. Agora, ela é uma princesa ocidental e não mais uma indígena da floresta. Para quem ainda acredita em identidades fixas, diante desta imagem, não há qualquer possibilidade de considerá-la uma mulher indígena. Em seu perfil, Índia Ticuna se apropria deste espaço de visibilidade para refutar e reafirmar os estereótipos.

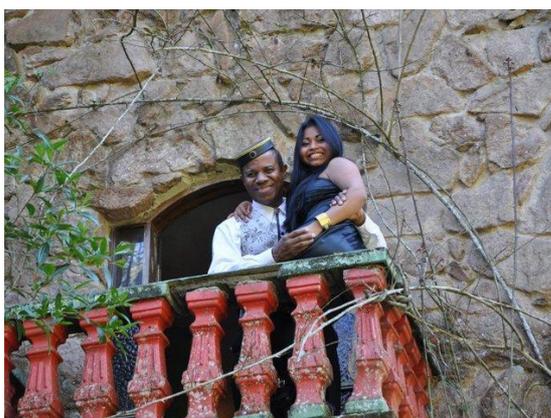


FIGURA 8- Índia Ticuna e seu marido

FONTE - <www.facebook.com/indiatikuna.miguel?fref=ts>



FIGURA 09: A cinderela e o Príncipe

FONTE: <www.barbaraoliveirachaves.blogspot.com.br/2012/07/sapatinho-de-cristal.html> Acessado em 10/02/2013

Nos enunciados do perfil de Sônia Guajajara, a identidade de uma mulher indígena se produz em outra direção. A imagem a seguir revela outra forma de desconstruir o estereótipo em relação às mulheres indígenas



FIGURA 10- Sônia Guajajara
FONTE - < www.facebook.com/soniaguajajara?fref=ts>

Sônia, hoje, é uma das principais lideranças indígenas no Brasil e a maneira como constrói sua identidade apresenta outra forma de subversão: uma liderança política, indígena e mulher. Na próxima foto, aparecem a presidente Dilma Roussef e Sônia Guajajara. Quase contraditoriamente, as duas estão rindo, mas observe que a presidente é bem mais alta e o cabelo dela contrasta com o cocar da Sônia. A indígena entrega uma carta em protesto contra a PEC 37 que, se aprovada, alteraria as leis de demarcação de terras indígenas no Brasil.



FIGURA 11- Sônia Guajajara e Dilma Roussef
FONTE - < www.facebook.com/soniaguajajara?fref=ts>

O discurso do corpo da indígena se inscreve em relação ao corpo da presidente, a partir de estranhamentos e aproximações. Dilma Roussef representa o poder do Estado brasileiro, que tem autorizado historicamente o desrespeito às nações indígenas brasileiras. O poder do Estado tem legitimado projetos e invasões que expropriam os indígenas de suas próprias terras, disponibilizando essas áreas e suas riquezas naturais para as grandes empresas. Na esteira deste percurso histórico turbulento, o encontro destes dois discursos, representados pelos corpos da presidente Dilma Roussef e da liderança indígena Sônia Guajajara, coloca em evidência as tensões políticas empreendidas ao longo da história brasileira entre o poder do Estado e os povos indígenas. (TOCANTINS, 2013, p.74)

Entre os enunciados que estas duas mulheres indígenas colocam em circulação no Facebook sobre sociedades indígenas e sobre mulher há uma grande diferença. Índia Ticuna e Sônia Guajajara, em seus perfis, mostram que as mulheres indígenas não estão neste site de relacionamentos pelas mesmas razões. E assim, chegamos ao terceiro ato: a pluralidade cultural.

A internet, de fato, representa um espaço privilegiado para interações, mas ela não substituiu os meios de comunicação de massa. Ao contrário, ao operar por uma lógica diferente das dinâmicas desenvolvidas pelas mídias massivas, ela se estabelece como um ambiente complementar às dinâmicas em sociedade (WOLTON, 2007).

Estas possibilidades alimentam o sonho de que temos total liberdade na rede e que neste ambiente, estaríamos livres de qualquer controle. Ela também representaria a concretização da utopia de igualdade de participação e os indivíduos participariam da mesma forma que as grandes corporações midiáticas. Essa perspectiva generaliza a compreensão da maneira como as interações acontecem em rede. Para Jesús Martín-Barbero (2004), não podemos esquecer que toda tecnologia é, antes de tudo, uma manifestação cultural. Mesmo diante da possibilidade de construir conteúdos pessoais e de disponibilizá-los no ambiente virtual, não significa que a participação entre os diferentes sujeitos ocorra da mesma maneira.

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. Nem todos os participantes são criados iguais. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros (JENKINS, 2009, p.30).

Sempre houve formas de resistências diante das produções midiáticas massivas e sempre foi possível aos sujeitos se valerem de táticas para manipular ou alterar a produção dos sentidos e ressignificar as identidades de acordo com sua realidade (CERTEAU, 1998). Os Aikewára, diante das telas que traduziam suas narrativas sabiam bem disso. Essas táticas da recepção são exatamente as formas de trapacear o hegemônico e subverter a ordem e mesmo diante dos meios massivos, não houve apenas a produção dos estereótipos e silenciamento em relação às sociedades indígenas.

6. Considerações Finais

Podemos definir a invenção do índio como práticas discursivas que inventaram a tradição indígena que habita o imaginário brasileiro. Nesta perspectiva analítica, a linguagem é tratada em sua dimensão histórica, compreendida a partir das condições de produção em que foi criada, como uma prática social que se materializa em discursos.

Eric Hobsbawm (2008, p.9) fala sobre dois tipos de tradição inventada: uma seria fortemente institucionalizada, enquanto a outra se constituiria gradativamente, sem que fiquem claros os interesses aos quais ela se colocava a serviço. Ele também assinala que estas tradições nem sempre conseguem se estabelecer por um longo período de tempo. Em relação à invenção do índio, que nasce dos interesses coloniais, mas se mantém no Estado brasileiro, trata-se de uma invenção fortemente institucionalizada e bastante duradoura, ainda hoje alimentada pela mídia, pela educação e pela falta de políticas públicas efetivas.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM & RANGER, 2008, p.9)

A invenção do índio, no entanto, implica pelo menos dois sentidos da palavra invenção. A partir de Nietzsche (1978, p.92), podemos entender que se trata de uma falsificação forjada pelas relações de poder do sistema colonial, que instituiu um índio genérico. Este primeiro sentido está bastante associado aos processos de silenciamento ou a reprodução dos estereótipos que aparecem no *Coluna Norte* e na telenovela *Uga Uga*.

Por outro lado, também é possível entendermos que a aparente condição de passividade das sociedades indígenas foi determinada pela superioridade bélica dos europeus. Muitos indígenas, quando foi possível, resistiram e ainda hoje, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam, continuam reinventando suas tradições e demarcando suas novas fronteiras culturais nas redes sociais, como Sônia Guajajara e Índia Ticuna. Neste sentido mais construtivo, a invenção é um exercício de resistência e de criatividade das sociedades indígenas (FAULHABER, 1997, p.88).

Agora, as identidades indígenas se forjam na internet a partir de enunciados verbais e visuais mediados pelas próprias indígenas. Contudo, o fato de assumirem este processo nas redes sociais não significa que haverá uma profunda alteração na ordem do olhar em relação as suas culturas. Isto pode acontecer ou não, pois não podemos desconsiderar que eles também são sujeitos históricos e hoje, também estão atravessados pelos discursos que circulam na mídia, nas escolas, nas conversas cotidianas, nas igrejas.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In **Verso e reverso**, XXV(58): 62-77, janeiro-abril. Porto Alegre: Unisinos, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer** (vol.1). 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CORRÊA, Maurício Neves. **Os Akewara e a mídia: relações de poder, cultura e mediação**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade da Amazônia, 2013.
- COURTINE, J-J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, C; CURCINO, L; SARGENTINI, V. **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011.
- FAULHABER, Priscila. **A reinvenção da Identidade Indígena no Médio Solimões e no Japurá** In. Anuário Antropológico/96. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997
- FAUSTO NETO, Antônio. **Fragmentos de uma “analítica” da midiatização**. Revista Matrizes, vol 1, no. 2, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- _____. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, Vol. 4, No11, 2007

HOBBSAWM, E. ; RANGER, T. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2ª edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Aleph, 2012.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital:** por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru: Editora EDUSC, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Telenovela Brasileira:** uma narrativa sobre a nação. In: Revista Comunicação & Educação. n. 26, p. 17-34, jan./abr. 2003.

MALCHER, Maria Ataíde. **Teledramaturgia:** agente estratégico na construção da TV aberta brasileira. São Paulo: INTERCOM, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MILANEZ, N. **Discurso e imagem em movimento:** o corpo horrorífico do vampiro no trailer. São Carlos: claraluz, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais:** Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e realidade:** a construção do cotidiano na telenovela. São Paulo: Editora Alexa Cultural, Comunicação & Cultura, 2003.

MONARCHA, H. **Redes Sociais e Sociedades Indígenas:** entre dígitos e jenipapo. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade da Amazônia, 2012.

NEVES, I. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

ORTIZ, Renato. **A Modernidade Tradição Brasileira.** São Paulo: BRASILIENSE, 1988.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna.** Intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SOUZA SANTOS, B. **Pela mão de Alice.** São Paulo: Cortez, 2010.

TOCANTINS, Raimundo. **Mulheres indígenas no facebook:** corpos, intericonicidade e identidades. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade da Amazônia, 2013.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina – 2ª Edição, 2007.

Que Rosto Tem Pierre Rivière? Subjetividade e memória do sujeito criminoso no cinema

Quel Visage A Pierre Rivière? La subjectivité et la mémoire du sujet criminel dans le cinéma

Cecília BARROS-CAIRO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
LABEDISCO – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo

Nilton MILANEZ
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
LABEDISCO – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo

RESUMO: Este artigo propõe a investigação dos processos de constituição do rosto criminoso no cinema, considerando a memória das imagens e os saberes produzidos pelo discurso fílmico como compositores de uma trama enredada na configuração de um sujeito comprometido historicamente com a desordem jurídica e social. Entendemos ser importante observar o rosto criminoso no dispositivo fílmico como acontecimento em uma rede de práticas discursivas que, em um conjunto de regras históricas determinadas no tempo e no espaço, definem e possibilitam que a cristalização desse sujeito como irregular torne-se reconhecível desde a tela do cinema até as relações sociais entre as quais todos nós existimos. Nesta presente análise apresentaremos a discussão a partir do filme *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1976), dirigido por René Allio e baseado no livro homônimo organizado no Collège de France, em 1973, por um grupo de estudiosos sob a coordenação de Michel Foucault, trabalho este que discutiu as relações entre os saberes da Psiquiatria e da Justiça Penal na constituição e institucionalização do sujeito criminoso. Entendemos que em sua obra, Foucault produziu uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura e esclareceu como as subjetividades são constituídas pelo discurso e pela história, fazendo eclodir a relação entre linguagem, memória e sociedade na base desta reflexão. São de grande relevância para essa pesquisa os estudos que compreendem a memória enquanto composta por redes e trajetos que atualizam discursos e práticas historicamente constituídos, sob uma perspectiva que abre vias de associação no presente. Além do aparato conceitual foucaultiano, tomaremos como outras referências teóricas importantes os trabalhos de Jean Jacques-Courtine sobre o corpo, a história do rosto e a intericonicidade, bem como alguns aspectos pesquisados pelas teorias do cinema.

PALAVRAS-CHAVE: Rosto criminoso, subjetividade, memória, discurso, cinema.

RÉSUMÉ: Cet article propose la investigation des processus de la constitution du visage criminel dans le cinéma, en ce qui concerne la question de la mémoire des images et des connaissances produites par le discours filmique comme compositeurs d'une trame enchevêtré dans la configuration d'un sujet historiquement impliqué avec le désordre juridique et social. Nous croyons qu'il est important de noter le visage criminel dans le dispositif filmique comme un événement dans un réseau de pratiques discursives qui, dans un ensemble de règles historiques déterminées dans le temps et l'espace, définissent et permettent la cristallisation de ce sujet comme irrégulière devenu reconnaissable à l'écran cinema et aussi sur les relations sociales dans que tous nous existons. Dans la présente analyse, nous présenterons la discussion sur le film *Moi, Pierre Rivière, qui égorgé ma mère,*

ma soeur et mon frère (1976), réalisé par René Allio et basé sur le livre homonyme organisé au Collège de France en 1973 par un groupe de chercheurs sous la supervision de Michel Foucault, travail qui a examiné la relation entre la connaissance de la Psychiatrie et de la Justice Pénale dans la constitution et l'institutionnalisation du sujet criminel. Nous comprenons que dans son travail, Foucault a produit une histoire des différents modes de la subjectivité de l'être humain dans notre culture et clarifié comment les subjectivités sont constitués par le discours et l'histoire, permettant l'émergence des relations entre le langage, la mémoire et la société sur la base de cette réflexion. Sont d'une grande importance à cette recherche les études qui comprennent la mémoire comme une réunion des réseaux et des chemins qui actualisent les discours et les pratiques historiquement constitués, dans une perspective qui ouvre itinéraires d'association au présent. Au-delà de l'exposition conceptuel de Foucault, nous allons prendre d'autres références théoriques importantes telles que les œuvres de Jean-Jacques Courtine sur le corps, l'histoire du visage et la intericonicité, aussi bien que certains aspects recherchés par les théories du cinéma.

MOTS-CLÉS: Visage criminel, subjectivité, mémoire, discours, cinéma.

Sobre o que estamos pensando...

Neste presente trabalho, tomamos o rosto do criminoso como discurso subjetivado e corporificado no (e pelo) cinema para entender sua constituição perpassada por memórias e práticas que instauram o seu regime de existência enquanto acontecimento histórico de desordem jurídica tão pretérito quanto atual. Partindo do fato de haver laços históricos e discursivos que unem os diferentes momentos de constituição do sujeito criminoso, observamos inúmeros lugares que, na linha das dispersões históricas, (re)constróem marcas sociais subjetivas que promovem (re)aparecimentos de cadeias discursivas em recriações cotidianas. O que notamos é que, no cinema, o rosto criminoso é revelado como um mapa subjetivo da ilegalidade. Assim, a intenção desse trabalho é, justamente, compreender, a partir da análise do discurso fílmico, como a figura desse *monstro moral* (FOUCAULT, 2001) aparece em meio aos domínios disciplinares do saber-poder sobre o crime. Para tanto, tomamos como suporte para análise a produção fílmica *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, de 1976, dirigida por René Allio e baseada no livro homônimo organizado no Collège de France, em 1973, por um grupo de estudiosos sob a coordenação de Michel Foucault, trabalho este que discutiu as relações entre os saberes da Psiquiatria e da Justiça Penal na constituição e institucionalização do sujeito criminoso.

Entendemos que por meio dos discursos no cinema, ocorre a materialização do rosto criminoso em um mundo da noção jurídico-biológica, controlado por certo tipo de saber e poder que conduzem a sua constituição subjetiva a uma espécie de padrão determinado, reconhecido e indesejável. É considerando os recursos materiais do cinema que nos propomos à compreensão do rosto criminoso nos cercando de imagens em movimento que, ao mesmo tempo em que contam uma história, também produzem a história de *quem somos nós hoje?*, como anunciou a pergunta kantiana em que se inspirou Michel Foucault a fim de problematizar um *diagnóstico do presente*.

Neste sentido e a partir dessas considerações, acreditamos que podemos analisar o modo como agimos e pensamos tanto em relação ao sujeito na projeção fílmica quanto em relação a nós mesmos na *vida real* (FOUCAULT, 2004). Tal forma de ver o rosto no cinema pode ordenar uma “atualidade de saber” (FOUCAULT, 2009, p. 5) que construirá sentidos para uma narrativa sobre a forma de sermos vistos enquanto sujeitos. Assim, nos arriscamos a

pensar que a imagem em movimento move efeitos de sentido nas discursividades materializadas como produções de verdades no sujeito que enuncia, naquele que é enunciado e no que se põe diante desse acontecimento como receptor e agente no processo de (re)elaborar o que lhe é e como lhe é apresentado.

1.1. Por uma história do rosto criminoso no cinema

Tomamos o estudo da história no interior da perspectiva foucaultiana, o que significa atribuir, como conceito operatório, a noção de descontinuidade (FOUCAULT, 2009) e, desse modo, verificar que os fatos se desenvolvem em um espaço de dispersões. A partir desse modo de conceber a história, tomamos como principal obra de estudos para o alcance desta presente análise, a *História do rosto* produzida por Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche em 1988.

Em se tratando da constituição histórica do rosto, partimos dos percursos que evidenciam as formas de sabê-lo a partir dos estudos propostos pela *fisiognomonía*², ciência que buscava o conhecimento do caráter da pessoa pelos seus traços fisionômicos e pelas *ciências criminológicas*³, cujo principal expoente foi – e continua a ser importante referência para os estudos do Direito –, o médico e jurista italiano Cesare Lombroso.

Na composição do corpo biológico do ser humano, observamos que o rosto ocupa a função de identificação do sujeito. Historicamente, de uma articulação necessária entre o sujeito, a linguagem e o seu rosto, instituiu-se a necessidade de um *individualismo de costumes* que transformou significativamente a identidade individual, delimitando o que era da ordem do individual e do privado (ARIÈS; CHARTIER, 2009). Assim, a noção de indivíduo passou a não se dissociar do seu rosto, que expressava e traduzia no corpo a sua subjetividade. Courtine e Haroche em *História do Rosto* empreendem um percurso, entre os séculos XVI e XVIII, do desenvolvimento progressivo da percepção da expressão, ou seja,

Uma história da emergência da expressão e ao mesmo tempo uma história do controle da expressão, de suas exigências religiosas, de suas normas sociais, políticas e éticas que contribuíram, desde a Renascença para a aparição de um tipo de comportamento social, emocional, sentimental, psicológico fundado no distanciamento do excesso, no silenciamento do corpo (COURTINE; HAROCHE, 1994, p. 16).

Courtine e Haroche vasculham as continuidades e descontinuidades presentes na história da expressividade do rosto e de suas implicações para a percepção de si mesmo, por parte do sujeito, e para a percepção do sujeito em relação ao outro, o que afeta as relações sociais. A importância da abordagem histórica de enunciados que se repetem e se reiteram em torno da afirmação de que “pelo rosto, o indivíduo se exprime” reside na observação da relação entre o sujeito, a linguagem e o rosto (COURTINE; HAROCHE, 1994, p. 10). O processo de racionalização dos comportamentos liga-se complexamente ao fato de que “o

² Os estudos fisiognômicos tiveram como precursores Francisco Eximenes, Giambatista della Porta e Johann Kaspar Lavater.

³ Ciências também conhecidas como Antropologia Criminal ou Biologia Criminal, cujo objetivo é esclarecer a gênese do fato delituoso através de estudos dos caracteres fisis-psíquicos, juntamente com as influências externas.

indivíduo é, desde então, indissociável da expressão singular de seu rosto, tradução corporal de seu ‘eu’ mais íntimo” (COURTINE; HAROCHE, 1994, p. 10). Daí a atenção dispensada à caracterização dos signos faciais para a compreensão daquilo que o indivíduo tem de mais particular.

A incursão pela tradição fisiognomônica como tentativa de analisar o rosto recorreu a tratados médicos e anatômicos para assegurar quando o homem devia ser autêntico ou conformar-se, exprimir-se ou apagar-se, ter espontaneidade das emoções ou silenciá-las, ou seja, tratava-se da história do corpo dos homens em sociedade. Desse modo, o rosto era tomado como uma textualidade, exprimindo uma interioridade que podia ou não mostrar-se. Assim, a fisiognomonia, cujo gosto se faz por uma “ciência do rosto”, mantém-se ainda em funcionamento, sendo o rosto e o corpo os alvos de uma observação detalhada e pormenorizante. Com o objetivo de desnudar e revelar o coração, a fisiognomonia se define, então, como a “ciência das paixões naturais da alma e dos acidentes do corpo” (COCLÈS, 1.504 apud COURTINE; HAROCHE, 1994). O corpo é, ao mesmo tempo, objeto assinalado e discurso proferido, indício e palavra da alma, de maneira que os movimentos das paixões, que habitam o interior do homem, se revelam na superfície de seu corpo.

Para Courtine e Haroche (1988) o rosto é, ao mesmo tempo, metonímia da alma – a frágil porta da sua morada, o acesso como porta entreaberta para contemplá-la – e metáfora da alma – a figura da alma, sendo a fisiognomonia o repertório de uma linguagem das figuras. Os efeitos de sentido instalados pela fisiognomonia continuaram a inscrever o rosto como o espaço de visibilidade da boa ou má alma e, em consequência, como lugar de interpretação judicial e de determinação do desvio, haja vista que a psiquiatria forense ainda se vale do olhar, que perscruta e julga o homem por sua aparência para decidir sobre o crime ou a loucura.

Em 1875, Cesare Lombroso, comungando com os fisiognomonistas, escreveu *O homem delinquente*⁴ partindo da ideia da completa desigualdade fundamental entre homens honestos e criminosos, estando preocupado em encontrar no organismo humano traços diferenciais que separassem e demarcassem o sujeito desviante. Segundo Lombroso, existiria um conjunto de marcas do criminoso voltado principalmente para a sua aparência, assimetria craniana, fronte fugidia, orelhas em asa, zigomas salientes, arcada superciliar proeminente, prognatismo maxilar, face ampla e larga, cabelos abundantes, dentre outras características que se apresentam regulares no rosto desse sujeito. Vejamos no filme *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* como o rosto criminoso é produzido pelo dispositivo audiovisual de modo a trazer em sua superfície o que constitui sua monstruosidade moral.

1.2. A fisiognomonia de Pierre Rivière no dispositivo audiovisual

Pensamos a irrupção desses acontecimentos enunciativos acerca dos estudos fisiognomônicos em uma descontinuidade histórica que possibilita que o rosto criminoso exista, seja conhecido, tome forma e seja retomado, tal como então o problematizamos nesta pesquisa em uma nova materialidade: o *dispositivo audiovisual*. Ao olhar para o dispositivo audiovisual, estamos aludindo tanto para seus recursos e estratégias de elaboração de imagem em movimento e som quanto para os discursos e práticas que eles produzem (MILANEZ;

⁴ As conclusões de Lombroso em *O homem delinquente* foram construções eminentemente empíricas baseadas em resultados de 386 autópsias de delinquentes e nos estudos feitos em 3939 criminosos vivos.

CAIRO; BRAZ, 2013). Estamos, desse modo, entendendo tal dispositivo a partir das nossas leituras foucaultianas como um conjunto de táticas, leis e estratégias que fazem ver, dizer e institucionalizar os sujeitos (FOUCAULT, 1985).

O camponês francês que, aos vinte anos, assassinou a golpes de foice sua mãe grávida de sete meses, Marie Anne Victorie; sua irmã de 18 anos, Victorie Rivière, e seu irmão de sete anos, Jules Rivière, preencheu as notícias de jornais e folhetins de 1835, causando repulsa e julgamento da opinião pública, aflorando a associação entre o trabalho jurídico e o psiquiátrico. Nesta presente análise, interessa-nos que na busca pela motivação e justificação de tal crime de parricídio e fratricídio, um mosaico de interpretações e verdades foram se construindo à margem do texto e do ato do sujeito confesso. Nesta direção, tanto no dossiê do caso, coordenado e produzido por Michel Foucault e sua equipe de pesquisadores, em 1973, quanto no filme dirigido por René Allio, em 1976, aparecem respostas articuladas em torno das características físicas de Rivière que definem, em meio a outros fatores, a condição do jovem criminoso.

No filme de Allio, os sinais fisiognomônicos de Rivière relatados nos registros e descritos no dossiê coordenado por Foucault são materializados por meio do dispositivo audiovisual de maneira a tornar irregular o rosto do criminoso em foco. Através do fotograma capturado de uma cena central do filme, em que Rivière, já detido pela polícia, confessa seus crimes, convidamos à análise do rosto de criminoso nos modos como foi produzido pelo dispositivo audiovisual (Figuras 1 e 1.1):



Figura 1 – *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (ALLIO, 1976).



Figura 1.1 – *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (ALLIO, 1976).

Notamos, em primeiro lugar, que a posição fixa e central da câmera com foco em Rivière elabora um *portrait* do criminoso. O retrato, aqui em movimento, nos envia à memória dos cartazes de criminosos procurados, tática utilizada pela polícia de investigação, pelos jornais e pelo que nos acostumamos a ver nos filmes de faroeste, chegando aos nossos dias com técnicas de imagem muito apuradas para a elaboração de retratos falados de suspeitos e fotografias que circulam na *internet* ou são manchetes de matérias jornalísticas impressas e da rede televisiva. Embora as demarcações físicas não sejam, no caso Rivière, determinantes para a sentença penal à qual foi submetido diante dos crimes que cometeu, elas são relatadas com certa minúcia, e então nos interessam tais características: "(...) sinais particulares - olhar oblíquo, cabeça inclinada, suíças negras e ralas⁵" (FOUCAULT, 2007, p. 179).

Em segundo lugar, é também a posição fixa da câmera, centralizando Rivière na tela, que nos cria o efeito de observar o seu rosto separado, descolado, adiantado em relação ao tronco. A sombra do queixo e da barba do ator sobre o seu pescoço nos dá a ver um Rivière degolador agora também degolado. Notamos, recorrendo à medida exata da tela retangular, que o nariz do criminoso, ponto central da face humana, ocupa também o centro da imagem e, possivelmente, o uso deste enquadramento nos impele a fixar o olhar sobre o rosto e os olhos de Rivière, reforçando o efeito de flutuação de sua cabeça. A anormalidade que se dá a ver na possibilidade de entender o degolamento de Rivière a partir das técnicas de imagem e movimento utilizadas faz demarcar o criminoso em sua condição de irregularidade. Procedemos nessa análise cinematográfica em âmbito discursivo, compreendendo "(...) as delicadas tiranias da mobilidade, os discretos poderes da abundância; analisando preferencialmente os efeitos de incitação do que operações de interdição; as lógicas de superinformação do que os mecanismos de censura" (COURTINE, 2003, p. 33). Esta compreensão perpassa, portanto, por uma busca pelas condições de produção do discurso e pela constituição da subjetividade do rosto criminoso que nele está diluída. Dessa forma, em meio ao cenário histórico e social que enredam o filme, tais condições de produção se compõem como linhas que fazem ver e falar o rosto criminoso como reconhecivelmente anormal. Neste sentido, a expressão da vida submetida ao poder, lembra Foucault, é produto de um processo histórico voltado para o controle da vida pessoal:

Esta forma de poder se exerce na vida quotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, os designa em sua individualidade própria, os adstringe às suas individualidades, lhes impõem uma lei de verdade que eles devem aceitar e que os outros devem reconhecer neles (FOUCAULT, 1985, p. 227).

Estamos tratando, no caso Rivière, da identificação, a partir do criminoso, de uma noção jurídico-biológica que agrupa o *avesso* da espécie humana na categoria do anormal. Na cena em análise, considerando o aparato técnico utilizado e o enquadramento, além de

⁵ Descrição completa: "Registro de admissão de prisioneiro na Prisão Central de Beaulieu: Nome, prenome e sinais particulares dos condenados/ 7222 Riviere, Jean Pierre, filho de Pierre Marguerie e de Victoire Brion. Chegado a 7 de março de 1836 Idade -- 21 anos/ Altura -- 1m 62/ Cabelos -- negros/ Sobrancelhas -. idem/ Testa - estreita/ Olhos -- avermelhados/ Nariz - médio/ Boca - média/ Queixo -- redondo/ Rosto - oval/ Tez - morena/ Barba - castanho claro/ Sinais particulares - olhar oblíquo, cabeça inclinada, suíças negras e ralas". (FOUCAULT, 2007, p. 179).

observarmos a cabeça de Rivière flutuante em relação ao tronco, notamos também esse efeito de anormalidade em relação aos outros elementos componente do quadro, tais como o cenário em profundidade de campo alta, promovendo o desfoque do fundo, e a própria posição corporal na interpretação do ator, o que garante maior evidência ao rosto de Rivière. Notamos que o efeito produzido por essa estratégia de *mise-en-scène* do ator é de um rosto protuberante e também de um rosto inacessível.

É também o rosto de Rivière um que não se *pode* ver ou um que se deseja ocultar, podendo ser remetido a um rosto mascarado. O rosto de Rivière, cujo adiantamento se faz em relação ao tronco, também nos leva associar um possível uso de máscara que impede que sua identidade real seja conhecida. Ao nos darmos conta de que podemos estar diante de um homem sem rosto, o efeito do desconhecido é também fomentador de um efeito monstruoso. Mais uma vez, por meio das técnicas do dispositivo audiovisual, estamos diante de um *monstro moral* (FOUCAULT, 2001). Observemos, mais uma vez utilizando um outro fotograma capturado (Figura 2) da mesma sequência de cenas apresentada anteriormente, como há uma aproximação da imagem do rosto de Rivière com o uso de máscaras, tomando como disparador principal dessa comparação o sombreamento que o queixo provoca em relação ao restante do corpo:



Figura 2 – *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (ALLIO, 1976).



Figura 3 – *V for Vendetta* (James McTeigue, 2005).

A máscara de Rivière nos aparece misteriosa como a do *V for Vendetta*, série de romances gráficos criada em 1982 pelos britânicos Allan Moore e David Lloyd, que conta a história de um anarquista e revolucionário mascarado que tenta destruir o Estado Totalitário. Na produção fílmica originada da criação em quadrinhos, então dirigida por James McTeigue em 2005 (Figura 3), a vingança de V é direcionada àqueles que o desfiguraram em experiências de laboratório semelhantes às dos campos de concentração nazista. A máscara de Rivière é também reveladora de um sujeito que assassina sua mãe e irmãos para vingar-se pelo sofrimento que provocavam em seu pai. Por trás da máscara de V, a monstruosidade biológica e a deformidade física; em Rivière, a máscara para uma anormalidade moral.

A máscara de Rivière é também como a máscara cadavérica da *Morte Rubra* do conto de Edgar Allan Poe, a máscara da peste que penetrou numa festa Real e, por sua impostura, teve a ameaça de cortarem-lhe a cabeça (POE, 1981). Como Rivière, com o "poder" de controlar fantásticamente sua cabeça flutuante e fazer ecoar, a partir de um mesmo ângulo, uma possessão de tantos discursos que produziram sua subjetividade criminosa, a Morte Rubra foi quem orvalhou todos de sangue no salão. A produção cinematográfica de Rivière também nos pinta de sangue porque, emprestando de Nietzsche (2009), a vontade de verdade está também na verdade de morte e aí existe a violência em nós, o sangue do nosso sangue, a vida-morte que pulula das nossas entranhas...

1.3 A cabeça flutuante no cinema

O efeito conjunto desses elementos do dispositivo audiovisual, nesta cena, transporta-nos a outras cenas, funcionando como um nó em uma rede. Assim podemos nos remeter aos tempos iniciais do cinema, com Georges Méliès⁶, ilusionista francês que, em 1898, produziu a filmagem *Un homme de têtes* (Figura 4). Na produção, Méliès separa, fácil e repetidamente, sua cabeça do pescoço. A intenção de provocar espanto e admiração no espectador é alcançada pela técnica e, em concomitância, abriga na materialidade a produção discursiva cujo efeito é da ordem do fantástico.



Figura 4 – *Un homme de têtes* (Méliès, 1898).

⁶ Após o primeiro contato com o trabalho dos irmãos Lumière, precursores da imagem em movimento, Méliès começa a utilizar as luzes projetadas em seus espetáculos e, ao mesmo passo, começa a pensar que adulterando cortes e películas, poderia fazer objetos sumirem diante dos olhos dos espectadores. Arrisca, assim, os primeiros efeitos especiais do cinema.

Méliès mostra em seu ilusionismo o que nenhum de nós é capaz de realizar em condições comuns da vida. No filme *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, René Allio também promove, através do efeito de degolamento do criminoso por meio do dispositivo audiovisual com suas táticas e técnicas, o que a sociedade comum não é capaz, usando as próprias mãos, de fazer com um sujeito que invade suas regras morais.

Neste sentido, o que estamos querendo demonstrar é que a produção do discurso da imagem em movimento dá a ver as maneiras como os outros procedimentos discursivos a atravessam. Neste caso, estamos tratando dos discursos médico e jurídico que examinam e inquerem Rivière. Na tela de cinema, a punição do sujeito criminoso, considerado assassino e anormal, se evidencia ao executar o degolamento do criminoso. Ao olhar fixamente para o rosto projetado no centro da imagem, o efeito provocado pelo ilusionismo de Méliès de espanto e admiração é novamente promovido. Enfim, o telespectador, como uma espécie de polícia social, pode tranquilizar-se, porque o assassino teve, seguindo a *lei de Talião* e na tela projetada, a sua cabeça arrancada, fazendo cumprir a justiça.

Em 1977, David Lynch, diretor, roteirista, produtor e artista visual norte-americano, conhecido por seus filmes surrealistas, produziu sua primeira obra cinematográfica intitulada *Eraserhead*. Neste filme, como em alguns outros sequentes de Lynch, o efeito especial da cabeça degolada também aparece. Para além de ter sido categorizado como sendo do gênero de horror, *Eraserhead* produz efeitos dessa ordem horrorífica, mas ao passo que se mostram tão perturbadores, evidenciam também uma composição redentora no discurso audiovisual: a cabeça de Henry - personagem central do filme - cai e seu cérebro é utilizado para fabricar borrachas escolares.



Figura 4 – *Eraserhead* (LYNCH, 1977).

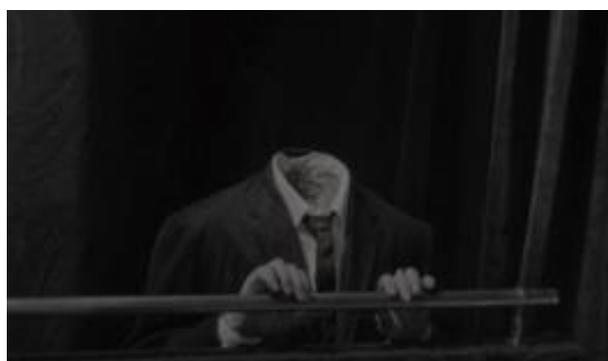


Figura 4.1 – *Eraserhead* (LYNCH, 1977).

A sua cabeça de borracha decepada (Figuras 4 e 4.1) pode, enfim, apagar todos os males que aconteceram. Como afirmamos anteriormente, quando pensávamos o degolamento de Rivière no cinema, o atravessamento de discursos e práticas na materialidade audiovisual também determina de que sujeito estamos tratando e de que maneiras as composições discursivas e históricas de uma ordem jurídico-biológica controlam, regulam e definem subjetividade. A cabeça de borracha que rola pelo chão no filme de Lynch produz sentido semelhante ao efeito provocado pelo degolamento de Rivière produzido pelo dispositivo audiovisual: Enfim, livramo-nos da aberração!

2. Subjetividade e memória do rosto criminoso - regularidades e dispersões em *Pierre Rivière*

As lentes da produção cinematográfica tem o poder de explorar essa expressividade do rosto – que aprendeu, com a história, a ficar em silêncio e permanecer impassível diante de uma política atual do olhar. Em se tratando do rosto saber falar e calar, as técnicas de imagem contemporâneas tem a capacidade de potencializar essas práticas, atuando como uma espécie de *arte do detalhe*, assim como o faziam os tratados de fisiognomia desde o século XVI. No caso das interpretações possíveis no cinema, pensamos que o olhar tem que ultrapassar o homem inexpressivo e explorar tecnicamente os lapsos de sua expressão.

Valendo-se desse saber acerca da interpretação das expressões e contando com o desenvolvimento tecnológico ao longo do tempo, o cinema explora não só a instantaneidade da fotografia e a possibilidade técnica de apreender uma série de instantâneos do personagem em um tempo relativamente breve – como o tempo de uma piscada, de um suspiro ou de um esboço inicial de sorriso –, mas também explora a apreensão e a exposição privilegiada dos mínimos gestos, que por mais insignificantes, ensaiados ou editados, fazem falar pelo rosto o que o verbo poderia eventualmente negar. Trata-se, portanto, de uma exploração da expressividade do rosto a partir da técnica cinematográfica que tem o poder de recortar, na descontinuidade do tempo da expressão facial, um signo corporal historicamente construído.

Em se tratando do sujeito criminoso, entendemos que para se chegar a ele é necessário que antes exista o crime, e para que o crime exista é preciso que ele seja construído. Neste sentido, consideramos que o crime não existe em uma essência e nem é ou tem um *a priori*. Para o crime é preciso a existência de um sujeito que o cometa e a produção de um discurso que o delimite. O crime não existe em sua objetividade, ele surge em certo contexto e a partir de certas necessidades que o possibilitam surgir enquanto uma construção discursiva. Isso nos leva a pensar que, de modo análogo, as regularidades fisiognômicas, as marcas que definem um rosto criminoso, só podem aparecer a partir do momento que o sujeito comete o crime. É neste momento que este rosto está autorizado no campo da desordem jurídica e social passando a ser reconhecido e delimitado como tal.

Os caracteres anatômicos de Pierre Rivière relatados pelos laudos periciais, mostrados tanto no dossiê quanto no filme, certamente coadunam com as propostas da biologia criminal de Lombroso e de outros estudiosos da fisiognomia, como Colclès ou Le Brun, e até da metoposcopia - forma medieval de ler a alma materializada no rosto (COURTINE: HAROCHE, 1994). No entanto, embora seja sedutor que essa análise assim se pudesse findar, devemos dizer que as regularidades apresentadas não nos interessam mais que as dispersões que, historicamente, podem contrariar a proposta de um rosto criminoso simplesmente suspeito por sua constituição física estrutural ou expressiva.

O que nos dá os contornos da subjetividade de Rivière pertence ao domínio da

descrição “arqueológica da constituição de um certo número de saberes sobre o sujeito” (REVEL, 2010, p. 226). A subjetividade de Rivière aparece em um momento da descontinuidade do sujeito em relação à linearidade de sua ordem. Gostaríamos, neste sentido, de entender as marcas que definem a subjetividade de Rivière no cinema e propriamente o sujeito criminoso a partir de uma dispersão que pretende apreender todos os interstícios que separam os objetos, medir as distâncias que reinam entre eles e formular sua lei de repartição. Estamos propondo, assim, *quadros de diferença* para compreender a irrupção dessa subjetividade, ao invés de entender somente as repetições que a pudessem compor. Mesmo na função unificante de um determinado sujeito, nos adverte Foucault, a descontinuidade dos planos de suas falas e das que as atravessam, dos lugares que ocupa, faz revelar, no discurso, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2009).

No campo de regularidades, vemos condições de possibilidade para diversas posições de subjetividade. Desse modo, “não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações” (FOUCAULT, 2009, p. 61). No caso Rivière, as formas com as quais o dispositivo audiovisual mostra o criminoso, evidencia sua anormalidade na tela, que compactua com o direcionamento da descrição fisiognômica realizada pelas perícias médica e jurídica, fazendo compor o formato geral do criminoso. No entanto, se nos ativermos às lacunas e falhas da produção discursivo-imagética do rosto criminoso, veremos que, no regime geral ao qual obedecem os diversos modos de enunciação, as práticas, as institucionalizações e os modos de subjetividade, daremos conta do fato de que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2009, p. 144).

Da ordem de uma memória das imagens e recorrendo às regularidades que, discursiva e historicamente, passaram a desenhar o rosto criminoso, propomos então, na dispersão do seu acontecimento, fazer o batimento de fisionomias com características semelhantes e repetíveis a fim de refletir sobre a constituição histórica dos sujeitos em sobreposição ao seu mapeamento meramente biologicista. Estamos supondo aqui a existência de uma memória visual para os sujeitos, pois já sabemos que todo enunciado tem a sua margem povoada de outros enunciados (FOUCAULT, 2009) e, como nos ensina Courtine (2008), a memória das imagens mostra que toda imagem tem seu eco.

Podemos observar, nas imagens seguintes, como a regularidade de sinais fisiognômicos não são capazes, em si mesmo, de delimitar o sujeito tomado como criminoso. Tomamos, como referência, o postulado lombrosiano sobre o criminoso nato, em que sinais como arcada superciliar proeminente, prognatismo maxilar, orelhas destacadas, face ampla e larga podem ser indicadores desse sujeito.



Figura 5 – Robert Pattinson
Eraserhead



Figura 5.1 – Papa João Paulo II



Figura 5.2 – Um homem comum

O ator Robert Pattinson (Figura 5), o papa João Paulo II (Figura 5.1) e o homem comum⁷ (Figura 5.2) apresentam algum limiar de aproximação com as definições de criminoso propostas por Lombroso, no entanto, até onde sabemos, não ocupam essa posição em suas vidas. Vale considerar que, nas redes e trajetórias de memórias que constituem os sujeitos, para além do fato de as ciências fisiognômicas se valerem de subsídios sistemáticos de avaliação para uma constituição do rosto, é comum a atividade mental de visualizar corpos, vestimentas e posturas e produzir associações, por um mecanismo de repetição, que identificam quem são esses sujeitos que vemos. Assim, se alguém, no nosso contexto sócio-histórico brasileiro, por exemplo, usa roupas largas e gorro na cabeça, e se a isso se associa a cor negra de pele, possivelmente entenderemos que esse sujeito é suspeito de irregularidade, seja econômica, social ou jurídica.

2. Inconsiderações Finais

O rosto criminoso de Rivière, que abriga em si uma *possessão de subjetividades* (MILANEZ, 2009), produz determinados saberes que o enredam em torno de um julgamento e condenação por meio de um conjunto de dispositivos materiais que, segundo Courtine (2008), inscrevem o corpo em um regime particular de visibilidades, produzindo a construção desse sujeito. Dessa unidade, compreendemos regularidades e dispersões que diante de um conjunto de procedimentos que controlam a nossa maneira de viver e que determinam nossa forma de estar no mundo, permite também fazermos parte dessa engrenagem. Ao mostrar-se autor do crime e autor de sua obra - já que Rivière escreve e, no filme, verbaliza, detalhadamente, sobre sua vida e sua relação com o assassinato de sua mãe e irmãos - “o sujeito imprime o momento de irrupção única em que foge dos grilhões de sua história para reinventar-se a si” (MILANEZ, 2013), para deixar emergir sua subjetividade.

Estamos entendendo, dessa maneira, a subjetividade como “uma marca formal, moral e discursiva que brota do desejo do sujeito em contradição com as condições de harmonia que o mundo e suas relações a montaram enquanto sujeito e que foram ao longo do tempo por ela assumidas como verdadeiras” (MILANEZ, 2013, p. 377). É neste sentido que afirmamos que

⁷ O “homem comum” ao qual se refere a análise faz parte das relações pessoais de um dos autores deste presente texto, está portanto, associado a uma definição bastante subjetiva..

o ato criminoso cometido por Rivière e suas vivências como filho, irmão e carpinteiro, possibilitam, em meio às marcas de existência enredadas em suas relações de saber-poder, o sujeito ser quem ele é, ser autor de sua própria invenção (REVEL, 2010, p. 228). É assim que, embora se configure como transgressor, Rivière encontra no degolamento de sua mãe, irmã e irmão o único caminho possível para a própria vida.

REFERENCIAS

- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. Vol. 3. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. **História do rosto**: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX). Lisboa: Editora Teorema, 1994.
- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. Org: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Ed. Clara Luz, 2003.
- _____. O corpo inumano. In: Corbin, A.; Courtine, J. J.; Vigarello, G. (Dir.). **História do corpo**: da renascença às luzes. Vol.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 5 ed. 1985.
- _____. **Os Anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. Curso do Collège de France, 1981-1982. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução: Sebastião José Roque. Coleção fundamentos do Direito. São Paulo: Ícone, 2007.
- MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago. In: NAVARRO, Pedro (org.). **Estudos do Texto e do Discurso**. Mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 153-179.
- _____. A possessão da subjetividade. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (org.). **Sujeito e subjetividades**: discursividades contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- _____. A dessubjetivação de Dolores: escrita de discursos e misérias do corpo-espço. In: **Linguagem, Estudos e Pesquisas**. UFG, Vol. 17, nº 2, Catalão, p. 367-390, 2013.
- MILANEZ, BARROS-CAIRO, BRAZ. O dispositivo audiovisual - Percursos de uma construção teórico-analítica. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio e SOUSA, Kátia Menezes de (org.). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral**. Trad. Antônio Carlos Braga. 3.ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- POE, Edgar Allain. **Contos de terror, mistério e morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- REVEL, Judith. **Foucault**. Conceitos essenciais. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani, 2005.
- _____. **Foucault**. Une pensée du discontinu. Paris: Fayard, 2010.

**Uma espada através do corpo de Dilma Roussef: mídia,
discurso e imagem**
**A sword through the body of Dilma Roussef: media,
discourse and image**

Pollyanna H. SILVA
Universidade Federal de Uberlândia – (UFU)

Simone Tiemi HASHIGUTI
Universidade Federal de Uberlândia – (UFU)

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre imagem e texto verbal em um artigo de jornal, a partir de uma perspectiva discursiva. Partimos do pressuposto de que os recursos midiáticos – TV, rádio, jornais impressos e online – são espaços de notícias e instituições que difundem e regularizam saberes que circulam na sociedade, e que têm o poder de instaurar sentidos que são tomados como verdades inquestionáveis. Nas reportagens, pela costura e disposição dos elementos gráficos e textuais, esses veículos fazem mais ou menos visíveis assuntos, personagens e temas e organizam percursos de leituras e sentidos de determinados discursos. Para discutir esses aspectos em funcionamento, nosso material de análise compõe-se de uma página de jornal do *Estado de S. Paulo*, em que uma foto da presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Roussef, foi publicada ao lado de uma notícia da qual a imagem não faz parte; criando, assim, um direcionamento de sentido. Assumimos o referencial teórico da Análise do Discurso de tradição franco-brasileira, principalmente os conceitos de enunciado e mecanismos de poder, propostos nos estudos foucaultianos sobre os saberes e discursos. Discutimos como a utilização da imagem descontextualizada de sua própria história, em meio ao texto verbal, é uma estratégia que visa repetir o sentido do texto verbal e estabilizar um determinado discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Enunciado; Imagem; Discurso

ABSTRACT: This work aims to discuss the relationship between verbal text and image within a discursive frame. We understand that the media resources - TV, radio, printed and online newspapers - are spaces for news and institutions that spread and regulate kinds of knowledge and have the power to establish unquestionable truths. In news articles, the way the graphic and textual elements are formatted and displayed builds and organizes forms of reading and meanings in certain discourses. For our discussion, the material of analysis consists of one page of the newspaper *Estado de S. Paulo*, where a photo of the president of the Brazilian Federal Republic, Dilma Roussef, was published alongside an article which is not part of the news; thus directing meaning. The Franco-Brazilian discourse analysis framework guides the study. We particularly use the concepts of statement and mechanisms of power proposed in the Foucauldian studies on knowledge and discourse. We discuss how the use of the image as decontextualized and out of its own history, amid the verbal text, is a strategy that aims to repeat the sense of the verbal text, and stabilize a certain discourse.

KEYWORDS: Media; Statement; Image; Discourse

Considerações Iniciais

As redes sociais e os meios audiovisuais, assim como a pluralização dos impressos, na contemporaneidade permitem que em nossa sociedade tenhamos acesso a diversos gêneros de textos que, por terem ampla circulação e muita visibilidade, acabam por fazer parte do nosso cotidiano e são, por isso, muitas vezes tomados como não passíveis de questionamentos quanto às práticas discursivas que impõem, ou seja, quanto aos poderes que podem exercer na sociedade. Isso acontece com o discurso midiático, que acaba por instaurar, entre nós regimes de saberes, verdades e identidades.

Este trabalho analisa uma reportagem que circulou no jornal impresso O Estado de São Paulo, no dia 20 de agosto de 2011. Nela, uma fotografia da presidente Dilma Rousseff em visita aos Agulhas Negras, aparentemente apenas uma “ilustração”, torna visível uma estratégia de poder, na medida em que há a possibilidade de um direcionamento e imposição de determinado efeito de sentido.

A imagem foi produzida a partir de uma determinada posição discursiva e do contexto histórico do momento, e a partir de interesses midiáticos. Ao contrário do que é postulado pelo senso comum sobre a prática jornalística e já bastante debatido em pesquisadores do discurso e da mídia, mais uma vez, essa reportagem nos mostra como a imparcialidade e a neutralidade professada pelo discurso midiático é uma ilusão. Afinal, bem sabemos como nos ensinou Foucault (1986) que não existe neutralidade no discurso.

Em nossa análise, assumimos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, (AD), pautados em estudos de diferentes autores franceses e brasileiros. Assumimos o discurso como um objeto de análise que

Encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado para análise (FERNANDES, 2005, p. 24)

Entender o discurso significa ir à busca do processo de construção de efeitos de sentidos que emergem em decorrência de determinadas condições sócio-histórico-ideológicas. A escolha de um item lexical em um texto, por exemplo, pode provocar no leitor a emergência de diversos sentidos que, muito além dos que poderiam ser listados no dicionário, revelam valores sociais reforçados e/ou negados, conflitos e contradições.

A Imagem e o sujeito no/do discurso

As práticas discursivas na contemporaneidade têm sofrido, cada vez mais, a influência do desenvolvimento tecnológico e incorporado elementos para além do enunciado linguístico. Como afirma Sargentini (2012, p.102):

Se antes as análises revelavam, por exemplo, as nominalizações como um recurso de manutenção de uma língua de madeira, ou ainda as seqüências discursivas como lugar de ocorrências de regularidades e

deslizamentos de sentido, na contemporaneidade, não se pode ficar cego às outras modalidades de linguagem que estão envolvidas no discurso político.

As outras modalidades a que se refere a autora abrangem os gestos, o tom de voz, o uso de cores, de movimentos e várias outras semioses que compõem o discurso político, juntamente com a materialidade linguística. Considerar essas variadas linguagens como constitutivas de enunciados implica mudanças no *corpus* discursivo, que não está mais relacionado apenas a elementos linguísticos em seu aparato metodológico.

Essa ampliação do conceito do material de análise, que considera também os elementos não verbais presentes no *corpus*, pode ser apreendida no conceito de enunciado proposto por Foucault, que afirma:

É relativamente fácil citar enunciados que não correspondem à estrutura linguística das frases.[...] uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados: onde estão as frases? Pode-se ir mais longe: uma equação de enésimo grau ou a fórmula algébrica da lei da refração devem ser consideradas como enunciados; e se possuem uma gramaticalidade muito rigorosa [...] não se trata dos mesmos critérios que permitem, em ma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável. Finalmente, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário; não são o equivalente deles [...] Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase. (FOUCAULT, 1986, p. 93)

O enunciado não está restrito aos limites da frase ou do texto, mas é constituído também de outras materialidades, que são responsáveis pela produção de efeitos de sentido. A imagem aqui analisada deve ser entendida como um enunciado (no sentido foucaultiano) e, como tal, passível de interpretação e descrição a partir de um aparato metodológico circunscrito na Análise do Discurso.

De acordo com Sargentini, essa redefinição do *corpus para além da materialidade linguística* é propiciada pela mudança na temporalidade do objeto de análise. Nesse sentido, analisar um discurso implica analisar um enunciado como um fragmento em curso na História, que na contemporaneidade comporta várias semiologias constitutivas que possibilitam vários paradigmas de leitura.

Considerar o enunciado em sua dispersão, como um fragmento, um acontecimento, e não em um longo ou médio período histórico, permite flagrar essa mudança que vem ocorrendo no discurso, que anseia por leituras de várias materialidades, além da linguística.

Essa redefinição do *corpus* discursivo, por sua vez, relaciona-se à heterogeneidade constitutiva do sujeito e, conseqüentemente, à Formação Discursiva (FD) em que ele se insere. As mudanças na conceituação de FD “derivam da necessidade de a AD ampliar seus objetos de análise, incorporar discursividades que envolvem o verbal e o não verbal e a sua circulação na sociedade do espetáculo midiático” (GREGOLIN, 2005, p.2).

Como toda FD comporta, além da heterogeneidade de materialidades - como a verbal e a não verbal – uma heterogeneidade de efeitos de sentidos, “toda formulação possui, em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais se produzem certos efeitos de memória específicos” (COURTINE, 2009). Nesse ponto, podemos retomar Foucault (1969), que discutiu junto ao conceito de FD o papel da memória, à qual cabe o agenciamento dos efeitos de sentido, marcados historicamente e repetidos ou silenciados em determinados momentos. É nestas condições que compreendemos o corpus desta pesquisa.

A página de jornal aqui analisada se insere em uma FD que comporta o contraditório, o embate e não apenas o seu efeito de sentido semelhante. O que ocorre é uma ilusão de unidade de sentido, produzida pela mídia, a qual é responsável pelo agenciamento da repetição e da reformulação de identidades e efeitos de sentido, inserindo esses sentidos na História.

Em relação ao discurso político, a mídia tem um papel crucial na defesa de interesses de grupos sociais e tenta instaurar práticas discursivas que materializam ações em prol da manutenção de poderes desses grupos. Como afirma Gregolin (2007, p. 24), “[...] na nossa época a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades, evidenciando sua sofisticada inserção na rede de discursos que modelam a história do presente”, e ainda:

Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e desterritorializações. Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos mitos – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Esse agenciamento promovido pelas mídias faz parte das técnicas modernas de controle dos corpos, como aponta Foucault, quando trata da genealogia do poder, explorando os mecanismos utilizados para a docilização, ou seja, para que o corpo faça aquilo que é desejado pelo outro. Ao retomar Foucault, Gregolin aponta as técnicas que materializam esse controle:

- a) Primeiro, ela se dá no contexto disciplinar dos regulamentos minuciosos, do olhar das inspeções e do controle sobre o corpo [...];
- b) Em segundo lugar, a disciplina organiza o tempo [...];
- c) Em terceiro lugar, a vigilância aparece como algo que deve ser contínua, ininterrupta e que, acima de tudo, precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como perpétua [...];
- d) Finalmente, a disciplina produz saber. (GREGOLIN, 2003, p.100).

Podemos perceber na circulação dos discursos pelas mídias toda essa maquinaria de controle e agenciamento, pois elas controlam nosso tempo disponível para elas e, sem que percebamos, colocamo-nos em uma posição de intensa submissão quando “consumimos” seus discursos sem questionarmos de onde eles vêm e por que eles nos vêm. Estamos tão imersos nessa submissão, principalmente se tomarmos a TV como exemplo, que não nos damos conta de que estamos sendo vigiados e determinados o tempo todo, já que são

utilizadas estratégias diversas para nos “capturar”, chamar nossa atenção e organizar nosso olhar e a forma como tomamos conhecimento dos fatos.

O discurso não está relacionado a um sentido único, mas a efeitos de sentidos produzidos em decorrência do lugar ideológico e da inscrição dos sujeitos em formações discursivas em determinado momento da História. Essa historicidade, por sua vez, intervém no discurso no que diz respeito a sua própria existência, como a responder à pergunta proposta por Foucault (1995) para a compreensão desse funcionamento: por que apareceu esse enunciado e não outro?

Na reportagem analisada, os enunciados escritos da notícia, acompanhados pela foto, emergiram em um contexto político de intensas críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e seus representantes. Como uma instância material da ideologia (ORLANDI, 2001), o discurso acontece na superfície da língua, e, como propomos, também no design de textos em jornais e sites, no recorte das imagens apresentadas, na costura entre textos verbais e imagens, por exemplo, não de maneira uniforme e imediatamente visível, mas apreensível em procedimentos de análise.

Sob essa ótica, o sujeito não é autônomo, dono e a origem de seu conhecimento, nem tampouco é um sujeito empírico. O sujeito discursivo é social, coletivo, integrante de uma realidade social, histórica e ideológica, e, como categoria analítica, é uma posição discursiva, que pratica os discursos ao enunciar e produzir sentidos. Como afirma Fernandes:

[...] o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, e um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. (FERNANDES, 2005, p. 34)

Das formulações desse sujeito polifônico e heterogêneo, podemos compreender práticas discursivas em funcionamento que revelam os embates sociais, ou seja, as várias vozes dos diversos lugares ideológicos e marcados historicamente. Essa heterogeneidade constitutiva do sujeito promove um diálogo constante entre os discursos produzidos, assim, todo efeito de sentido, inscrito historicamente, relaciona-se a outros efeitos de sentidos em dispersão, seja reafirmando-o ou refutando-o.

Um discurso “atravessado”, ou quando não vemos a história da imagem

Segundo os manuais de redação e estilo de jornais⁸, a imagem é usada na notícia para ilustrar o conteúdo noticiado, uma espécie de complemento do texto verbal, com o qual possui uma relação, portanto, de complementaridade. Assim, a foto de Dilma estaria, simplesmente, ilustrando a legenda que aparece abaixo, a qual explica que a presidente participou de uma cerimônia de gala na Academia de Agulhas Negras. Porém, o efeito de sentido provocado pela imagem, especificamente, caminha para a construção de um discurso

⁸ Para fins desta pesquisa, consultamos o Manual de Redação do Jornal Estado de São Paulo.

de depreciação do atual governo e da então presidente da república, sentido que não é tão explícito no texto verbal.

Observemos a matéria impressa do jornal O Estado de São Paulo, no dia 20 de agosto de 2011. É importante registrar que na versão online, apenas os enunciados escritos são apresentados e a foto não está disponível.

O ESTADO DE S. PAULO

Desconfiado de Dilma, PMDB faz plano para 2014

Descontentes com tratamento do PT e receosos sobre empenho da presidente para manter aliança, dirigentes preparam candidaturas

João Domingos | BRASÍLIA

Nas reuniões com dirigentes estaduais e municipais do PMDB Brasil afora, o presidente interino do partido, senador Valdir Raupp (RO), insiste em dizer que todos devem estar preparados para a possibilidade de trabalhar por um candidato da legenda à sucessão da presidente Dilma Rousseff.

“Nós temos de construir nomes para a sucessão em 2014”, disse Raupp ao Estado. “Temos vários, mas outros podem surgir.” Os peemedebistas, que já se movimentam para 2014, têm três nomes neste momento. Um deles é o do vice Michel Temer (SP). Os outros são os do ex-ministro Nelson Jobim (Defesa) e do governador do Rio, Sérgio Cabral.

Por trás dessa defesa da candidatura própria há dois recados do PMDB. Um, dirigido aos peemedebistas descontentes com a forma como julgam estar sendo tratados pelo PT na aliança, com denúncias de corrupção nos ministérios em que atuam. O outro recado é destinado à presidente Dilma Rousseff, uma esfinge que o partido não consegue decifrar.

De acordo com dirigentes do PMDB, o que o partido hoje pergunta é se Dilma é capaz de chefiar uma aliança como a que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conduziu. Será Dilma uma parceira confiável para a manutenção da aliança? Ou será preciso construir alternativas? O PMDB tem queixas quanto ao peso do que seus dirigentes chamam de “chicote do PT”. O partido sempre reivindicou um lugar no conselho político da presiden-



Honras militares

Recebida em solenidade de gala, na Academia de Agulhas Negras, a presidente Dilma Rousseff assistiu ontem à entrega de espadas a 441 cadetes que cursam o primeiro dos quatro anos da escola de formação de oficiais.

te, para influenciar no dia a dia do governo. Mas não conseguiu. Quis a divisão do governo em partes iguais. O PT não aceitou.

Números. Para mostrar sua importância, o PMDB gosta de exibir números. Tem o vice-presidente, 5 ministros, 5 governadores, 8 vice-governadores, 80 deputados, 20 senadores e 2.324.339 filiados. Ainda assim, tem gente que não acredita que o PT cumpra o acordo pelo qual o deputado Henrique Alves (RN) seja o sucessor de Marco Maia (PT) na presidência da Câmara, em 2013.

Em quase todas as eleições passadas, uma ala do PMDB sempre tentou lançar candidato à Presi-

dência, mas o apego a coligações predominou. Em 2002, fez aliança com o tucano José Serra e a deputada Rita Camata (PMDB-ES) entrou como vice. Dois anos depois, aderiu ao governo Lula, ganhou ministério e estatais. Em 2006, continuou com ele e, em 2010, fez a aliança com Dilma e elegeu o vice-presidente.

Os dissidentes são raros, como o senador Jarbas Vasconcelos (PE). No setor independente estão os senadores Pedro Simon (RS), Luiz Henrique (SC), Casildo Maldaner (SC), Eduardo Braga (AM), Roberto Requião (PR) e Ricardo Ferraço (ES). Se o assunto for um candidato próprio em 2014, eles se unem.

Figura 01: Página do jornal
Fonte: Jornal O Estado de São Paulo

A notícia, nos enunciados escritos, registra a opção dos peemedebistas de escolherem candidatos próprios para as eleições presidenciais de 2014. A leitura dos primeiros parágrafos pode dar um tom mais neutro e imparcial ao texto, porém, ao elencar os motivos pelos quais os integrantes do PMDB pensam em ter uma candidatura própria nas eleições de 2014 (o fato de o partido não confiar mais no PT e não saber se Dilma Roussef é capaz de manter a aliança), fica visível a crítica ao Partido dos Trabalhadores e à presidente.

De acordo com dirigentes do PMDB, o que o partido hoje pergunta é se Dilma é capaz de chefiar uma aliança como a que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conduziu. Será Dilma uma parceira confiável para a manutenção da aliança? Ou será preciso construir alternativas? O PMDB tem queixas quanto ao peso do que seus dirigentes chamam de "chicote do PT". O partido sempre reivindicou um lugar no conselho político da presidente, para influenciar no dia a dia do governo. Mas não conseguiu. Quis a divisão do governo em partes iguais. O PT não aceitou.

A fotografia que aparece na reportagem sugere a possibilidade da presidente ser atravessada por uma espada e a manchete menor afirma: *Descontentes com tratamento do PT e receosos sobre empenho da presidente para manter aliança, dirigentes preparam candidaturas*; e a foto de Dilma Roussef, que parece fazer parte da notícia. À primeira vista, o enunciado fotográfico e o enunciado verbal fazem parte de um único enunciado maior, já que a foto da presidente foi publicada abaixo da manchete e dentro do limite da notícia, formando, visualmente, uma unidade. Porém, após a leitura da notícia e da legenda abaixo da imagem, percebemos que os dois enunciados não foram, a princípio, produzidos em conjunto.

A imagem, uma unidade em si, apresenta-nos a presidente da república sendo atravessada por uma espada, com um efeito de sentido de crítica ao governo de uma forma mais direta e visível do que o texto verbal; pois o conjunto “espada mais a presidente” remetem ao sentido, acionado pela memória, de queda, de fragilidade e de derrota: a presidente aparece como que se estivesse sendo atravessada pela espada, e que, inclinada como está para a frente, estaria caindo.

Embora a imagem selecionada pelo jornal não tivesse uma relação direta com o texto verbal, da forma como foram dispostos, emergem de um contexto histórico em que a mídia, durante todo o ano de 2011, não poupou críticas aos ministérios do governo. Houve, neste período uma sistemática campanha de difamação e crítica em relação ao governo petista – o que explica o surgimento desse discurso, e não de outro.

Desse modo, o discurso midiático tenta construir uma verdade através da junção da imagem ao texto verbal, explorando a disposição gráfica dos elementos em uma mesma página. Esse procedimento, que pode passar despercebidamente pelos leitores, constrói um discurso específico sobre a presidente e revela uma determinada posição política para aquela reportagem. O discurso da mídia não pode, portanto, ser tomado como neutro, imparcial e que divulga “a” verdade sobre os fatos, pois ele faz circular “verdades”. Como afirma Foucault (1995, p. 1)

[...] estamos aqui para te fazer ver que o discurso está na ordem das leis, que sempre vigiamos o seu aparecimento, que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe.

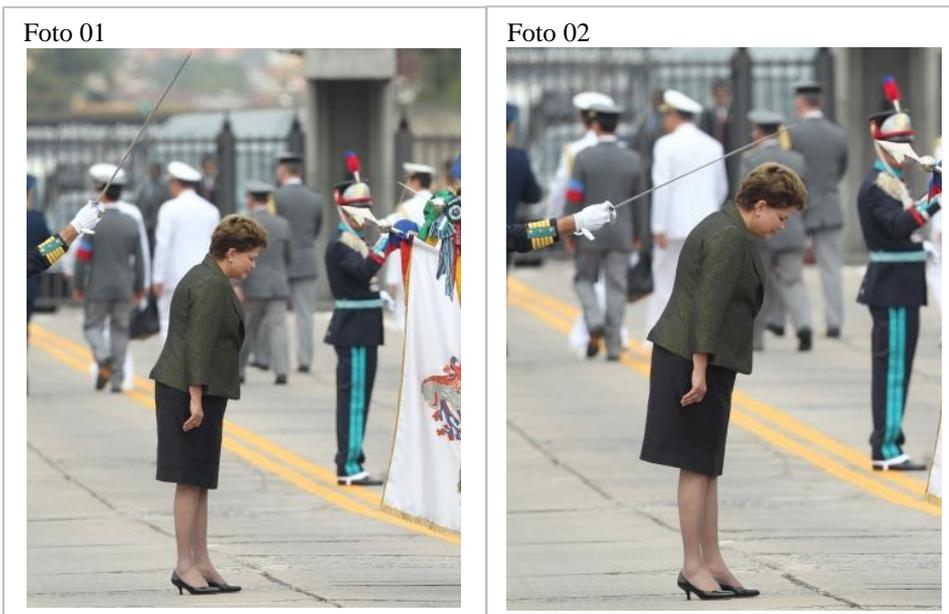
Entendemos o poder do discurso midiático, quando percebemos que o referente de *nós*, no trecho da citação acima, são as instituições, que reprimem, separam, autorizam e constroem os discursos produzidos na sociedade. Desse modo, os textos a que estamos habituados a ler e “consumir” diariamente por meio da mídia nada mais são do que discursos organizados e autorizados por ela para a defesa de si própria, para a legitimação de seus interesses e para a sua instauração como discurso verdadeiro, neutro e único.

Todo esse processo de legitimação do discurso, na reportagem em questão, é propiciado e reforçado pela imagem, que faz visível algo que não foi diretamente formulado no texto verbal, mas que nos é dado por meio dos elementos que a compõem, a saber: o foco e o recorte. Essa foto foi tirada de uma sequência de fotos de uma solenidade militar, conforme consta na legenda.

O recorte, ao “desnudar” a imagem de sua condição de produção, propiciou o aparecimento de um efeito de sentido completamente descontextualizado, fato que pôde servir de instrumento de poder para a construção do sentido pretendido pelo jornal. Além da seleção de uma foto dentre várias, o foco da imagem utilizada na reportagem está centrado na presidente e exclui os participantes da cerimônia, com suas vestimentas adequadas à situação – o que também colaborou para o agenciamento do sentido.

Temos, portanto, um direcionamento do sentido causado pela mudança da “verdadeira” condição de produção da foto, em que estão todos os envolvidos na cerimônia de oficiais da qual participou a presidente da república. Esse cerimonial, uma espécie de ritual, implica uma determinada vestimenta e determinados gestos, como o ato de perpassar a presidente com uma espada, conforme mostra a sequência de imagens abaixo, de autoria do fotógrafo Wilton de Sousa Júnior, que tirou as fotos durante uma cerimônia de entrega de espadas a 441 cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no sul fluminense. A imagem correspondente à figura 3, publicada no Estado de S. Paulo em 21 de agosto de 2011 e ganhou o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha.

Figura 02: Sequência de fotos tiradas em cerimônia Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, em agosto de 2011.



Nesse contexto, a espada perpassada possui um efeito de sentido completamente diferente do sentido agenciado pelo jornal, que recortou a terceira imagem de uma sequência, provocando então o sentido que se refere à fraqueza do PT. Sentido este que emerge a partir da relação do texto da notícia com todos os textos/discursos que foram produzidos e veiculados na mídia ao longo do ano de 2011, compondo os discursos em dispersão de uma determinada FD.

Podemos perceber, então, a trama em que foi construído um determinado sentido veiculado pela mídia, o que nos permite negar qualquer possibilidade de uma neutralidade divulgada por essa instituição.

Todos esses procedimentos utilizados na produção do discurso do jornal (disposição gráfica da imagem e da reportagem na página, foco e recorte da foto) nos mostram, na

verdade, a sua luta pelo poder e pelo próprio discurso, na medida em que há ao mesmo tempo o uso do discurso para a luta e para a sua própria legitimação como verdade inquestionável.

O texto da notícia analisada possui determinadas palavras e expressões que materializam um posicionamento ideológico específico sobre o assunto que está sendo noticiado. Assim, ao compor a materialidade linguística da notícia, termos construções como “chicote do PT”, “descontentes” e “esfinge”, que reforçam uma imagem negativa da presidente da república à época. Comparada a uma escultura icônica de civilizações antigas, como a grega e a egípcia, a presidente é significada pelo sentido do enigmático e traiçoeiro.

Do mesmo modo, a foto, publicada na mesma página corrobora para a produção do efeito de sentido acima, a partir do foco e do recorte com que foi apresentada. A imagem é uma dentre uma sequência de fotos que documenta um evento formal que não tem relação com a notícia do texto verbal. Assim como o texto escrito, a foto da presidente da república funciona como um enunciado, no sentido foucaultiano, já referido anteriormente, agencia discursos, inscreve-se em uma rede de memórias visuais.

Considerações Finais

A partir de uma perspectiva discursiva, procuramos refletir sobre alguns mecanismos utilizados para a regularização e estabilização de um sentido em uma determinada reportagem. Percebemos que houve um recorte de uma imagem que, inserida na página do jornal ao lado de uma matéria sobre o descontentamento de um partido político, “ilustrou” o sentido de fragilidade e queda do PT. A neutralidade e o objetivo de informar, que geralmente são lemas defendidos pelos jornais, são ilusórios quando discutidos a partir do discurso.

No corpus analisado neste artigo, a imagem parecia, numa primeira leitura, apenas uma ilustração inofensiva de um texto. Entretanto, ao recuperarmos sua história, pudemos observar como, destacada de seu contexto, recortada e organizada no espaço da notícia – com seu tamanho, no lugar específico da página, junto aos caracteres da notícia, ela funcionou como enunciado, reforçando o sentido dos enunciados verbais. Essa estratégia de regularização de sentidos não é nova no âmbito da mídia. No caso analisado, chama-nos a atenção, entretanto, e, sobretudo, a carga dramática e de espetacularização que a notícia ganha, na relação com a imagem. Pensamos, aqui, na espessura material da fotografia e no impacto que causam ao olhar.

Sontag (2004) já apontava esse aspecto ao discutir como fotos parecem funcionar como documentos incontestes de fatos da história, testemunhos ou provas. Funcionando ao nível do visível, elas impressionam e são mais memoráveis que os textos escritos ou desenhos, ou imagens em movimento. Uma foto recorta um momento e o cristaliza para o expectador. Quando trazem corpos como personagens, a dramaticidade é ainda maior, porque têm o efeito de construir um personagem na história. A espada que “atravessa” o corpo da Presidente é uma leitura possível a partir do texto verbal, mas a teatralização como personagem frágil, vencida e derrotada só é possível porque a imagem abre espaço para esses sentidos, porque o corpo mostrado parece pender para a frente, porque a expressão é séria. Há uma potencialização da notícia a partir da fotografia.

A imagem do corpo que parecia atravessado por uma espada nos remete a muitos lugares de significação, a muitas outras imagens que constituem nosso arquivo interno de imagens, a memória que Courtine (apud MILANEZ, 2012) chama de intericonicidade, em uma comparação com o conceito discursivo de interdiscursividade, e para explicar como as

imagens se retomam umas às outras para significar. A arma de outros tempos e batalhas golpeando pelas costas a figura política máxima de um país pode nos remeter a arquivos imagéticos de histórias medievais de traições, execuções, fins de alianças e de derrubada de um reinado. Esses sentidos, que estão presentes no texto verbal para a discussão dos interesses políticos no contexto atual, se repetem na imagem para regularizar um determinado discurso e uma posição política. O corpo da presidente, mostrado fragilizado e em queda, no espaço de significação da fotografia, foi a estratégia visual e de poder praticada na reportagem. Essa é a técnica sempre revisitada pela mídia na construção de uma memória que ela mesma faz. O corpo como imagem, nesse sentido, é sempre objeto privilegiado para ser feito visível e para fazer visível, dizível e repetível um discurso. O corpo exposto ao olhar é um dos espaços de injunção primeiros entre sujeitos, uma visualidade de grande força enunciativa (HASHIGUTI, 2015) e eficiente para estabilizar regimes de verdade, porque ele nos toma por (des)afetos. Leituras críticas e arqueológicas podem, entretanto, desvelar percursos de sentido e significações outras para tais visualidades.

Neste estudo, não buscamos advogar por uma neutralidade da mídia, ou mesmo, acusá-la de disseminar posições políticas específicas. Tampouco trazemos o tema com intuito de promover discussões e defesas políticas ou partidárias. Nosso objetivo foi explorar um exemplar do discurso midiático que faz visível a relação entre texto verbal e imagem para o funcionamento de regularização de sentidos no discurso. Acreditamos que a abordagem por via do conceito de enunciado e a partir da consideração das relações de poder são maneiras interessantes e frutíferas, dentro da perspectiva adotada, para abordar uma prática discursiva recorrente no nosso cotidiano, e muito frequente no que se refere às notícias sobre política.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. C. C. Birk et al. São Carlos: Edufscar, 2009. 250 p.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso - reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005,
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Adalberto de O. Souza. Maringá: Editora da UEM, 1995.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- HASHIGUTI, S. T. **Corpo de Memória**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O ESTADO DE S. PAULO. 3ª ed, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- MILANEZ, N. **Discurso e imagem em movimento: o corpo horrorífico do vampiro no trailer**. São Carlos: Claraluz, 2012. 96 p.
- ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
- GREGOLIN, M. R. V. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. In: Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, v 4, Nov. 2007, p. 11-25.
- GREGOLIN, M. R. V. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- SARGENTINI, V. M. O. A Análise do Discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M. R.; KOGAWA, J. M. (org). **Análise do Discurso e Semiologia: Problematizações Contemporâneas**. Araraquara: Laboratório Editoril/Cultura Acadêmica Unesp, v. 20, 2012, p.101-120.
- SONTAG, S. [1973] **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Práticas discursivas e função enunciativa na constituição do sujeito quilombola

Discursive practices and enunciative function in the construction of the quilombola identity

Claudemir SOUSA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Iza Galvão CUTRIM

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO: Nosso objetivo neste artigo é analisar a constituição discursiva do sujeito quilombola. Discutimos as diferentes posições ocupadas pelo sujeito quilombola por meio da análise dos mecanismos discursivos que arquitetam uma letra de música composta pelos habitantes da comunidade quilombola Jamary dos Pretos (Turiacu – Maranhão), em comemoração aos seus 170 anos. Para tanto, mobilizamos o aporte teórico da Análise do Discurso (AD), particularmente a arqueogenealogia de Michel Foucault, e autores do campo da História e dos Estudos Culturais. Este trabalho se caracteriza por uma abordagem qualitativa do *corpus*, que tem como marca a descrição e a interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Enunciado. Sujeito quilombola. Identidade

ABSTRACT: This article analyzes the discursive constitution of the quilombola subject. We will discuss the different positions occupied by the quilombola subject by the analysis of the discursive mechanisms that design a lyric composed by the inhabitants of the quilombola community Jamary dos Pretos (Turiacu – Maranhão), in celebration of the 170 years of that community. Therefore, we mobilize the theoretical framework of Discourse Analysis (AD), particularly Michel Foucault's archeogenealogy, authors from the field of History and Cultural Studies. This work is characterized by a qualitative approach of the *corpus*, which is marked by a description and interpretation.

KEYWORDS: Discourse. Statement. Quilombola subject. Identity

Introdução

A Análise do Discurso (doravante AD) surge em meados da década de 1960, na França, como uma forma de abordar a política por meio da linguagem. A AD se caracteriza como um campo de entremeio, e suas raízes estão fincadas em uma tradição intelectual europeia que, nos anos 60, articulou aportes teóricos da linguística (releitura de Saussure feita por Pêcheux), ao materialismo histórico (releitura de Marx por Althusser), à psicanálise

(releitura de Freud por Lacan), e a uma certa prática escolar de explicação de textos⁹. Assim, a AD emerge no entrecruzamento do Materialismo Histórico, da Linguística e da Teoria do Discurso, todos atravessados por um subjetivismo de ordem psicanalítica que insere nos estudos discursivos o inconsciente (FERNANDES, 2007).

Dada a multiplicidade de campos dos saberes com os quais dialoga, a AD é palco de embates teóricos, principalmente entre Foucault e Pêcheux. Os diálogos e duelos (GREGOLIN, 2004a) entre esses dois autores oferecem infinitas possibilidades para análises de discursos que circulam em diversas materialidades.

Para operar com o discurso é necessário destacar que ele não é texto, não é fala, nem tão pouco língua, apesar de poder ter elementos linguísticos em sua existência material (FERNANDES, 2007). O discurso, para Foucault (2008), expressa-se em unidades menores: o enunciado, que deve ser analisado em conjunto, produzido na dispersão de acontecimentos. A concepção de enunciado como unidade de análise é salutar para se empreender um trabalho no campo da Análise do Discurso.

No capítulo “Definir o enunciado”, do livro *Arqueologia do saber*, Foucault (2008, p. 98) afirma que o enunciado tem um modo singular de existência. O enunciado “não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos)”.

Para diferenciar o enunciado de uma estrutura, Foucault o distingue da frase, da proposição e do ato de fala, pois estes, guardadas as devidas especificidades, tratam-se de estruturas linguísticas, lógicas e/ou analíticas, ao passo que o enunciado, para Foucault (2008, p. 98) é:

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). [...] ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

No capítulo seguinte, Foucault (2008) afirma que “a função enunciativa” se relaciona a quatro características intrínsecas ao enunciado, a partir das quais se pode determinar a existência de um enunciado em uma dada materialidade. São elas: o referencial, a posição-sujeito, o campo associado e a existência material.

O referencial diz respeito às condições de possibilidades que determinam as regras de existência do enunciado. Para Foucault (2008), o enunciado não depende de um referente que permita atribuir sentido a uma proposição e conferir-lhe um valor de verdade. “A montanha de ouro está na Califórnia”, segundo ele, consiste em uma afirmação absurda, caso esteja relacionada à realidade. Por outro lado, essa mesma afirmação adquire nova consistência em um romance, pois este abre espaço à fantasia. Neste caso, o sentido relaciona o enunciado ao seu espaço de correlação, ou seja, ao conjunto de domínios que permite o aparecimento de objetos no enunciado.

⁹ Para uma discussão sobre a constituição da AD indicamos a leitura de Maldidier (1997), para quem a fundação da AD se trata de uma dupla fundação por Jean Dubois e Michel Pêcheux, concepção que é refutada por Courtine (2005).

Assim, para além da proposição, que está relacionada a um referente, o enunciado liga-se a um referencial. Este, por sua vez, não se constitui de “coisas”, de “fatos”, de “realidades” ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou escritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. Enfim, o enunciado define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 2008, p. 104).

Outra característica da função enunciativa é sua relação a um campo associado. O enunciado liga-se a uma série de enunciados que o precedem e aos quais se refere, atualizando-os, ao mesmo tempo em que está associado a enunciados que o sucedem e lhe abrem um futuro. Desta forma, a função enunciativa “não pode se exercer sem a existência de um domínio associado”. (FOUCAULT, 2008, p.109)

Nesse sentido, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo”. (FOUCAULT, 2008, p. 113-114) O enunciado não é determinado por um sujeito que fala, pois antecede o próprio ato da elocução. É através do domínio de memória que os enunciados se sucedem, se ordenam, na medida em que se afirmam ou se opõem.

Foucault ainda destaca que o enunciado tem uma existência material. Isso significa dizer que o enunciado necessita de uma materialidade que lhe determine um tempo e um espaço, sua individualização e, assim, possibilite observar sua transformação. Segundo o autor (2008, p. 116), “A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada”, mas que permite reconhecer, sob a forma geral de uma proposição, um mesmo enunciado. O enunciado pode ser repetido, mas a enunciação jamais se repete. Uma mesma afirmação em momentos históricos diferentes pode não constituir um mesmo enunciado. *Os sonhos realizam desejos* é um enunciado que se distingue em Platão e em Freud porque é a relação dessa afirmação com outras proposições a ela associadas que determina suas condições de formação e de transformação. (FOUCAULT, 2008)

Por último, destacamos a característica do enunciado, que é sua relação com um sujeito. Segundo Foucault (2008), o sujeito do enunciado não é um elemento gramatical, como uma primeira pessoa presente em uma frase. Existem enunciados que não admitem primeira pessoa em sua estrutura material, mas isso não significa que não tenham um sujeito.

O sujeito tampouco se confunde com um autor, enquanto indivíduo real que produziu a frase, pois o autor está relacionado à noção de origem e, portanto, ligado a uma intencionalidade que permitiu o ordenamento das palavras. O “autor”, enquanto elemento emissor, não é idêntico ao sujeito do enunciado porque as leis de possibilidade que determinam o enunciado são anteriores à enunciação.

A posição de sujeito é definida como um lugar determinado por “condições de individualização do sujeito”. Um único e mesmo indivíduo “pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos”. (FOUCAULT, 2008, p. 107).

O enunciado é, pois, concebido por Foucault como função enunciativa que define textos como acontecimentos discursivos produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a emergência dos discursos na sociedade.

Após essas considerações, empreendemos nossos esforços no intuito de compreender que práticas discursivas definem as condições de exercício da função enunciativa de

identidades quilombolas em Jamarý dos Pretos, comunidade quilombola localizada no município de Turiaçu, Maranhão, a partir da análise de uma música composta para homenagear os 170 anos dessa comunidade.

2. A posição sujeito do enunciado e a concepção de identidade

Conforme ressalta Foucault (2008), o sujeito do enunciado é historicamente determinado. Esse sujeito sofre mudanças de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos. Daí que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de distintos sujeitos – pai, professor, político, consumidor etc. O sujeito é aqui visto, portanto, como uma categoria móvel, fluida.

O sujeito discursivo deve ser considerado sempre como social, apreendido em um espaço coletivo. “Trata-se de um ser sujeito não fundado em uma individualidade, em um eu individualizado e sem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento histórico e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social” (FERNANDES, 2004, p. 33).

Importa também dizer sobre o sujeito na AD que este não é homogêneo, pois sua voz é constituída pela voz de outros sujeitos. É essa concepção de sujeito como móvel que põe a AD em relação com os Estudos Culturais. O sociólogo Stuart Hall (2006), ao investigar a identidade dos sujeitos na modernidade tardia, ressalta que as velhas identidades, que por um longo período foram responsáveis pela estabilidade do mundo social, estão em declínio e estão promovendo uma fragmentação do indivíduo moderno, fazendo com que a ideia de unidade seja esquecida.

À pergunta sobre o que estaria deslocando as identidades culturais nacionais no fim do século XX, ele responde: “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’” (HALL, 2006, p. 67). O sociólogo nos mostra essa transformação histórica do sujeito a partir de três concepções: o sujeito do Iluminismo, cujas ações eram regidas por um racionalismo; o sujeito sociológico, formado na relação com outras pessoas com as quais apreende os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habita e o sujeito pós-moderno, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p. 12).

Levando em conta que a produção discursiva feita por sujeitos, inseridos em uma contingência histórica, resulta em efeitos de sentidos e que estes são a forma de apreensão da realidade pelo sujeito, consideramos os discursos como categorias móveis, que estão sempre em movimento, sofrem transformações e acompanham as transformações sociais e políticas de toda a vida humana. Tal qual o sujeito, a identidade não é fixa, está sempre em produção. Transformada continuamente, encontra-se em um processo ininterrupto de construção e se caracteriza por mutações. O discurso, dispositivo de enunciação, é o principal veículo da produção de identidades (FOUCAULT, 2001).

Um estudo sobre o discurso exige que o deixemos aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Nesse sentido, torna-se necessário vê-lo não como um conjunto de signos, que carrega este ou aquele significado repleto de intenções. Os discursos são feitos de signos, claro, “mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 2008, p. 56) Esse *mais* faz do discurso uma prática que

relaciona a língua com outra coisa – uma prática discursiva. Conforme já destacamos, o conceito de discurso em Foucault compreende um conjunto de práticas que demandam análise.

Como essa discussão proposta por Foucault (2008) se relaciona com os trabalhos no campo da Análise do Discurso que se situam na confluência do discurso com a história? A tarefa da Análise do Discurso é procurar na materialidade do discurso, no conjunto de imagens, gestos, expressões, modos de circulação dos discursos, dentre outros, os efeitos de sentidos criados pelos sujeitos, considerando as condições históricas de produção que envolvem o discurso. Os fenômenos sociais têm existência na História, daí a necessidade de investigar os discursos a partir de um momento histórico social de produção.

Essas condições sofreram transformações, as quais serão manifestas nas produções discursivas, lugares de cruzamento de vozes e discursos outros que antecedem o mesmo, acentuando-se a fragmentação dos sujeitos, a heterogeneidade constitutiva dos discursos. Conforme ressalta Veyne (2008), tudo é histórico. E a densidade histórica é apanhada pelos discursos, na articulação entre discurso e história.

O discurso, o social e o histórico são também lugares de manifestação da memória na construção de identidades.

3. A Articulação entre História, Memória, Discurso e construção de identidades

A história tradicional, organizada em narrativas sequenciais de acontecimentos hierarquizados, concebia os indivíduos como atores pouco conscientes em uma totalidade. A consciência de si era intermediada pela narração histórica. Essa concepção é repensada por Foucault (2007; 2008), que vê as mudanças históricas como processo atravessado pela dispersão e descontinuidade, em que todos os sujeitos estão envolvidos. O cotidiano e a história são vistos diferentemente da proposta tradicional, portanto. Interessa agora a descontinuidade, ou seja, a quebra com a história tradicional, com a relação de causa e efeito.

Outra questão relevante destacada por Foucault (2008) são as mudanças operadas na escrita historiográfica pela *Escola dos Annales*, que se preocupa não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso. Com os *Annales* o historiador amplia seu olhar sobre as fontes e com isso há uma mudança na concepção de documento. Em princípio, o documento era, sobretudo, o texto e havia uma preocupação com sua autenticidade. É certo que “não há história sem documento”, mas é preciso “tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira”, destaca um dos historiadores da Nova História, Jacques Le Goff. (1994, p. 539).

Conforme Foucault (2008, p.14), precisa ficar clara para o historiador a distinção entre o *documento* e o *monumento*.

em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos, e o que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de estabelecer relações, de constituir conjuntos.

Segundo essa visão, tudo agora é importante; não há mais distinção entre documento e monumento. Os documentos devem ser todos lidos como monumento e o trabalho do historiador é contextualizar os documentos, desestruturando sua construção e analisando suas condições de produção (LE GOFF apud GREGOLIN, 2004, p. 24).

Em nossa análise, elegemos um documento (uma música composta por moradores da comunidade de Jamarý dos Pretos) visto como monumento, pois produz sentidos ao ser fruto de construções de sujeitos inseridos em uma determinada contingência histórica.

Importa pensar os acontecimentos sem tentar recuperar sua origem, já que esta se dispersou no tempo e ocorre descontinuamente. Mas como lidar com um objeto de estudo se todas as bases materiais tentam apontar para uma origem?

Vale então considerar que essa origem é ilusória e está ligada a outro momento. Os acontecimentos dispersos agora serão agrupados historicamente, reagrupados e relacionados a um só princípio organizador (FOUCAULT, 1995). Assim, explica Fernandes (2007, p. 23), “a referência à história se faz necessária, pois trata-se dos sentidos produzidos no discurso de acordo com as condições de produção histórico sociais peculiares à existência dos sujeitos”.

A produção de sentidos a partir das condições históricas e sociais traz à baila uma concepção sociológica de sujeito, na medida em que considera a subjetividade como decorrente de uma construção social. Essa concepção, no entanto, entrelaça-se a outras concepções de sujeito, considerando-se a heterogeneidade constitutiva do discurso e do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Diante da relação paradoxal entre perenidade e mudança, o homem irá eleger símbolos que delimitem os traços de sua identidade, numa busca pela afirmação e legitimação da memória, entendida como a seleção de fatos que merecem ser lembrados. Essa seleção, segundo Foucault (2006), é feita por meio de uma economia do poder que elege o que pode/deve ser apresentado ao sujeito. Na escolha dos elementos que serão dignos de lembrança, alguns acontecimentos são selecionados, em prol de outros, como mais importantes.

A memória é um mecanismo poderoso para que uma comunidade mantenha vivos seus traços identitários. Segundo Davallon (1999), para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, deixe o domínio da insignificância. O acontecimento deve conservar uma força para depois deixar sua impressão. O autor ainda acrescenta que o acontecimento lembrado necessita reencontrar sua vivacidade, sendo necessária sua reconstrução a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.

Conforme já destacamos, analisaremos como o sujeito quilombola é constituído discursivamente em Jamarý, a partir de um acontecimento discursivo e da análise da função enunciativa. As perguntas que nos movem são: que elementos são representativos de uma identidade quilombola em Jamarý dos Pretos, na contemporaneidade; que acontecimento discursivo é marcante nessa construção, e que memórias fortalecem a edificação dessa identidade?

O acontecimento discursivo que perpassa o *corpus* selecionado para nossa análise se dá em torno da busca pela posse da terra onde se localiza Jamarý dos Pretos. Esse acontecimento é, inicialmente, marcado pela luta de pesquisadores de movimentos negros, que chegam a Jamarý nos anos 90 e promovem um movimento de conscientização identitária junto aos moradores do lugar.

Os trabalhos dos pesquisadores resgatam a história e promovem uma valorização da memória de antigos moradores e, conseqüentemente, um sentimento de pertencimento ao lugar. Esse resgate é fundamental na constituição de suas identidades.

A luta por território está diretamente ligada à luta por identidade. O território é caracterizado por suas singularidades, por ser fonte de identificação. Configura-se como espaço em que agentes individuais e coletivos expressam suas tradições, sua história e cultura partilhadas, centrada num domínio de parentesco. A Fundação Cultural Palmares, ao assumir uma visão antropológica, refere-se aos territórios habitados por “remanescentes de quilombos” como “sítios historicamente ocupados por negros e que são possuidores de conteúdos culturais de valor etnográfico” (BRASILEIRO & SAMPAIO, 2002, p. 84).

A experiência histórica dos quilombos se traduz em manifestações culturais que se expressam em festas e danças como o Tambor de Crioula. Em Jamarý, um dos elementos representativos da identidade quilombola é o tambor de crioula, forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores, praticado especialmente em louvor a São Benedito.

Para comemorar os 170 anos de Jamarý foi composta uma música em cuja letra sobressai-se o reconhecimento à figura de Ivan Rodrigues Costa (1962-2011), militante do movimento negro e pesquisador do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Analisamos essa composição. A chegada de historiadores a Jamarý é assim narrada:

*Aqui em Jamarý quando Ivan chegou/
Quem vivia como escravo se libertou/
Foi pelo Sindicato que se descobriu/
E a nossa liberdade ressurgiu.
Em 94, começou a Associação de Moradores/
Quando a carta de despejo aqui chegou/
Foi aí que a nossa luta continuou.
Ivan e seus companheiros sempre lutando/
E dona Ana Amélia nos ajudando/
No quilombo Jamarý quando começou/
Formaram a Associação de Moradores.
Ivan que hoje já mora com o senhor/
Mas Ivo e Ana Amélia não nos deixou/
Ivan Costa quando veio nos reuniu/
Para lutar contra o racismo no Brasil.
Foi aí que se juntou com toda igreja
Pra lutar até vencer esta peleja
170 anos de história e de poder
Quilombo Jamarý, parabéns pra você (2x).*

Na análise dessa música, o sujeito da enunciação ancora-se em um acontecimento constantemente lembrado: a chegada a Jamarý dos pesquisadores Ivan Costa, Ivo Fonseca Silva e Ana Amélia Campos Mafra. Os efeitos de sentidos que emergem desse acontecimento vão construir uma identidade marcada por uma resistência racial. Em fins da década de 1970 e início dos anos 80, quilombo é sinônimo de “resistência negra”. (ARRUTI, 2003).

Esse acontecimento é marcado logo na primeira estrofe com o dêitico *aqui*, que demarca um espaço em particular na enunciação: Jamary. Essa demarcação exclui do discurso outros espaços que poderiam emergir da interpretação; em Jamary houve uma mudança que produziu na comunidade um movimento de conscientização de si e essa mudança foi provocada pelos três pesquisadores.

A chegada e permanência de Ivan Costa, Ana Amélia Campos Mafra e Ivo Fonseca – destacada no primeiro verso da terceira estrofe com uma locução verbal no gerúndio “Ivan e seus companheiros *sempre lutando*” (grifamos) – representa para a comunidade local a tomada de consciência de si, uma ideia de territorialidade, que se ancora num conceito contemporâneo de quilombola, que não está ligado a uma identidade ancestral ou mesmo a tradições africanas, mas sim, a uma consciência de si enquanto pertencente a um território que deve ser seu e para isso é preciso lutar pela posse da terra. A chegada dos pesquisadores é um acontecimento que, sempre lembrado, permanece vivo na memória da comunidade, pois se tornou parte de uma história comum a todos.

No verso “Quem vivia como escravo se libertou”, o tempo verbal “vivia”, no pretérito imperfeito, indica uma ação simultânea, inacabada. Conforme Fiorin (2002, p.158), o imperfeito apresenta os fatos como simultâneos, formando um quadro contínuo, ou melhor, vinculado ao mesmo momento de referência pretérito. O sentido da palavra escravo, nesse enunciado, pode não estar vinculado, necessariamente, à escravidão tradicional, mas à ausência de consciência de sua condição de cidadão, de pertencimento ao lugar Jamary. Em outras palavras, antes da chegada de Ivan Costa e demais pesquisadores, Jamary era visto como um espaço geográfico, herança dos antepassados; após sua chegada passa a ser o espaço da luta, da libertação, da consciência de si. O enunciado *Quem vivia como escravo se libertou* mantém relações específicas com história, política, cultura, gerando uma cadeia de enunciados ulteriores a ele. Conforme certas condições sociais, políticas e históricas, que se inscrevem no âmbito do domínio associado em que o enunciado se acomoda, há certa vontade de verdade que incide sobre a existência e a manutenção do enunciável.

No caso em específico, essa vontade de verdade encontra-se no plano das lutas por liberdade e igualdade e se acomoda em práticas discursivas que lhe dão regularidade.

No terceiro verso da primeira estrofe “Foi pelo Sindicato, onde se descobriu”, não há na materialidade linguística um complemento para o verbo “descobrir”, mas a historicidade comprova a existência de um documento de registro do local onde se localizam as terras de Jamary. Nesse enunciado, assim como na terceira estrofe, a figura do Sindicato é marcada como um elemento importante na busca pela territorialidade e também como parte integrante de uma identidade quilombola.

O enunciado “E a nossa liberdade ressurgiu”, que completa o enunciado anterior, indica uma conscientização coletiva, marcada pelo pronome “nossa”. Essa conscientização ocorre com o apoio da organização sindical. Assim como o Sindicato, a Associação de Moradores também é algo que passa pela via da legalidade, do coletivo. Há uma consciência coletiva do ser quilombola, uma unificação das lutas, possibilitada por essa entidade, que o faz por vias legais e graças a um trabalho de conscientização dos sujeitos. Há, na esteira de Hall, uma identidade sociológica, na medida em que a consciência de territorialidade é algo que se realiza somente após uma tomada de conscientização desenvolvida por um grupo de pesquisadores que chegam a Jamary nos anos noventa. A identidade é uma construção coletiva.

Conforme destaca Almeida (1996, p. 11), as novas dimensões sobre o significado atual de quilombo têm como ponto de partida “situações sociais específicas e coetâneas,

caracterizadas, sobretudo, por instrumentos político-organizativos, cuja finalidade precípua é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria”.

No enunciado “Quando a carta de despejo aqui chegou”, o dêitico “quando” sinaliza um segundo acontecimento: a ameaça de expulsão que a comunidade de Jamary sofria, mas esse momento também é um acontecimento que marca uma mudança, uma consciência de luta. A carta de despejo de que fala o enunciador foi um dos principais motivos para o início de uma luta pela terra que resultou na criação da Associação de Moradores e, consequentemente, no fortalecimento da comunidade.

Em “Foi aí que a nossa luta continuou”, novamente temos uma ideia de identidade coletiva, com a instalação do pronome pessoal “nós”. O dêitico “aí” (no sentido de “foi nesse momento”) situa um novo momento de consciência que se dá pela ameaça da perda do território.

Considerando que não existe enunciado que não suponha outros, a memória exerce um papel fundamental na relação entre o enunciado e o arquivo. O enunciado, em sua relação com o arquivo, é aquilo que surge com valor de acontecimento em meio a um espaço colateral povoado por outros enunciados. Esse espaço colateral é denominado por Foucault de “campo associado”, formado pela série de formulações em que o enunciado se inscreve e pela série das formulações em que o enunciado repete, modifica, adapta, se opõe ou propicia a possibilidade ulterior (sua consequência, sequência natural ou réplica).

Nessa esteira, os discursos que permeiam as lutas têm sentidos itinerantes, pois resultam de práticas discursivas diversas e partem de diferentes lugares enunciativos. Na letra da música o sujeito fala do lugar de quem se reconhece enquanto um “guerreiro”, enquanto um membro de Sindicato e de Associação de Moradores, que luta por manter sua identidade. Em “Foi aí que a nossa luta continuou”, há uma retomada de um enunciado muito comum, que é dito como palavra de ordem em certas cenas enunciativas, mas os sentidos são outros, não se repetem. O sujeito desse enunciado se diferencia, por exemplo, de um integrante de um partido político de esquerda que toma como palavra de ordem “a luta continua”.

O enunciado se repete, mas o momento de enunciação transforma as formações discursivas de cada enunciador produzindo novos sentidos, a partir de um novo campo de utilização, que não é o de um partidário político, mas sim um membro de um sindicato e de uma associação de moradores, relacionando o enunciado ao seu espaço de correlação. O tempo que se instala, por meio do uso de verbo no passado (“a nossa luta *continuou*”), expressa a duratividade pelo emprego do verbo no pretérito imperfeito e apresenta uma formação discursiva da resistência. Graças ao domínio de memória esse enunciado se sucede, na medida em que se afirma/opõe.

Vale lembrar que o sujeito da enunciação ancora-se num acontecimento constantemente rememorado: a chegada dos pesquisadores. Os efeitos de sentidos que emergem desse acontecimento vão construir uma identidade assinalada também por uma resistência racial e resistência pela organização sócio-política.

O destaque à figura de Ivan Costa se dá por meio de uma economia de poder, que só é possível pelo efeito de memória. Mesmo com seu falecimento, ressaltado na quarta estrofe, o que é destacado pelo enunciador é a militância de Ivan Costa (“Ivan Costa quando veio nos reuniu/Para lutar contra o racismo no Brasil”) e seu legado de luta, comemorado nos cento e setenta anos de Jamary (“170 anos de história e de poder/Quilombo Jamary parabéns pra você”).

Segundo Halbwachs (1950 apud DAVALLON, 1999, p. 25), a memória implica no “que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”. É a

grandiosidade desse acontecimento e dos que o sucederam que o fazem digno de memorização porque é relevante para o grupo. A identidade vai, pois, sendo construída por meio da memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que em cada emergência há a produção de um novo sentido.

Algumas Considerações

Discutir identidade na pós-modernidade é questionar a nossa história, construída dia a dia, mostrando-nos a liquidez dos acontecimentos que nos marcam enquanto sujeitos fragmentados, possuidores de identidades fluidas, inseridos em um mundo cada vez mais globalizado. A produção das identidades tem no discurso, enquanto dispositivo de enunciação, seu principal veículo, sendo um efeito de sentido produzido no e pelo discurso.

Os mecanismos discursivos que tecem a música analisada revelam em sua materialidade enunciados que se entrecruzam com a história e a memória de uma coletividade agenciando sua(s) identidade(s).

A chegada de pesquisadores a Jamary é um acontecimento discursivo que encontra sua força na memória da comunidade e lhe ajuda a produzir uma nova consciência de si, criando saberes e hábitos que modificaram toda uma tradição que parecia sólida: uma identidade marcada por uma ideia de ancestralidade ganha novos contornos, sendo marcada, na contemporaneidade, por uma luta pela terra.

O sujeito do enunciado constrói sua identidade numa relação de alteridade, ou seja, na relação com outros sujeitos com os quais apreende valores, sentidos e símbolos dos mundos que habita, ao mesmo tempo em que se torna flexível quando confrontado com outra realidade – a consciência de si, de territorialidade. A identidade é uma construção em curso e os sujeitos estão vivendo um eterno processo de identificação que se desenvolve e se transforma com a História.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: _____. **Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN - PVN. 1996.
- ARRUTI, José Maurício P. A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: **Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)**, 2003.
- AUTHIER-REVUS, J. **Palavras incertas – as não coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- COURTINE, J.J. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 25-32.
- DAVALLON, J. Imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.

- _____. Cleudemar A.; SANTOS, João B. C. (Orgs.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. São Paulo: EntreMeios, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2002.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.
- _____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. Outros espaços. In: MOTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault e a Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3, p. 411-422.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004a.
- _____. Michel Foucault: O Discurso na Trama da História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs.). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Entre Meios, Uberlândia, 2004b.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Trad. Bethânia S. C. Mariani (et al.). 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- VEYNE, Paul. **Foucault, sa pensée, sa personne**. Paris: Albin Michel, 2008.

Heterogeneidade mostrada em propagandas eleitorais no rádio para o Plebiscito 2011

Shown heterogeneity in election advertisements on the radio for the 2011 Plebiscite

Flávia Marinho LISBÔA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Hildete Pereira DOS ANJOS

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as propagandas eleitorais veiculadas no rádio durante o período de campanha eleitoral do plebiscito para a consulta sobre divisão do estado do Pará, ocorrido em dezembro de 2011. Para tal reflexão tomou-se como dispositivo teórico-analítico o conceito de heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz). As análises encontram, nas marcas discursivas relacionadas a endereçamento e antecipação, categorias próprias do conceito de heterogeneidade mostrada, a escolha de determinados referentes (finanças, dimensão territorial, unidade cultural), descrição dos embates socioculturais em termos de polarização simples (sim/não) e os interlocutores descritos como sujeitos do próprio discurso, o qual redimensiona os referentes ao produzir efeitos de sentido ancorados nessa polarização.

PALAVRAS-CHAVE: Plebiscito. Propaganda Eleitoral. Análise do Discurso. Heterogeneidade Mostrada.

ABSTRACT: This paper is a reflection about electioneering aired on the radio during the political campaign for the plebiscite for consultation on the state of Pará division, held on December 2011. For such reflection it was taken as a theoretical and analytical device the concept of shown heterogeneity (Authier-Revuz). The analyzes are in the discursive marks related to addressing and anticipation own categories describing shown heterogeneity , the choice of certain related (finance, territorial dimension , cultural unity) , description of socio-cultural conflicts in terms of simple polarization (yes / no) and the parties described as subjects of discourse itself , which resizes those relating to the effect of meaning anchored in this polarization.

KEY-WORDS: Plebiscite. Electoral Advertisement. Discourse Analysis. Shown heterogeneity.

Introdução

Este artigo tem origem na dissertação de uma das autoras¹⁰, a qual analisa estratégias discursivas presentes nas propagandas eleitorais veiculadas no rádio durante o plebiscito para a consulta sobre a divisão do estado do Pará, visando à criação dos estados de Carajás e

¹⁰ A dissertação de Flávia Marinho Lisbôa se intitulou “Sim e Não: Formações Discursivas e Ideológicas em propagandas eleitorais radiofônicas do plebiscito para divisão do Pará em 2011”. Orientada por Hildete Pereira dos Anjos, foi defendida em março de 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Tapajós, plebiscito esse ocorrido em dezembro de 2011¹¹. Apesar da consulta popular ter tratado da possibilidade de criação de dois estados, a pesquisa que levou à dissertação se limitou a analisar as propagandas de rádio que foram difundidas na região sul e sudeste do Pará (região que, do ponto de vista geográfico, pertenceria ao estado de Carajás, a ser criado).

Encontramos poucos trabalhos que tratam das relações entre política, discurso e rádio, ao contrário da televisão, que tem sido regularmente objeto de estudo em trabalhos de análises linguísticas. Este estudo vem, portanto, se juntar à pouca bibliografia existente acerca de discursos radiofônicos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (daqui em diante referido como HGPE). Foram analisadas vinhetas de rádio dos dois comitês em enfrentamento: um a favor da Divisão (o Sim) e outro contra (o Não). Sendo o material analisado fruto de uma disputa eleitoral, a ideia com que trabalhamos é a de que os discursos das propagandas dos dois comitês para o Plebiscito 2011 precisam utilizar estratégias discursivas que desconstruam o discurso rival. Para tanto, pautamo-nos no conceito de heterogeneidade mostrada, de Authier-Revuz (2011), para mostrar, do ponto de vista discursivo, como se configuram tais estratégias.

1. Plebiscito 2011: contextualização sociohistórica

Em uma análise discursiva, deve-se considerar que os discursos não são produzidos fora de uma ordem sociohistórica, que dá condições à produção de sentidos, o que é corroborado por De Certeau (1995, p. 23).

a análise dos antecedentes, dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica. A historicidade do texto, ou seja, sua discursividade (sua determinação histórica) não é mero reflexo do exterior, mas se constitui na própria tessitura da materialidade linguística. Um texto histórico enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas.

A partir dessa premissa, remontamos resumidamente neste tópico os antecedentes sociohistóricos aos discursos das propagandas eleitorais das quais tratam as análises desse artigo.

A expansão do capital na Amazônia é responsável pelo início de uma acelerada migração de todo o Brasil para as regiões sul e sudeste do Pará, que até hoje é incessante pelos recorrentes projetos de grandes proporções que se instalam ao longo da história da região, projetos esses que têm seus interesses priorizados pelo Estado em detrimento dos direitos de comunidades tradicionais e da população local como um todo, fomentando a reclamação da falta de investimentos básicos que garantam melhor qualidade de vida.

Nesse cenário de tantos conflitos de interesses, ocasionados por uma política desenvolvimentista (marcado por constantes investidas do grande capital), outro projeto, desta vez político, passa a fazer parte da pauta de reivindicação das classes hegemônicas da

¹¹Tratamos aqui da propaganda plebiscitária veiculada no horário gratuito do rádio. A normatização das veiculações foi feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução nº 23.354, que definiu a exibição da propaganda gratuita nos meios de comunicação, entre 11.11.2011 a 07.12.2011. No rádio a exibição das propagandas plebiscitárias foi feita em blocos das 7h às 7h10 e das 12h às 12h10, e foram veiculadas às segundas, terças, quartas e sextas-feiras e aos sábados. O plebiscito para consulta sobre divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás e do Estado do Tapajós, realizado em dezembro de 2011, foi convocado por meio dos Decretos Legislativos nº 136/2011 e nº 137/2011.

região, que é o desligamento do sul e sudeste paraense do restante do Pará para ser criado um novo estado: o Carajás.

De acordo com a bibliografia disponível, esse projeto de divisão foi arquitetado pelo professor José da Silva Brandão, que, em 1981, iniciou por conta própria estudos de viabilidade para a criação do Carajás, a partir do desmembramento das regiões sul e sudeste do restante do Pará. Em dezembro de 1988 o projeto foi divulgado na imprensa e a partir de então foi iniciada uma luta pela emancipação regional, levada adiante pelos políticos dos municípios que comporiam essa nova conformação territorial e financiada pelos empresários da mesma região.

A Comissão Brandão relata que a partir desse momento, em que o projeto caiu em domínio público, a proposta não só teve a aceitação dos moradores da região como também se tornou o desejo dessa população. Um exemplo de que a inculcação do projeto no povo teve êxito é que quem se manifestasse, na região de Sul/Sudeste do Pará, contrário à divisão sofria retaliações. Isso desde tempos de quando o projeto começou a ganhar força até no período do plebiscito. Para exemplificar, temos o exemplo do sociólogo Ribamar Ribeiro Junior, que se manifestou contrário à divisão em reportagem veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, no período de campanha do plebiscito. (LISBOA, 2014, p. 55).

Ao longo de trinta anos circula nos espaços regionais a proposta de divisão como a solução para os problemas sociais locais, especialmente os de infraestrutura, o que fortalece o sonho de progresso e desenvolvimento compartilhado entre os moradores da região. Enquanto o movimento separatista é lentamente gestado durante esse longo período, por outro lado as manifestações contrárias à divisão não se estabelecem enquanto um movimento contínuo (como ocorre na região que pleiteia o Carajás), mas surge apenas nos momentos críticos em que a proposta de divisão toma maiores repercussões, opondo-se à divisão com posicionamento de que a parte rica do estado não pode ser entregue aos forasteiros¹², referindo-se ao fato de que a região é maciçamente composta por pessoas que migraram de outras regiões do país.

As mobilizações na região foram providenciais para repercutir no Estado e até mesmo no Brasil a importância do projeto, que voltou a figurar espaço de destaque na imprensa e nos debates cotidianos da população. Como medidas estratégicas para a aprovação do projeto, a Comissão Brandão participou em Brasília, no Congresso Nacional, das plenárias, lobbies e outras articulações em parceria com a AMAT, prefeitos, vereadores e simpatizantes da causa.

Na Câmara Federal, como Projeto de Decreto Legislativo nº 2.300, o projeto foi homologado, o que permitiu a realização do Plebiscito ocorrido em 11 de dezembro de 2011. Nesta data, a população foi interpelada, por meio de uma eleição, se dizia Sim ou Não para a divisão do estado do Pará para a criação dos estados de Carajás e Tapajós.

os eleitores do sul e sudeste do Pará foram 93,87% a favor da criação do Carajás, enquanto apenas 6,13% se opuseram. Porém, a criação não foi possível porque mais de 94% do eleitorado que corresponderia ao novo estado do Pará votou contra, considerando-se que o número de eleitores dessa região é bem maior que a do pretendido estado de Carajás. Não satisfeita com o resultado, no dia seguinte (12/12/2011), no grupo

¹² Sobre esse aspecto ver LISBOA; ANJOS (2016).

RBA/Marabá (usando as emissoras de tevê e rádio), a Comissão Brandão lançou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) e, tão logo, iniciou a coleta de assinaturas de eleitores favoráveis à divisão. No ano seguinte, a Prefeitura Municipal de Marabá, o deputado federal Asdrúbal Mendes Bentes (PMDB), a deputada estadual Bernadete tem Caten (PT) e a Comissão Brandão deram entrada em Ação Rescisória, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 2650, no Supremo Tribunal Federal, contra o presidente da República Federativa do Brasil e o Congresso Nacional por, segundo eles, violarem dispositivos constitucionais, já que, no entendimento dos requerentes, em termos gerais, os requeridos não permitiram a delimitação da votação do plebiscito apenas nas regiões que propuseram a criação de novos estados. (LISBÔA, 2014, p. 66).

Com essa Ação Rescisória, a intenção é que uma nova consulta popular seja feita, mas com a participação de todos os eleitores do território nacional e não apenas nas regiões diretamente afetadas pela divisão.

O trabalho de que trata este artigo enfoca um dos aspectos discursivos do plebiscito, que foi a produção de vinhetas de rádio por ambos os comitês; polemizando determinados referentes e silenciando outros, evocando enunciados contrários para produzir argumentação, antecipando possibilidades enunciativas, endereçando sua elaboração discursiva ao eleitor ou ao comitê contrário, a produção dos dois comitês traz a heterogeneidade discursiva em sua forma marcada, ao mesmo tempo em que evoca a memória dos enfrentamentos eleitorais, constitutiva desse modo de produzir discurso.

2. Dispositivo teórico-analítico: heterogeneidade mostrada

Como afirma Pechêux (2010), discurso, sujeito e ideologia são noções imbricadas: não se pode considerar a existência de um discurso sem sujeito, mas também não há sujeito sem ideologia: esta é que interpela o indivíduo em sujeito. Partimos dessa afirmação para pautar nosso estudo na premissa de que os sujeitos dos discursos ocupam posições sociais e históricas, sendo elas responsáveis por condicionar as produções discursivas. O sujeito, aqui, é concebido como clivado pelas ideologias, que limitam os discursos possíveis em determinada conformação social; a produção desses discursos sempre leva em consideração também o outro, como interlocutor nesse jogo de interação verbal, que sempre será constituído por discursos heterogêneos, de forma mostrada (marcada no texto) ou de forma constitutiva, conforme Authier-Revuz (2011).

Segundo Bakhtin, “[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 113). Entendendo que o dizer é não apenas permeado por outras vozes, mas determinado por tal processo interativo, Authier-Revuz (2011) discute a partir de duas perspectivas essa formação heterogênea dos discursos: [uma] “interdiscursiva, de um lado, com a exterioridade do meio do já-dito dos outros discursos”[outra]; “interlocutiva, de outro lado, com esse outro dizer específico de – ou emprestado a – aquele a quem alguém se dirige”. (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 7).

A primeira perspectiva é tratada pela autora como heterogeneidade constitutiva, conceito através do qual Authier-Revuz se refere às relações entre as noções de *dialogismo*, em Bakhtin e *interdiscurso*, em Pêcheux: “a presença permanente, profunda, de ‘outros lugares’, do ‘já dito’ dos outros discursos condicionando todas as nossas palavras e ressoando nelas” (1998, p. 135).

Todo dizer, e incessantemente, não pode não ser habitado-determinado-dividido-etc. pela realidade da exterioridade discursiva na qual ele se produz, e se recebe, que remete, como constitutiva, a não-coincidência do discurso com ele próprio (ou sua heterogeneidade discursiva constitutiva) (AUTHIER-REVUZ, 2011, p.8)

Já a heterogeneidade interlocutiva, também tratada pela autora como “mostrada” (por ser mais evidente na materialidade do texto), de acordo com a autora, “é um conjunto de formas [que inscrevem] o outro na sequência do discurso - discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia[...]” (1990, p.25).

A partir dessa segunda noção de heterogeneidade, analisamos o *corpus* buscando o funcionamento dos discursos das propagandas, evidenciando que, no *corpus* composto por textos assumidos pelos dois comitês (as vinhetas de propaganda eleitoral) existe uma heterogeneidade cujas marcas são explícitas; tais marcas mostram a presença, no texto de cada vinheta, do discurso concorrente, evocado como estratégia para desconstruir as verdades que o outro defende. Apoiar-nos-emos, então, no conceito de heterogeneidade interlocutiva para a análise dos dados, partindo, para isso, das noções de endereçamento e antecipação, a seguir definidas por Authier-Revuz (2011, p.7):

(1) não há discurso que não seja endereçado. A dimensão do endereço encarna-se certamente de modo diferente segundo as condições concretas do dizer – do diálogo ao jornal íntimo – mas ela é inerente ao dizer; o dizer “não endereçado” é ficção.

(2) O dizer do um é, de modo constitutivo, determinado, atravessado, penetrado pelo pensamento do dizer do outro – destinatário. Para o círculo de Bakhtin, é pelo mecanismo, inerente ao dizer, de antecipação da “compreensão responsiva” do destinatário que passa esse segundo eixo – interlocutiva – do dialogismo. (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 7).

As formas marcadas da heterogeneidade discursiva têm, diz a autora, um modo próprio de operar: a denegação da heterogeneidade constitutiva, “por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece mas para negar sua onipresença. Elas manifestam a realidade desta onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-la” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.33). Assumindo esse ponto de vista, abordaremos as vinhetas de rádio através de um dispositivo teórico-analítico que recorta, na materialidade do texto, a presença do outro imediato (o comitê concorrente), evidenciando endereçamentos e antecipações. Não perderemos de vista, no entanto, o interdiscurso como o Outro, aquele que é denegado na alternância discursiva que parece atribuir a locutores distintos um discurso que atravessa, pelas condições de produção comuns a ambos os comitês, o movimento dialógico.

Analisar a heterogeneidade marcada como denegação da heterogeneidade constitutiva (considerando que a denegação em que se marca o outro no discurso produz um efeito de que cada produção discursiva tem um autor consciente, escamoteando o fato de que os discursos

são constitutivamente heterogêneos) implica considerar duas noções básicas ao tratar o texto: condições de produção do discurso e efeitos de sentido. O último conceito é objeto de uma “breve cartografia” realizada por Baronas (2005, p. 1), o qual afirma que tal noção “está ligada umbilicalmente desde a sua gênese à noção de discurso”, já que esta não admite um sentido em si mesmo.

Diz Orlandi (2007, p. 21) a esse respeito:

Compreender o que é efeito de sentido, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se delimitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentido entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições do sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos mas se produzem com eles.

Para entender essa última frase no texto de Orlandi, é importante lembrar que a noção de ideologia se modifica ao longo do trabalho de Pêcheux. Retomando Baronas, a posição pecheutiana acerca do sentido vai se modificando: se no livro “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” o autor defende que ele “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, em seu último livro, “Discurso: estrutura ou acontecimento?” Pêcheux incorpora a noção de equívoco “como constitutivo da língua [...] não existe ritual sem falha” (2005, p. 3). Desse modo, as posições ideológicas atravessam a produção do sentido, mas como condição de possibilidade, não como determinação: o acontecimento discursivo faz com que os sentidos derivem para outros, e é aí que se situa o trabalho da interpretação. Ao trabalhar com as marcas do outro no texto, mobilizamos, portanto, sentidos para além do enunciado, sentidos já produzidos acerca da região, do eleitorado, da formatação dos comitês, de seus posicionamentos ideológicos; mobilizamos também, sentidos derivados da formatação textual (vinhetas de rádio), do acontecimento (plebiscito), das temáticas mobilizadas ou silenciadas nesse processo.

A noção de condições de produção do discurso se articula àquela de efeitos de sentido, na medida em que a consideramos, com Pêcheux, não a produção específica e imediata das vinhetas para a propaganda, mas a materialidade histórica na qual tal produção faz sentido:

Ao mobilizar a noção de condições de produção do discurso, explicitamos que, na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, há também uma materialidade histórica, formada pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais (e para as quais) os sujeitos históricos trabalham a formulação dos “seus” dizeres, provocando agitações nas filiações dos sentidos e, também, como aqui é proposto, produzindo uma práxis discursiva (FONSECA, 2010, p.3)

O esforço interpretativo não está isento, é claro, da imbricação de quem pesquisa nas mesmas condições de produção, considerando que o acontecimento é recente (se deu em

2011) e as pesquisadoras atuam na mesma região em que ele ocorreu, tendo tomado posição a respeito, na qualidade de eleitoras. Porém, quando interpretamos, nós o fazemos a partir de marcas que estão no texto; os sentidos evocados por tais marcas escapam à subjetividade individual por se inscrever concomitantemente na história e na língua:

Se os enfeixamentos, tanto das temáticas quanto dos modos de operar, são feitos ‘de fora’, por quem está na posição de pesquisador, não são feitos da forma exigida pelos desejos de quem pesquisa. Não há que negar que eles só podem ser feitos porque algo nas configurações dos efeitos de sentido os ‘atrai’ para uma mesma ‘rede semântica’ e isso certamente tem relação com as posições daquele modo de operar, temática ou gênero de discurso no campo relacional (ANJOS, 2015, p. 121).

Assim, ressaltamos que o recorte das vinhetas e a interpretação do funcionamento dos discursos são desdobramentos que, ainda que partam da prática do analista (também discursiva), só foram possíveis pelas relações que os discursos mantêm com suas condições de produção (entendendo o interdiscurso como parte de tais condições).

3. O trabalho analítico com o texto das vinhetas

Tratando-se de um enfrentamento político, portanto de um discurso polêmico (ORLANDI, 2003), as produções discursivas de um comitê precisam se referir às do outro, porque é através dessa memória que o discurso trabalhará na desconstrução dos efeitos de sentido que a produção rival pretendeu instaurar. As produções verbais são intencionalmente construídas para responder, refutar às argumentações do concorrente político. “Em alguns casos, o texto é praticamente o mesmo, alternando apenas as posições que os comitês ocupam como locutor e interlocutor do discurso” (LISBÔA e ANJOS, 2015, p. 73-74).

Por meio de elementos textuais, a análise discursiva buscou apreender possíveis efeitos de sentidos criados pelos mecanismos de endereçamento e antecipação, próprios da heterogeneidade que se apresenta de forma marcada¹³. O trabalho interpretativo procurou destacar, através de tais mecanismos, a mobilização de determinados sentidos (e o conseqüente ocultamento de outros), a retomada dos sentidos mobilizados pelo comitê rival e a seleção da produção discursiva digna de réplica.

Para tal empreitada, trazemos a transcrição de seis vinhetas¹⁴ para análise, as quais apresentamos e discutimos a seguir.

(1): *O não afirma que o Pará perde com a divisão. Isso não é verdade. O governo do Pará recebe hoje do Fundo de Participação dos Estados, do governo federal, R\$ 2,9 bilhões/ano. Depois da divisão passa a receber R\$ 5,9 bilhões, porque passa a ser*

¹³ Para este trabalho, para atender às normas da revista, numeramos as vinhetas sequencialmente e nos referimos a elas por sua numeração no interior do texto.

¹⁴ Neste artigo analisamos apenas o texto transcrito, sob o aspecto da heterogeneidade marcada. Em outro trabalho (LISBÔA, ANJOS e RIBEIRO, 2015) nos dedicamos às vinhetas de rádio com uma análise mais ampla, enfocando também os aspectos sonoros na tentativa de dar conta dos efeitos de sentido gerados pela materialidade radiofônica.

três estados. São três bilhões a mais por ano. E atenção! Esses dados são oficiais. Se é bom para todo mundo, por que dizer não?

(2): Os separatistas tentam enganar você, dizendo que a divisão do Pará vai melhorar a vida das pessoas mais pobres. Falam em 12 bilhões como se em um passe de mágica o Pará dividido passasse a ter mais recursos quando na verdade terá é mais despesas. A lei é clara. O Pará recebe 6,1 % do FPE. Isto é o que está valendo. Se dividir esse dinheiro, que já é pouco, pelos três novos estados, o que vai aumentar é a pobreza. Pior que querer dividir o Pará é mentir pro povo do Pará. Vote 55, contra a criação de Carajás.

As marcas discursivas da heterogeneidade mostrada são pautadas, nas vinhetas (1) e (2), pelo discurso indireto, senão vejamos: (1) “O não afirma que [...]”; (2) Os separatistas tentam enganar você, dizendo que [...]. O uso dessa forma textual é acompanhado por sua negação, expressa em (1) “Isso não é verdade” e em (2) “tentam enganar você”.

Na continuidade da primeira vinheta, produzida a fala do outro como inverdade, o locutor apresenta sua própria verdade: intenta convencer os eleitores da capital, Belém, a votar no Sim com o argumento de que os recursos do Fundo de Participação dos Estados aumentariam com a divisão, comparando com o que era repassado ao Pará na época; o aumento significaria três bilhões de reais a mais por ano, o que beneficiaria o Pará e também os dois novos estados. Para dar *status* de verdade à informação, recorre ao argumento da autoridade, enfatizando de onde partem as informações, de quem é autorizado a falar sobre o assunto: “esses dados são oficiais”. Em (2), em contrapartida, o Não desmoraliza o Sim quanto à informação utilizada: “tentam enganar você”/ “pior que querer dividir o Pará é mentir pro povo do Pará”. As duas vinhetas abordam o mesmo referente (recursos que seriam repassados pelo Fundo de Participação dos Estados). Cada uma o faz de modo a parecer informativa (trazendo dados do campo da economia e do direito, portanto socialmente referendados) e a caracterizar o outro como pouco informado ou mal intencionado. Em (1) o Não argumenta que as contas que o Sim faz não condizem com a realidade, concluindo que “o que vai aumentar é a pobreza”. Por fim, a vinheta é encerrada do mesmo jeito que começou, chamando o comitê adversário de mentiroso. Em (2) o rival é nomeadamente marcado no discurso também logo no início do texto: “O não afirma que o Pará perde com a divisão. Isso não é verdade”. Esse início da vinheta é o resumo de como a propaganda é construída de forma geral, pois a partir desse trecho inicial o que acontece ao longo da vinheta é a desconstrução do sentido de que o Pará perderia com a divisão, sentido produzido pelo discurso em (1). Assim como na primeira sentença, as demais dão continuidade ao trabalho de reforçar a argumentação de que o Não mente. Após evocar o rival, o trabalho discursivo é focado em desmenti-lo.

Desta forma, cada comitê precisa se referir ao outro como “senhor e fonte do seu dizer” (Authier-Revuz, 1990, p.26): ambas as frentes políticas estruturam suas vinhetas da mesma forma, trazendo o comitê concorrente de forma marcada (“O não” / “Os separatistas”) no início do texto e em seguida o desqualificando, seja pelo adjetivo “separatistas”, carregado semanticamente pelo já-dito da importância da unidade territorial, seja pela caracterização da fala do outro como mentirosa (tanto o estabelecimento de verdades como de mentiras exigem a intenção e a consciência do sujeito que fala como referência, seja ele indivíduo, grupo social ou instituição).

Outra marca comum das vinhetas é o duplo endereçamento do texto: dirige-se ao eleitor diretamente (através do uso do pronome “você” ou do imperativo “vote 55”) ou

indiretamente (“porque dizer não?”); dirige-se, ao adversário trazendo-o para a própria fala e desqualificando suas informações.

As vinhetas a seguir, (3) e (4), trazem como referente o tamanho do Pará, outro dos argumentos importantes no embate plebiscitário. Como um dos argumentos recorrentemente retomado pelo Não é o de que o Pará ficaria pequeno com a divisão do território, o Sim produz deslizamentos de sentido em torno da palavra “tamanho”, deslocando-a da questão territorial para aspectos da subjetividade do eleitor:

(3): *Uma das principais discussões desse plebiscito é a seguinte: o que é mais importante? O tamanho do Pará ou o tamanho do sofrimento do povo do Pará? Para o não o mais importante é o tamanho do Pará, para o sim o mais importante é o tamanho do sofrimento do povo do Pará. E pra você? O que é mais importante? Quem ama cuida, protege, ajuda. Diga sim pro Carajás! Sim!*

O sentido que a vinheta (3) busca instaurar é o de que o Não valoriza algo (o tamanho do Pará) que não fará diferença para resolver os problemas ou o sofrimento do povo do Pará. A marca da heterogeneidade se evidencia nas expressões “Para o Não...”, com a qual o Sim não apenas parafraseia o Não, mas redimensiona o debate acerca do tamanho do território. Antecipa e desconstrói a preocupação com a diminuição territorial pela estratégia do apelo subjetivo: “sofrimento do povo”/“Quem ama cuida, protege, ajuda”. O eleitor é interpelado pelas consequências de seu voto; os efeitos de sentido mobilizados são a possibilidade de que o Sim faça algo pelo sofrimento dos paraenses (em caso de vitória) ou que seja preservado o tamanho do Pará, em detrimento da superação de tal sofrimento.

Na vinheta (4), do comitê do Não, a questão do tamanho também desliza da questão puramente territorial e ganha proximidade semântica com a da integridade cultural.

(4): *Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual tirar do tacacá, os camarões, o jambú, o tucupi e até a goma. Só ia sobrar a cuia. Agora diga: Dá para gostar disso? Não e não. Ninguém divide o Pará. Vote 55. Contra a criação de Carajás.*

O discurso outro é evocado nesta vinheta pelo sujeito indeterminado (“Querem..”). Através da expressão “é igual” são equiparadas a separação territorial com os ingredientes do tacacá, alimento típico das regiões tradicionais do Pará, mas não necessariamente da região o que seria o estado de Carajás. O endereçamento, aqui, é óbvio: a evocação de uma unidade identitária, baseada numa noção homogênea de cultura, afeta o eleitor da região metropolitana e do norte do estado, mas não aquele do sul e sudeste do Pará, que não tem o tacacá como uma alimentação regular, portanto, como um prato que integre a cultura alimentar regional.

A vinheta (5), do Sim, retoma o tamanho do território como referente e inicia seu texto parafraseando a fala do rival:

(5): *Com a divisão, o Pará não vai ficar pequeno demais? Negativo. Tirando as áreas de reserva florestal e indígena do governo federal, os três estados vão ficar praticamente do mesmo tamanho. O que vai diminuir de verdade é o sofrimento do povo do Pará. Diga sim pro Carajás! Sim!*

Transformar a afirmação do outro em pergunta coloca em pauta dois possíveis efeitos de sentido. Por um lado, agrega valor positivo à questão: vale a pena retomar a questão do tamanho. Por outro lado, esse valor é rebatido na produção que segue: essa retomada traz novos elementos, importantes para que o eleitor se situe (novamente a vinheta ganha tom informativo). A releitura do espaço territorial é feita “tirando as áreas de reserva florestal e indígena do governo federal”. Excluídas do território em disputa, florestas e grupos indígenas não contam na configuração do estado: são atribuídas ao governo federal. O endereçamento do discurso é feito agora para um eleitor específico: aquele para quem a informação de que florestas e indígenas não contam faz sentido, já que reservas (como o próprio nome sugere) não poderiam ser exploradas, economicamente falando, o que, na construção de sentido da vinheta, se configura em argumento para que não sejam considerados esses espaços de reserva (entendidos como território de ninguém) na composição dos novos estados.

O outro deslizamento de sentido importante para nossa análise é a agregação ao adjetivo “pequeno” do advérbio de intensidade “demais”: a discussão não é mais sobre o tamanho do Pará tomado separadamente; trata-se agora de sua comparação com os outros estados a serem criados. O adjetivo “pequeno” incorpora o discurso do outro acerca das perdas territoriais; ao contrário de (3), em que a questão da dimensão do Pará desliza de “território” para “sofrimento”, aqui ela não é mais questionada. O texto assume, pelo acréscimo de uma modalização (“demais”) a acusação evocada do discurso outro.

Uma última vinheta, (6), traz o referente da unidade, já subjacente aos anteriores (fundo de participação e tamanho do território):

(6) (Música): *Eu digo não e não. Eu digo não e não. Eu digo não e não. Eu quero a união. É isso aí, o meu Pará ninguém divide, irmão. Tanta beleza e riqueza tá na nossa mão. É nosso rio, floresta, nosso minério, então. Tudo da nossa gente. Todos do mesmo chão. Vote 55. Diga não à divisão. Vote 55. Contra a criação de Carajás.*

O endereçamento se evidencia por marcas textuais específicas: o vocativo “irmão” e os pronomes possessivos “nossa”, “nosso”. Em todos os casos, o eleitor que pode votar na opção contrária não é o interlocutor do discurso: esse “irmão” é aquele com quem o locutor compartilha a luta por unidade territorial. A palavra “união”, que poderia ser interpretada como a superação da divisão entre pontos distintos, ganha sinonímia com “unidade”. A antecipação do pertencimento do interlocutor à mesma ordem discursiva, dada pelas expressões “nossa gente”, “nosso chão” reforça esse modo de endereçar. Um silenciamento é evidente em tal ordem discursiva: efeitos de sentido que levassem às noções de divisão de classe, explorados e exploradores, grupos excluídos não cabem. O rio, o minério, a floresta, são referentes que, descritos pela chave da unidade, pertencem a todos (“tudo da nossa gente”). Companhias transnacionais que exploram o minério, processos de destruição da vida nos rios pela implantação de hidrelétricas, territórios indígenas sendo invadidos, alagados, destruídos, florestas devastadas para a plantação de capim para pastos não são assuntos que poderiam produzir os efeitos de sentido desejados, por isso são calados na propaganda.

O outro (o que diz sim) é evocado em (6) pela negação em “o meu Pará ninguém divide”. O texto evoca um não-dito: há “ninguéns” querendo dividir um Pará que não é deles: é “meu”. O interdiscurso que atravessa esse enunciado traz a imagem do “estrangeiro” que colonizou as regiões sul e sudeste do Pará; aquele que, não sendo paraense, não pode compartilhar a “posse” de rios, minério, floresta. Seria surpreendente a ausência de um outro, os povos indígenas, habitantes nativos, nesse discurso, se este referente também não estivesse

relegado ao não-dito por não caber no discurso da unidade: sua evocação incomoda tanto a noção de cultura como coisa homogênea quando a noção de território como espaço do colonizador, como evoca, em (5) a referência às reservas indígenas e florestais.

O trabalho interpretativo, abordando a heterogeneidade evidenciada pelas marcas textuais, mostra modos de endereçamento e antecipação próprios de propagandas eleitorais, as quais precisam considerar os interlocutores como autores, responsáveis pela própria enunciação; precisam sintetizar em verdades curtas os referentes em disputa (território, cultura, finanças), precisam descrever os muitos embates socioculturais em termos dicotômicos. Esse empenho numa descrição simplificada do real encontra amparo no interdiscurso (o discurso Outro que evita o conflito e circunscreve qualquer disputa no campo eleitoral, expressa numa polarização simples: sim e não).

Conclusões

A heterogeneidade discursiva, conforme Authier-Revuz (1990, 1998, 2011), assume que as vozes em diálogo num texto (Bakhtin, 1999) tem sua produção clivada pela ideologia, entendida aqui tanto como um interdiscurso geral (fala dominante que atravessa todas as outras por tratar cada dito como natural, cujo sentidos estão sob o controle de todos), como quer Pecheux em sua produção inicial (1975), quanto pela produção específica nos enfrentamentos datados historicamente, tratada em seus pontos de deriva, como no Pêcheux (2012) dos textos finais.

Os atravessamentos discursivos são evidentes na “seleção” dos referentes: (1) e (2) trazem à baila os debates sobre perdas e ganhos financeiros; (3), (4) e (5) tratam da discussão de perdas em tamanho territorial; (6) apela para a noção de unidade (cultural e territorial). Como tais referentes não se sustentam por si sós (no interdiscurso, não está estabelecido que “todo mundo sabe” dessas coisas), eles ganham novas dimensões semânticas. São associados ao sofrimento popular, às possibilidades de ganhos na economia, à integridade da cultura, à posse das riquezas e belezas naturais por todos (os que defendem a unidade).

O modo marcado como cada interlocutor é trazido pelo outro (pelo discurso indireto, pela paráfrase, pela indeterminação, pelo silenciamento) permite sua desqualificação: a informação dada/retomada é apresentada como falsa, como incompleta, como mal-intencionada. Isso só é possível pela ilusão de que cada locutor é autor consciente do próprio discurso. Poderíamos, no entanto, retomar a noção de heterogeneidade constitutiva para observar que, nas propagandas, um discurso outro atravessa através da ilusão de transparência nos pré-construídos que permitem que os dois comitês dialoguem: a mobilização de temáticas assumidas como importantes para a disputa (finanças, tamanho) e a incorporação/recusa de temáticas que “interpretam” o referente: o sofrimento, a preservação da cultura, as áreas que não contam (reservas florestais e indígenas). A antecipação só é possível pelo conhecimento das redes semânticas comuns entre os dois comitês, por isso os sentidos mobilizados pelas propagandas são: (a) o dinheiro que se perde ou ganha com a divisão do Pará; (b) o tamanho que o estado remanescente terá com a divisão; (c) a unidade cultural/territorial em risco.

Esse movimento interpretativo não se esgota em nosso trabalho, já que novas questões vão surgindo à medida que nos esforçamos por “fechar” a pesquisa. O endereçamento desse debate teria de fato o eleitor como foco? Não se aproxima mais de um diálogo entre pares (que partilham da mesma formação discursiva)? A própria relação subjetiva que se estabelece

não seria de intimidade, expressa em fórmulas como “A mente”, “B tenta te enganar”? Seriam essas produções discursivas próprias de um enfrentamento político consequente? Que efeitos de sentido se obtém em (5), em que o referente “tamanho” não inclui as reservas florestais e indígenas? São questões que se colocam ao observar como a circulação e o enfrentamento desses discursos produziram, reforçaram e rechaçaram sentidos, de acordo com os interesses em disputa (evidenciados através da heterogeneidade marcada), mas também com os interesses em comum (que se pode perceber levando em conta a heterogeneidade constitutiva). Colocadas à disposição dos analistas de discurso, permitem outros movimentos interpretativos, enriquecendo o campo e abrindo outras chaves de leitura do corpus.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Hildete Pereira dos. **Porque a escola não é azul?** Os discursos imbricados na questão da inclusão escolar. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Dizer ao outro no já-dito:** interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 6-20, jan./mar. 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas:** as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidades Enunciativas.** *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 25-42, jul/dez, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARONAS, Roberto Leiser. **Efeitos de sentido de pertencimento à análise de discurso.** Anais do SEAD Seminários de Estudos em Análise de Discurso, 2005. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf> > Acesso em 18. Abr. 2016.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, P.; NORA, P. *História. Novos Problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. Condições de produção do discurso e formações discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva. **Revista Icarahy**, Edição n.04 / outubro de 2010. Disponível em http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Rodrigo_Fonseca.pdf Acesso em 18. Abr. 2016.

LISBÔA, Flávia Marinho; ANJOS, Hildete Pereira. Formações discursivas na propaganda eleitoral: o caso do plebiscito para a criação do estado de Carajás. **Revista da Anpoll**, nº 39, p. 69-79, Florianópolis, Jul./Ago. 2015.

_____. **Discurso fundador e território:** as regiões do sul e sudeste do Pará narradas nos debates do Plebiscito 2011. In: Tradução e interculturalidade: pontos de convergência. São Paulo: Pedro e João, 2016.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Sim e Não:** formações discursivas e ideológicas em propagandas eleitorais radiofônicas do plebiscito para divisão do Pará em 2011. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 6 ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **A propósito da análise automática do discurso:** atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). Análise Automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento:** formas do discurso, São Paulo: Brasiliense, 1983.

O vocabulário do garimpo artesanal de diamantes: das *funções da escala ao bater da peneira*

The vocabulary of artisanal mining of diamonds: the scale functions to hit the sieve

Maria Helena DE PAULA
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC)

Gabriela Guimarães JERONIMO
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC)

RESUMO: Este estudo pretende analisar, por um viés terminológico, o vocabulário do garimpo artesanal de diamantes. Os termos selecionados para este trabalho são um recorte do *corpus* da pesquisa *As grimpas lexicais e seus diamantes linguísticos: o vocabulário do garimpo artesanal de diamantes no município de Três Ranchos-Goiás (1944-1981)*, realizada por Jeronimo (2013). Respaldamo-nos, aqui, nos princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Cabré (1999) ao trazer um novo olhar sobre a unidade terminológica, quando um item léxico nomeia um elemento da ciência ou da técnica. Sob este viés, apresentaremos como a técnica antiga cujas atividades iniciaram-se no Brasil colônia, com as primeiras extrações de ouro no litoral e, posteriormente, na região central do país, é nomeada pelo vocabulário do garimpo, nas memórias dos nomes das “coisas” do trabalho dos senhores que garimpavam diamantes no município de Três Ranchos, sudeste goiano, até o ano de 1981.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Garimpo artesanal. Motivação linguística.

ABSTRACT: In a terminological perspective, this paper aims to analyze the vocabulary of artisanal mining of diamonds. The selected terms for this paper are part of corpus of the study “*As grimpas lexicais e seus diamantes linguísticos: o vocabulário do garimpo artesanal de diamantes no município de Três Ranchos-Goiás (1944-1981)*”, made by Jeronimo (2014). We support, in this study, in the principles of the Theory of the Communicative Terminology (TCT), of Cabré (1999), in that she presents new vision about the terminological unit, designed as a lexical item in speciality, acquiring, thus, specific character when it denominates an scientific and/or technical element. In this conception we'll present how the old technique whose activities were initiated in colonial Brazil, with the first extraction of gold on the coast and subsequently in the central region of the country, is nominated by the vocabulary of mining, in the memories of names of the "things of the work" of men who panned diamonds in Três Ranchos, Goiás Southeast until the year 1981.

Key words: Terminology. Artisanal mining. Linguistic motivation.

Introdução

A atividade de extração de minérios e pedras preciosas é antiga, iniciando-se no Brasil já nos séculos XVII e XVIII, quando foram criadas pela Coroa portuguesa várias formas de

fiscalização¹⁵ para controlar o desvio e o contrabando das riquezas retiradas das terras brasileiras. Além de impostos, os esforços dos colonizadores não bastaram para impedir que, através de um ato subversivo por parte daqueles que tiveram coragem de se arriscar e se embrenhar pelo proibido, surgisse a mais nova velha função: garimpeiro, de onde conseqüentemente derivaria o nome da prática, garimpagem, e do seu local de trabalho, o garimpo. Vale lembrar que com a escravização havia muitos africanos e afrodescendentes trabalhando nas minas e, posteriormente, nos garimpos também, principalmente os escravos fugidos.

Estes homens se escondiam nas *grimpas*¹⁶ (ponto mais alto de uma colina, montanha ou qualquer tipo de edificação) com o intuito de garimparem fora dos domínios do fisco, mesmo conscientes das rigorosas punições. Nas regiões de extração, existiam lugares de difícil acesso “[...] E foi nesses pontos excusos que surgiram os primeiros garimpeiros” (MACHADO FILHO, 1964, p. 12), uma vez que nestes locais a fiscalização demorava a chegar.

Assim, de um lado havia o minerador, aquele trabalhador autorizado pela Coroa a minerar, do outro, o garimpeiro, inicialmente, chamado de *grimpeiro* (por ficar escondido e isolado nas *grimpas*), um “[...] trabalhador autônomo, que não concordava com as condições impostas para a sua atividade, e se arriscava na vida fora-da-lei [...]” (SOUSA, 2012, p. 148).

Ainda sobre o termo *garimpeiro*, a hipótese de que com o passar do tempo, por meio da epêntese da vogal “a”, provavelmente uma mudança fonética advinda da oralidade, pode ser comprovada através de registros¹⁷ escritos em que foi utilizada a sequência fonética anterior às modificações, como também por meio da referência etimológica disponibilizada no *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*¹⁸ (2009), informações que coincidem com os acontecimentos históricos relatados pelos estudiosos que abordam a temática do garimpo.

Percebemos, então, que inicialmente, este trabalhador sobrevivia nas margens da ilegalidade ou, nas palavras de Gonçalves (2012), “[...] fugindo, aventurando, procurando e sendo procurado, grimpendo nas serrarias, sempre escorregadio, atento e audaz [...] personagem odiado e perseguido rigorosamente [...]” (GONÇALVES, 2012, p. 117); e foi desta sucessão de acontecimentos que *croaram* das *grimpas* os primeiros garimpeiros na história do Brasil.

Notamos, assim, que esta afirmação de Gonçalves (2012) vai ao encontro do que Silva (2006) propõe em sua dissertação sobre os garimpeiros de esmeralda em Campos Verdes-Goiás, em que a prática destes trabalhadores (a garimpagem) era subversiva, constituindo uma identidade cunhada na ilegalidade e, naquele momento sócio-histórico e cultural, estes homens eram considerados foras da lei, infratores que deveriam ser severamente punidos.

¹⁵ Códigos Mineiros de 1603 (o quinto); Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro (1720); Intendência das Minas. Ver mais detalhes em Silva (2006, p. 26-33).

¹⁶ “[...] antepositivo, prov. do fr. *grimper* 'tregar, subir, elevar-se com o auxílio das mãos e dos pés, estender-se progressivamente para cima', f. nasalizada de *gripper* ver ¹*grip-*; ocorre em vocábulos dos XIX em diante (salvo *grimpa*, doc. desde o Renascimento): [...] *grimpador*, *grimpagem*, *grimpamento*, *grimpante*, *grimpar*, *grimpo* [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

¹⁷ *Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes*: suas descrições, ensaios, e domicílio próprio, de José Vieira Couto (1842).

¹⁸ “[...] antepositivo, do port. *garimpeiro*, f.epent. de *grimpa* + o suf. *-eiro*: ‘o garimpeiro andava pelas *grimpas* em busca de ouro’, observa J.P. Machado; ocorre em vocábulos de fins dos XIX em diante: *garimpa*, *garimpado*, *garimpagem*, *garimpar*, *garimpeira*, *garimpense*, *garimpo* [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Neste ínterim, o garimpeiro se aliou ao quilombola, pois, de certa forma, ambos encontravam-se em condições semelhantes: o primeiro fugindo do fisco e o segundo do cativoiro, mas Machado Filho (1964) defende que mesmo se encontrando nesta situação de ilegalidade, o garimpeiro jamais deveria ser confundido com bandido ou comparado a ele, pois se tratavam, em sua maioria, de homens honestos, como corroboram os depoimentos/as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, quando afirmam que havia “confiança cuns’ os ôtro né, achava diamante do ôtro, amigo, entregava, diamante seu, achei ali e e[le]s tamém fazia o mesmo {...} é honesto, agora hoje num tem jeito de garimpá” (G1E1¹⁹).

No entanto, sabemos que no acontecer dos anos, uma sociedade passa por modificações, em seu meio cultural, histórico ou político, de modo que outras ideologias são inculcadas, produzindo ou alterando alguns conceitos pré-estabelecidos. Isto não seria diferente com relação ao garimpeiro, visto que quando já não éramos mais colonos de Portugal, o garimpo e o contrabando, no sentido de garimpar às escondidas do fisco da Coroa, já não cabiam mais neste novo contexto. Porém,

[...] o nome de garimpeiro não foi substituído por outro e ficou designado o pequeno explorador das lavras, que, agindo em liberdade e dentro da lei, jamais perdeu suas características inconfundíveis, encarnando um dos tipos mais interessantes de nossa terra [...] (MACHADO FILHO, 1964, p. 16).

No encaço do que afirma este estudioso, percebemos ter havido uma pequena mudança no significado deste termo devido, especialmente, aos acontecimentos históricos da Proclamação da Independência do Brasil.

Desta feita, a identidade deste trabalhador, antes clandestino, mantém como uma de suas características o seu comportamento nômade, sempre se deslocando de um lugar para o outro, movido pela notícia de bamburro, isto é, novo achado da pedra preciosa pela qual “[...] indivíduos, que por sua conta e risco, enfrentavam os perigos dos sertões em busca de riqueza e sustento próprio [...]” (COSTA, 2007, p. 251). Neste afã de buscar a sorte ou de bamburrar, garimpeiros se tornam “[...] pessoas que abandonam famílias e se deslocam para onde foi descoberto um novo garimpo. Lá trabalham, se ganharem dinheiro, logo buscam a família [...]” (SILVA, 2006, p. 29).

A família não ficava desamparada porque, na maioria das vezes, o garimpeiro trabalhava para o *fornecedor*, que mantinha o garimpo fornecendo os mantimentos e tudo que fosse necessário para a sobrevivência dos trabalhadores e de sua família (no caso dos que eram casados), como também para a extração dos diamantes, como bem explica um dos entrevistados:

[...] Ele tinha tazido o fornecimento... pá dexa o fornecimento [...] Arroiz, feijão, açúcar, café esses trein né... e carne. Tud’ é trazido. Vem muito trein. *Aí ele falô: Ó tem esse trein aí, cê divide aí cuns casado* [...] *Aí chamei ês l[á] em casa e nós dividiu o trein. *Aí falei pá (...): (...)* qu’ é que cê acha? *Eu vô garimpá mais ou... ixprementá mais no garimpo ou... Ela falô: Ah! Esses trem que tem aí dá pá eu e os minino cumê muitos dia, pode i[r]* [...]” (G2E1).*

¹⁹ Este é um código que utilizamos para identificar a pessoa entrevistada, pois não fomos autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa a divulgar o nome do (a) entrevistado (a). Neste caso, trata-se de um trecho da primeira entrevista realizada com o primeiro garimpeiro, por isto G1E1.

Atualmente, com o discurso que circula sobre a preservação ambiental, a identidade do garimpeiro passou por mais uma modificação, o de poluidor e destruidor do meio ambiente, “[...] agentes de poluição mercurial, destruidores de sociedades indígenas e várias outras formas de enfrentamento” (SILVA, 2006, p. 33).

Além destas modificações que ocorreram em torno desta profissão de uma forma geral, cabe falarmos sobre as mudanças locais e, por isto, mais restritas. A atividade garimpeira no município de Três Ranchos-Goiás, por questões políticas, históricas e socioculturais, passou por deslocamentos específicos devido ao represamento do Rio Paranaíba para a construção da UHE de Emborcação, que culminou no alagamento dos garimpos, impossibilitando a atividade, resultando em um “[...] deslocamento involuntário dos garimpeiros” (SOUSA, 2012, p. 23). Porém, inusitadamente, a maioria, ao invés de fazer o costume de procurar por outros garimpos, permaneceu na cidade assumindo outras profissões, pois:

[...] por conta do alagamento dos sítios onde garimpava, o garimpeiro tornou-se um excluído típico. Em virtude da nova configuração econômica estabelecida, essencialmente voltada para a prestação de serviços relacionados ao turismo, muitos dos antigos garimpeiros de Três Ranchos se dispõem a trabalhar como serventes, cozinheiros, caseiros, jardineiros, vigilantes etc., provocando-lhes um tipo de banimento [...] (SOUSA, 2012, p. 130).

Percebemos que estes homens que garimpavam em Três Ranchos fogem um pouco à regra em um aspecto muito específico, o fato de terem se “apegado” à cidade e ali criado raízes, quando o mais esperado e comum seria que, em virtude do alagamento, eles seguissem sua sina, à procura de outros locais para garimpar. No entanto, mesmo com um grande pesar, se fixaram ali trabalhando em outras profissões, submergindo junto com os garimpos os seus sonhos diamantinos e “[...] sua esperança, a esperança teimosa e quase infantil, que diante de nada esmorece [...]” (MACHADO FILHO, 1964, p. 29), como reiteradamente deixam notar em suas falas.

Entendemos, assim, que a prática da garimpagem em Três Ranchos faz parte da história deste lugar sendo, por muito tempo, uma das formas de subsistência das pessoas que ali habitavam e, talvez, uma das mais importantes. De acordo com a história oral contada por seus moradores, esta prática tem uma importância cultural inquestionável para a formação econômica, social e histórica da cidade.

Este breve percurso histórico teve o intuito de apresentar o garimpo artesanal como uma técnica antiga e, embora o vocabulário utilizado pelos que compartilhavam desta prática não venha de um embasamento científico (como, posteriormente, encontraríamos na área da mineralogia) o que verificamos é a existência um vocabulário terminológico²⁰, como verificaremos na seção destinada às análises.

²⁰ Compartilhamos este termo de Murakawa (2013, p. 89-90), por entendermos que esta concepção também se aplica ao *corpus* que será analisado neste trabalho.

1. Do *corpus* de análise

Os termos que analisaremos foram selecionados a partir de um *corpus* de pesquisa mais amplo, que foi material de estudo da dissertação de mestrado *As grimpas lexicais e seus diamantes lingüísticos: o vocabulário do garimpo artesanal de diamantes no município de Três Ranchos-Goiás (1944-1981)*, de Jerônimo (2014).

O *corpus* desta pesquisa se constituiu a partir de fonte oral por meio da realização de entrevistas que foram, posteriormente, transcritas. As entrevistas foram feitas com homens que trabalharam no garimpo de diamantes em Três Ranchos e com pessoas que com eles conviveram.

Para a composição do material da pesquisa, foram entrevistadas treze pessoas, sendo dez ex-garimpeiros, uma esposa de garimpeiro, um fornecedor e um morador que conviveu diretamente com garimpeiros, todos numa faixa de sessenta a oitenta anos de idade, exceto este último, com 48 anos.

Além de se tratarem de dados que foram coletados a partir da oralidade, vale ressaltar que muitos destes termos já não são mais utilizados devido à extinção desta atividade, seja porque surgiram novas tecnologias, seja por conta do discurso recorrente sobre a preservação da natureza que nada tem impedido a exploração em massa por parte das mineradoras de grande porte.

O garimpo que estamos chamando de artesanal era uma atividade realizada manualmente e que necessitava de, no mínimo, dez homens a depender da profundidade do local escolhido para trabalhar e da força das águas. No caso de Três Ranchos, o interesse dos garimpeiros era o diamante, pois, segundo eles, ali encontrava-se desta pedra preciosa em abundância.

Ainda sobre os dados, foram selecionadas cento e dezoito lexias das quais vinte e oito são topônimos. Usamos o termo lexia, neste primeiro momento, pois a pesquisa de maior fôlego foi realizada sob um viés lexicológico, em que trabalhamos com o princípio da motivação já discutido por Platão, em *Crátilo* e, também, o conceito dos campos lexicais proposto por Coseriu (1977) e Geckeler (1976). No entanto, ao entendermos o garimpo como uma técnica e nos determos neste mesmo *corpus* pela perspectiva da Terminologia do século XX, considerando também as questões históricas que perpassam esta atividade, uma análise de cunho terminológico se nos mostrou possível e enriquecedora.

Como mencionamos, os itens léxicos foram estruturados em campos lexicais, em que do campo principal *Garimpo artesanal de diamantes* (arquilexema), se ramificam cinco macrocampos. Destes cinco, alguns também possuem ramificações, os microcampos, em que do macrocampo *Funções da escala*, temos o microcampo *O correr da escala*; em *Lance de cabo/bater cabo/mergulho de exploração*, os microcampos *Trechos de garimpo* e *Formas de diamante*; em *Extração do cascalho*, os microcampos *Tipos de garimpo* e *Sinalizações*; e, no último macrocampo *Venda das pedras*, ramificam-se os microcampos *Unidades de medida* e *Tipos de diamante*. Assim, estruturamos todos os itens lexicais que constituem o *corpus* de pesquisa. No entanto, no estudo ora apresentado analisaremos apenas dois: *Funções da escala* e *Lavagem do cascalho*.

2. Das funções da escala ao bater da peneira

Como discutimos anteriormente, o garimpo é uma técnica que surgiu nas margens da ilegalidade por uma necessidade social de muitos mineradores que eram explorados pela Coroa. Praticamente tudo que era extraído das terras brasileiras deveria ser rigorosamente destinado aos colonizadores portugueses. No entanto, alguns destes trabalhadores, muitos deles escravos, se encorajaram e subverteram as leis do fisco.

Desta forma, por razões socioeconômicas e culturais, este movimento passou a criar suas raízes, fazendo emergir dos lugares mais escondidos a técnica da garimpagem e, com ela, novos termos que serviram para nomear tudo que estivesse a ela circunscrito, desde o nome da função que cada garimpeiro exercia até a venda das pedras.

Assim, por mais que esta prática, em sua forma artesanal, tenha se extinguido, especialmente no município de Três Ranchos, devido ao represamento do rio Paranaíba, os termos, outrora utilizados, se encontram preservados na memória daqueles que compartilharam a lida no garimpo, especificamente, o de escafandro²¹.

Deste modo, concordamos com o que diz Barros (2004): o que faz uma unidade lexical um termo é o contexto em que está sendo usada, isto é, as condições pragmáticas em que ela é empregada. Muitas vezes, os especialistas se servem de itens lexicais em uso na língua geral para nomearem as novas “coisas” que foram criadas, seja no âmbito de uma área científica ou de uma técnica, pois “[...] é no contexto e no discurso que o termo é investido de valor. Não visa assim, a monosemia absoluta do termo, contrariamente à posição de Wüster” (BARROS, 2004, p. 50).

Esta concepção, no campo da Terminologia, foi difundida, principalmente, após o advento da TCT, proposta por Maria Teresa Cabré. A estudiosa reconhece a importância da teoria proposta por Wüster, mas considera que alguns princípios precisavam ser revistos, de modo que o olhar sobre a unidade terminológica tornou-se mais amplo e menos restrito, em que não seria mais o caso de considerar as terminologias como subsistemas independentes da língua em uso, mas de campos específicos que necessitam de uma nomeação também específica. Reconhecemos, assim, que estamos lidando com uma área que dialoga com as outras, isto é, transdisciplinar.

Por este prisma, analisaremos os termos selecionados com base nos princípios da TCT. Iniciaremos pelas *Funções da escala*, campo de termos no qual compreendemos a organização dos garimpeiros no leito do rio e a função que cada um exercia na balsa.

Na maioria das vezes, o *fornecedor*, dono das máquinas, procurava por um garimpeiro de sua confiança para gerenciar a balsa; geralmente, o *gerente* era o mergulhador mais experiente, que seria responsável pela escolha do restante da turma e pela verificação quanto à segurança do lugar escolhido para a extração das pedras, sendo este o primeiro a mergulhar.

Quando o mergulhador que estava no fundo considerava o seu trabalho por encerrado, retornando à superfície, o próximo a descer era o *manguereiro*, o responsável pela vigilância da mangueira por onde o ar fornecido pelas bombas devia chegar até o garimpeiro que estava trabalhando.

O garimpeiro que estava na função da separação do cascalho “bom” das pedras inúteis era o *canoeiro* que, em sequência, assumiria o ofício de *manguereiro*. Junto com ele ficava o *corre-dinheiro*, cujo papel era receber os sinais daquele que estava garimpando e puxar para a

²¹ Também conhecido como *garimpo de leito* ou *mergulho a saco*, acontece no leito do rio, porém em lugares mais profundos, em que o garimpeiro utiliza um equipamento de mergulho para sobreviver no fundo por muitas horas.

balsa os sacos cheios de cascalho. Depois que o cascalho diamantífero era separado do que não o era, este inutilizável era colocado numa canoa subserviente, onde se encontrava o *parasita*, encarregado de jogá-lo fora, preferencialmente, num lugar mais distante para não “sujar o serviço”.

Chegando às últimas funções da escala, tínhamos o *vice-parasita* que, além de auxiliar o *parasita*, ficava à disposição dos *bombeiros* para revezar nos lugares muito fundos em que eram necessários mais homens para tocar a bomba que forneceria o ar ao *mergulhador* da vez.

Esta movimentação da escala com as trocas de funções acontecia toda vez que o *mergulhador* que estava retirando o cascalho voltava para a superfície, o que os nossos entrevistados nomeiam de *correr a escala*. Segundo eles, nem sempre a escala corria nesta ordem por conta de imprevistos que aconteciam, como o caso de algum garimpeiro que *jogava o capacete*, propondo a algum companheiro de balsa que mergulhasse no seu lugar, para depois, dividirem os lucros, no chamado *mergulho a vinte e cinco* ou *descer a vinte cinco*. Alguns contam também que havia ocasiões em que a pessoa descia, mas não conseguia “mandar nada”, o que eles chamam de *suicidar o mergulho*.

Além disto, tinha também a *troca de escala*, um acordo entre os garimpeiros de trocaram de função dentro de uma determinada escala.

Como nos disse um dos garimpeiros “apesar de se[r] um serviço rústico, até funcionava direitinho” (G3E1), em que pudemos perceber que se tratava de uma atividade embebida por companheirismo, confiança e sonhos.

Assim, obedecendo à ordem da escala, da função mais baixa para a mais alta, temos os termos: *bombeiro*; *vice-parasita*; *parasita*; *corre-dinheiro*; *canoeiro*; *manguereiro*. Como ações neste cenário da escola, temos: *correr escala*; *mergulhar a vinte e cinco/ descer a vinte e cinco*; *troca de escala*; *jogar o capacete*; *suicidar o mergulho*. Podemos perceber que todos são formados a partir de unidades léxicas existentes na língua em uso, mas que, neste contexto, adquirem significado específico. Outra característica também notável e recorrente nas outras terminologias é o princípio da motivação, discutido por Krieger (2013):

[...] a opacidade de denominação, típica do léxico comum, não tem correspondência direta e absoluta no campo do léxico especializado. Neste, a tendência a um processo denominativo motivado traduz uma tentativa consciente de que a denominação seja capaz de refletir o conceito [...] (KRIEGER, 2013, p. 32).

Assim, a partir da descrição detalhada de cada uma destas unidades terminológicas, percebemos melhor a questão da motivação e, ainda, da formação morfossintática de cada uma delas.

Bombeiro é o substantivo que nomeia a função mais baixa dentro da *escala*, porém de suma importância, “cê cumeçava na bomba, bateno bomba, aí discia um lá no fundo cê tava bateno bomba, ês era dois, três bombero... né, que batia {...} é er’os bombero” (G6E1). Trata-se de um processo de derivação por sufixação, em que temos a palavra base *bomba* (nome da ferramenta que fornecia o oxigênio ao mergulhador) acrescida do sufixo *-eiro* (formador de substantivos), sendo que a sua motivação estaria na palavra base, em que a morfossintaxe da língua é respeitada, segundo a mesma lógica das palavras *fazendeiro*, *leiteiro* e *porteiro*.

Vice-parasita, dentro da escala, era uma função intermediária de quem, além de ajudar na bomba, quando necessário, deveria prestar auxílio ao *parasita*: “Ele batia bomba,

juntos c'os bombero, mais hora que fosse descarregá a canoa, ele ia junto com o parasita, era os dois" (G10E1). Sendo assim, na próxima escala a ser tirada, o *vice-parasita* passaria para a função de *parasita*, o que justifica o item *vice* na criação desta unidade terminológica.

Parasita é o nome de uma das funções da escala em que temos uma motivação complexa, que pode ser explicada por analogia com o parasita enquanto “organismo que vive de e em outro organismo, dele obtendo alimento e não raro causando-lhe dano” (HOUAISS; VILLAR, 2009), porque, ao lado da balsa, ficava uma canoa subserviente para o depósito das pedras desnecessárias o que, de certa forma, lembra o comportamento de um parasita. Desta forma, o garimpeiro que estava naquela função recebia o nome de *parasita* numa relação metonímica, como podemos confirmar na citação que segue:

pur exemplo a canoa né {...} canoa tá tudo trabaiano, intão fica uma patrâis lá assim sobservênça né, tirava [...] só purque chamava parasita... a canoa... nós punha o nome nela de parasita purque ficava [...] pa lá né, ficava queta, onde tirava... suponhamo, saíu uma canoa cheia de pedra né, aí encostava aquela {...} esperan' aquela inchê pá podê [en]co[s]ta ela {...} (G4E1).

O termo *parasita* é utilizado também tanto na terminologia da medicina quanto na da biologia. Neste caso, teríamos um caso que Krieger (2004) chama de polivalência, uma vez que é um termo utilizado em terminologias distintas, que adquiriu, porém, significados diferentes em cada uma delas.

Corre-dinheiro é o nome de mais uma das funções da escala, “corre-dinheiro {...} é purque ele ficava só no mei'do sarilho pá atendê o sinal do mergulhadô {...}” (G2E1)”. A motivação deste termo é mais complexa, está relacionada ao movimento de puxar o saco de cascalho para superfície através de um sarilho que corre e ao cascalho que estava depositado dentro dele, em que havia a probabilidade de ter algum diamante (que dará dinheiro) – desta associação e criatividade lexical, temos *corre-dinheiro*.

Canoeiro nomeia a função dentro da escala daquele que “tá na canoa, ele fica por conta de surucá o cascái” e, por ele ficar dentro da canoa de cascalho, é assim nomeado. Podemos perceber que se trata de um signo semi-motivado, criado através do processo de derivação sufixal com o acréscimo do sufixo *-eiro* à palavra base *canoa*, assim como ocorre com *bombeiro*.

Manguereiro era uma das funções mais delicadas da escala, em que o garimpeiro

ficava sempre cum manguero ali na proa, que qualqué coisa ali [a]normal tinha que dá nutiça, se o cara rodasse ali pur exemplo uma água forte, no manguero ali cê sabia, que o manguero ia forçava sua mão, e se o cara viesse tamém imhora ele sabia que pel'as bôia que o capacete sortava ele sabia que o cara tava vin'imhora {...} e aí ele ajudava colhê o manguero pra cima” (G10E1).

Como pudemos conferir através da explicação do entrevistado, quem estava nesta função deveria ficar atento o tempo todo a qualquer movimento na mangueira por onde passava o oxigênio; assim, por ele ser o “vigia da mangueira”, temos, pelo processo de derivação sufixal, *manguereiro*.

Correr a escala ocorre quando o mergulhador que está no fundo retorna para a superfície, movimento que acontece em cima da balsa, como bem explica um dos entrevistados:

intão a escala curria assim: tinha o camarada que tava no fundo, manguerero, o... o canoero... o canoero vem depois né, o da canoa de pedra, depois vinha o corre-dinhero, depois o canoero, sabe? {...} É, curria assim, tudo bonitim, ali {...} ah... parasita é a canoa de pedra {...} é o canoa de pedra {...} é o parasita {...} é... vamo cumecá co'... co'... porque na... o aparelho pá funcioná bem, além do cuzinhero que tinha {...} tinha o cuzinhero também, nó[s] vamo falá sobre isso. Pra funcioná bem, pelo menos oito pessoa, cê já notô que nós só falô o nome só de quato, o que tava no fundo... é... de cinco... o que tava no fundo, o manguera, corre-dinhero, parasita que é a canoa de pedra e o... e o... a {...} canoero 'xatamente. Cê notô que sobrô mais quato né... não, sobrô mais três, esse três sabe qual a escala dele? Era batê bomba. Que aquele que sai do fundo, vai lá... o canoero mais o mergulhadô, pega canoa vai pô um... o produto dele, do mergulho lá no barranco. Aí volta os dois. Aquele que saiu do fund'água, primera coisa dele, era batê bomba, mais entre os três bombero, tem dois na frente dele, intão aquil'ali, quando ele... ele... mergulhava os dois que tava na frente dele bateno bomba, aí ele já ia pra quê? Já ia pra... pro parasita, o canoa de pedra {...} é... a hora que chegô a vez dele, dele saí da escala de bomba, primero ele ia pra parasita, canoa de pedra, depois ele ia pa cordinha, depois pa canoa de cascalho de novo e assim por diante, até corrê a roda (G3E1).

A utilização do verbo *correr* se relaciona com o movimento que os garimpeiros faziam, saindo de uma função para outra e *escala* porque eles trabalhavam escalados, em que cada um exercia uma atividade diferente.

Mergulhar a vinte e cinco ou *descer a vinte e cinco* era uma espécie de negociação entre dois mergulhadores, quando um deles *jogava o capacete*.

pur exemplo, às vez tinha um, chega no lugá tinha medo de i[r]... ele ficava co'medo dava pra um que tinha corage a vinte cinco... aí é vinte cinco por cento, cê pegava um diamante vindia, vamos supô vende por cem mil, cinquenta é do fornecedô, vinte cinco do merguiadô e vinte cinco do ôto que deu o mergulho, ess' é o vinte cinco qu'ês falava (G6E1).

A partir desta explicação, pudemos compreender o que motivou a criação deste termo, que se associa à porcentagem de 25% que seria destinada a cada mergulhador neste tipo específico de divisão de lucros.

Troca de escala era a ocasião em que o mergulhador da vez desistia de descer e propunha a algum companheiro ir em seu lugar para, depois, dividirem o lucro, um caso de *mergulho a vinte cinco*:

ele pegava e me chamava, se eu acha interessante, saí da minha, ele ia pra minha escala, o que eu tava fazeno, se eu tivesse bateno bomba ele ia batê bomba no meu lugá, mergulhava no... chamava troca de escala né... aí ele mergulhava vinte cinco cumigo lá e eu ia fazê a escala dele, iss' aí era uma coisa eventual que acontecia, né, mais era comum {...} Aliáis, todo dia dava isso im cima da balsa (G3E1).

Temos, então, o verbo *trocar*, pois de fato havia uma *troca* de escala porque isto acontecia dentro da escala, com a alteração das funções.

Jogar o capacete está relacionado à desistência do mergulho, quando o garimpeiro da vez desistia de descer “ês falava que jugav’o, jugava o capecete, falava assim: ‘Cê jogô o pano’” (G10E1). No que se refere à motivação, temos uma ligação com o equipamento, o capacete de bronze do escafandro, uma vez que o garimpeiro jogou o capacete, desistiu. Quando isto acontecia, o desistente vendia o seu mergulho a vinte e cinco, ou seja, aquele que mergulhasse dividiria pela metade os cinquenta por cento do lucro com o outro.

Suicidar o mergulho era uma expressão utilizada nas ocasiões em que:

a pessoa ia pa tirá o mergulho, às veiz tava muito cascái né, discia e por uma razão ou ôto ele num consegui mandá o cascái e se ele puxava o saco lá e mandasse um, que seja um litro de cascái e saisse im cima ele perdeu o mergui {...} suicidô” (G10E1).

Percebemos que o verbo *suicidar* é usado em forma de metáfora, no sentido de que o mergulho foi finalizado antes da hora. No que se refere à *Lavagem do cascalho*, este era o procedimento que, geralmente, se realizava aos sábados e, às vezes, aos domingos. Era neste momento que o trabalho da semana inteira ganhava significado.

O tratamento com o cascalho começa já na balsa em que ele é *surucado* pelo *canoeiro* com o auxílio do *parasita*, no intuito de separar o que é diamantino das pedras inúteis. A criação deste verbo foi motivada devido ao nome da peneira utilizada para a realização deste procedimento: a *suruca*, *surucona* ou *surucão*, peneira de malha mais grossa. Feito isto, o *cascalho surucado* (aquele que passou pela *suruca*) é levado para o *paiol de cascalho* do garimpeiro que o extraiu. Os paióis ficavam no leito do rio e cada mergulhador tinha o seu. Eram locais que eles limpavam e organizavam especificamente para depositar o cascalho.

Como foi dito, a lavagem era feita aos sábados e domingos. Desta forma, já nas margens do rio, cada qual com seu *terno de peneiras*, constituído pela *suruquinha*, *grossa*, *média* e *fina*, quatro peneiras colocadas uma sobre a outra, de acordo com a espessura da malha, da mais grossa para a mais fina, iniciavam-se as lavações, individualmente. Era um momento solitário, acompanhado pela expectativa a cada *bater da peneira*, o ato de chacoalhar o cascalho e virar a peneira, batendo-a no chão.

Com este movimento, o cascalho formava uma roda e, na maioria das vezes, o diamante já saía *croado*, visível por cima da forma; em outros, saía *embuchado*, isto é, por baixo da forma. Nestes casos, era necessário *cortar a forma* com o auxílio de uma *pazinha* para se certificar de que não havia mesmo diamante ali. Vale lembrar que se tinha forma em abundância, os garimpeiros costumavam dizer, ao *virarem a peneira*, que havia *forma de arco a arco*.

Muitas vezes, acontecia de o cascalho *estar queimando*, o que significava que ali a sorte não estava favorável, levando-os a *correr o trecho*. Outras vezes, *bamburravam*, pegando boas pedras, “tirando a sorte grande”. A alegria era maior na ocasião em que o diamante *croava de suruca* ainda no leito do rio, quando o cascalho passava pela *suruca*, o que significava *quebrar o pau*, pois como esta é uma peneira de malha bem grossa, o diamante encontrado ali só poderia ser uma pedra de tamanho considerável. Os diamantes de menor extensão eram guardados no *picuá*, uma espécie de recipiente confeccionado com osso de animais ou bambu.

Entendido como ocorre esta etapa, seguimos para a descrição mais detalhada de cada unidade terminológica, para compreendermos um pouco mais como acontece o processo da

nomeação na técnica da garimpagem artesanal. Novamente, não faremos em ordem alfabética, mas na ordem dos acontecimentos como nos foi narrado durante as entrevistas.

Cada garimpeiro possuía o seu *paiol de cascalho*, local em que o cascalho extraído seria depositado até o dia da lavação, daí a motivação através da locução adjetiva *de cascalho*: “é paiol {...} é... cada um tinha o paiol de pô o cascái né... num punha junto não, só punha o cascái junto quand’era bozó {...}” (G6E1). Segundo Krieger (2013), este tipo de estrutura (substantivo + preposição + substantivo) costuma ser bastante recorrente nas terminologias, algo que poderemos verificar, novamente, no próximo termo a ser analisado.

Terno de peneiras é “as três penera que usa {...} é que usa {...} só três, não, pode usá quato tamém, tem lugá que ês usa quato {...} era a fina, a média, a grossa, a suruquinha e a suru’a sucucona tamém, tem a surucona” (G9E1). Ou seja, é o conjunto de peneiras, em que, segundo os garimpeiros, as três principais eram a grossa, a média e a fina, o que melhor justifica o uso do item *terno* “conjunto de três entidades, seres, objetos etc. de igual natureza; trilogia, trio, trindade” (HOUAISS; VILLAR, 2009); e a locução adjetiva *de peneiras* é motivada pelo objeto que compõe cada terno, neste caso, a peneira.

No que se refere aos tipos de peneira, os adjetivos que acompanham este substantivo são motivados pela espessura da malha deste instrumento de trabalho usado na etapa da lavação do cascalho, em que temos *peneira fina*, *peneira grossa* e *peneira média*: “É as três penera que usa {...} é que usa {...} só três, não, pode usá quato tamém, tem lugá que ês usa quato “{...} era a fina, a média, a grossa” (G6E1).

Surucar trata-se de um termo já registrado em acervo lexicográfico (HOUAISS; VILLAR, 2009), como o ato de “vir abaixo, desmoronar, ruir (esp. terra); afundar, desabar”. Assim, temos duas hipóteses: a primeira é que este item lexical poderia ser utilizado no garimpo por uma extensão de sentido, o que não seria uma fuga ao sentido, uma vez que *surucar* o cascalho é quando o cascalho diamantino “vem abaixo”, separando-se das demais pedras. A segunda é a que adotamos a partir da análise do *corpus* se trata de outra palavra, uma derivação regressiva motivada pelo nome da peneira (*suruca*):

Porque a pinera, a pinera é grossa, essa, essa num vai pa lavá não, ess’ é só lá im riba da canoa {...} grossa assim ó (*gestos*) passa as pedra desse taman[ho] só {...} suruca {...} é [e]la é larga... suruca, passa as pedra, pa num passá as pedrona grande, pa num estrová nóis lavá cascái, senão num junta forma (G8E1).

Suruquinha, diminutivo de *suruca*, porque “a malha dela é um poco menor {...} é... porque muitas veiz a suruquinha {...} ela, ela batia, ela também quando o cascalho tinha muita forma” (G3E1).

Cascalho surucado; *cascalho despedrado* ou *cascalho desemburrado* são três termos utilizados para nomear o mesmo referente, momento em que “ele já é penerado lá, tirado as pedra maior, nós falamo surucado, né, o cascalho saía já no jeito de i[r] pá lavadera todo despedrado né, a canoa {...}” (G3E1). Temos aqui um caso de sinonímia, que na TGT (Teoria Geral da Terminologia, proposta por Wüster) não seria um caso aceitável, mas que na TCT se trata de um fenômeno admissível, pois “[...] tal como as outras unidades lexicais dos sistemas linguísticos, as especializadas sofrem processos de sinonímia e comportam variações das mais diferentes naturezas” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 79).

A motivação no caso do *surucado* vem do nome dado à peneira específica para este processo: a *suruca*. Porém, aqui não se trata de uma derivação sufixal a partir da palavra base

suruca, em que haveria apenas o acréscimo do sufixo *-ado*, mas do verbo *surucar* no participípio.

Sobre o adjetivo *despedrado* teríamos aqui uma espécie de antônimo de *empedrado*. Seguindo a lógica de formação de palavras da língua portuguesa falada no Brasil, acrescentaram o prefixo *des-* à palavra base, que é utilizado em sua maioria para indicar a falta de algo, como em *desamor*, *desilusão*. A motivação viria do processo de separação do cascalho diamantino das pedras, ou seja, *despedrá-lo*, tirar-lhes as pedras inúteis.

Quanto ao adjetivo *desemburrado* não encontramos nas acepções dicionarizadas nenhuma referência a esta etapa, mas percebemos uma pequena associação, mesmo extremamente tênue, com alguns dos significados apresentados para o verbo *desemburrar* já que o termo em análise não está registrado nos acervos que consultamos. No dicionário, o sentido está voltado para o ato de “[...] dar ou adquirir boas maneiras; educar(-se), polir(-se), desembaraçar(-se) [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Existe a possibilidade de os garimpeiros terem relacionado este significado com o procedimento feito com o cascalho, em que o diamantino se desembaraçaria das pedras indesejadas. No entanto, trata-se apenas de uma hipótese para este sentido dado.

Diamante croado tem sua motivação relacionada ao verbo *croar*, assim, “Quando, quando a forma é mai[s] baixa cê bate, bate, o diamante saía por ribinha assim ó, croado {..} é pur ribinha, cê já catava ele {...}” (G8E1).

Diamante embuchado, ao contrário do *croado*, era o caso do diamante que tinha saído debaixo na forma, isto é:

É quando cê vai lavá... cê lava o cascái aí cê vai batê a penera, cê lava, junta a forma, depois cê vai lá e bate {...} é bate a pinera {...} fica... fica a forma por cima certim, o diamante se tivé cê vê ele por cima da forma, argum sai imbuchado, que ês fala, imbuchado é quando ele num croa, quando ele num croa cê vai lá cê num vê ele e cê vai passá a pazinha, aí cê acha ele às veiz imbuchado {...} é nome imbuchado porque ele num croô (G6E1).

Apesar de a unidade terminológica *embuchado* estar dicionarizada, não há significado que se aproxime deste apresentado pelo entrevistado. Poderia ocorrer, neste caso, uma extensão de sentido por analogia, pois no acervo lexicográfico em que temos nos baseado, este item léxico é descrito como aquele ou aquela “[...] que não se manifesta por falta de conhecimento ou por não poder divulgar o que sente ou pensa [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009) e, no garimpo, como citado, é o diamante que não se “manifesta” por cima da forma.

Forma de arco a arco é uma expressão utilizada pelos garimpeiros para quando a forma estava abundante, deixando as peneiras cheias de um arco ao outro, como explica um dos senhores descontraidamente:

É... num sei, tem tanta coisa... uns falava que tava chorano, ôtos falava tá derreteno (*risos*) quan[do] tava, dava iss’aqui, dava muita forma... chegava falava ‘É o treim tá de arc’a arco’, sabe? Que tava pegano chei’que tava dano os arco da pinera. ‘Forma lá de arc’a arco’ {...} intão quan[do] nós era soltero e ia no baile que tava bom né, tinha muita moça ‘Th! Moça lá tá de arc’a arco’ sabia que tava muita, né {...} muita moça (*risos*) (G5E1).

Quebrar o pau era uma expressão utilizada quando, ao *surucar* o cascalho, saísse alguma pedra de diamante, o que significava ser uma pedra de tamanho considerável “o cara tava lavano o cascái na balsa lá que pegava um diamante, aí ele gritava assim ó ‘O pau

não ser pelo fato de que se queimar é algo ruim e, talvez, o verbo *queimar* não fizesse menção exatamente ao cascalho, mas à situação dos garimpeiros que ficariam, à moda de uso gírio, *queimados* por não conseguirem pegar alguma pedra depois de tanto trabalho.

Bamburrar (verbo intransitivo) era utilizado no momento em que eles “tiravam a sorte grande”, isto é, pegavam diamante “uns falava ‘Ê esse ano eu bamburrei, peguei muito diamante’, né... a expressão é essa né... ‘Forguei ess’ano, tô forgado’, essas é as expressão né” (G6E1). Quanto à especificidade deste termo, além das entrevistas, podemos comprová-la pela acepção dicionarizada, em que é classificada como regionalismo utilizado nos estados da Amazônia e Bahia: “encontrar por bambúrrio ('acaso') ouro, diamantes ou outras pedras preciosas, e enriquecer” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Depois do trabalho de uma semana toda, este seria o momento decisivo e mais esperado por todos os garimpeiros, encontrar ali, ao *virar a peneira*, o motivo de sua busca: o diamante.

Considerações finais

A análise que realizamos neste estudo, através de uma abordagem terminológica, foi baseada nos princípios propostos pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Nesta perspectiva, o termo é visto como uma unidade da língua ativada em uma determinada área de especialidade e que obedecerá ao mesmo comportamento morfossintático dos demais itens lexicais utilizados na língua em uso. Assim, poderemos encontrar nas mais variadas terminologias, casos de sinonímia, variação, ressemantização, neologia, polissemia dentre outros processos, que é o que tem sido constatado por meio das recentes pesquisas nesta área, como buscamos apresentar neste estudo.

Apesar de a Terminologia, no quadro das ciências do léxico, ser considerada a mais recente, sabemos que a preocupação com os vocabulários terminológicos é antiga. No caso do garimpo, encontramos algumas pesquisas no campo da Geografia, da História e da Filologia que chegaram a disponibilizar um vocabulário ao final do trabalho, mas nada aprofundado e que apresentasse uma preocupação de cunho linguístico, algo totalmente compreensível, por não ser o foco destes estudos naquele momento, mas que nos foram de grande valia para conhecermos mais sobre a história desta atividade.

Encontramos, também, dicionários de Gemologia e Mineralogia, que são áreas científicas consagradas socialmente, no entanto, nada especificamente voltado para o garimpo, provavelmente, por ser uma atividade que, desde o seu surgimento, foi colocada à margem e praticada por pessoas que, em sua maioria, não pertenciam às famílias abastadas.

Entretanto, parte do vocabulário terminológico concernente à técnica artesanal de extração de diamantes se encontra preservado na memória daqueles que a praticaram, nos tempos pretéritos, na região, hoje, conhecida como Três Ranchos. Muitos destes homens, ainda vivos, com seus quase setenta, oitenta anos de idade, nos concederam entrevistas em que, saudosos, contaram sobre a lida no garimpo, deixando *croar* em sua fala os termos dentre os quais apresentamos alguns neste estudo.

Referências

- BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 25-96.
COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 37-37, p. 247-279, jan/dez. 2007.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis. *A vida pode mudar com a virada da peneira: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG*. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás - **Campus Catalão**. Catalão, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda., Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KRIEGER, Maria da Graça. A heterogeneidade do léxico especializado e perfis terminológicos. In: MURAKAWA, Clotilde de A. A.; NADIN, Odair Luiz. **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 23-42.

_____. FINATTO, M. José B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 75-120.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1964.

MURAKAWA, Clotilde de A. A. Vocabulário das enfermidades em documento do Brasil colonial: o relato de “Prodigiosa Lagoa” (1749). In: MURAKAWA, Clotilde de A. A.; NADIN, Odair Luiz. **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 83-101.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. Rio de Janeiro: Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, 1966.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima. **Campos Verdes: memória, história e saberes**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

SOUSA, José Luiz Vaz de. **Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos-Goiás**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*. Catalão, 2012.

Atividades de formulação textual: a correção e as imagens de sujeito projetadas pelos coveiros da cidade de Belém

Activities of textual formulation: the correction and the images of subjects projected from gravediggers of Belém

Anne Carolina Pamplona CHAGAS
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Maria Eulália Sobral TOSCANO
Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as imagens de sujeitos projetadas pelas correções, enquanto atividade de formulação textual, presentes nas narrativas orais dos coveiros das necrópoles públicas de Belém. É uma pesquisa de base empírico-indutiva, visto que parte de usos reais da língua falada, em contextos específicos de enunciação, conduzida sob uma perspectiva textual-interativa, pois privilegia o discurso como produto de uma atividade interacional. O *corpus* de análise foi composto de oito entrevistas, realizadas com coveiros das necrópoles públicas de Belém, quais sejam, o cemitério de Santa Izabel e o cemitério de São Jorge, no período de seis a quatorze de junho de 2010. Essas entrevistas foram gravadas em formato A.V.I. (filme Windows) e transcritas com base em normas que registram as marcas de falas comuns à metodologia proposta pela Análise da Conversação (AC) em conversas do cotidiano. Todos os coveiros entrevistados são homens, que concluíram o ensino fundamental e encontravam-se em uma faixa etária que variava de 37 a 57 anos. Em decorrência do fenômeno que se propõe a analisar, essa pesquisa se insere na confluência de estudos desenvolvidos no âmbito da Análise da Conversação, Linguística de Texto e Sociolinguística Interacional.

PALAVRAS-CHAVES: Correções. Imagens de Sujeito. Coveiros. Análise da Conversação.

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the images of subjects projected by corrections, as textual formulation activities, present in the oral narratives of the gravediggers of public necropolis of Belém. This is a empirical-inductive research, since came from current uses of spoken language in specific contexts of enunciation, conducted under the textual-interactive perspective, and it favors the speech as a product of an interactional activity. The analysis corpus was composed of eight interviews conducted with gravediggers of public necropolis of Belém, named the cemetery of Santa Izabel and the cemetery of São Jorge, from six to fourteen June 2010. These interviews were recorded in AVI (Windows movie) and transcribed based on standards that register the marks of speech according to the methodology proposed by Conversation Analysis (CA) in everyday conversations. All respondents gravediggers are men who completed primary school and were in an age group ranging 37-57 years. From the phenomenon that we aims to analyse, this research is included in the confluence of studies developed by the Conversation Analysis, Linguistic of Text and Interactional Sociolinguistics.

KEYWORDS: Correction. Images of subjects. Gravediggers. Conversation Analysis.

1. Introdução

Os estudos referentes à modalidade oral da língua têm-se ampliado de modo considerável e, com o surgimento da Análise da Conversação (AC), tornou-se possível estudar o fenômeno da oralidade fora dos “moldes” tradicionais, isto é, os métodos utilizados para compreensão da língua escrita e, sobretudo, “desnudar” a tessitura invisível que rege os processos de co-produção discursiva.

A AC tem suas origens no seio da Etnometodologia, com os etnometodólogos norte-americanos Emanuel Schegloff, Harvey Sacks e Gail Jefferson (1974). Ao investigar a linguagem em situações reais de uso e não enunciados isolados de seu contexto de produção, a AC objetiva explicitar os procedimentos utilizados pelos falantes para conduzir suas ações em um evento enunciativo, visando à intercompreensão.

A partir desses estudos preliminares, desenvolveram-se outros de igual importância, os quais ressaltam o aspecto interacional dos encontros sociais. Sob essa ótica, têm-se as pesquisas desenvolvidas pelo sociólogo Erving Goffman (1992), que, sob a perspectiva da dramaturgia, comparou o mundo a um grande palco, no qual o indivíduo, por meio de representações, projeta e regula as imagens (impressões) de si e as que os outros constroem dele. Para ele as imagens podem ser equiparadas a toda e qualquer impressão real ou criada, que os sujeitos projetam dos outros e de si mesmo em uma dada interação.

Dentre as motivações e os porquês para a elaboração do trabalho em questão, bem como de seu tema encontram-se os questionamentos que surgiram após algumas leituras sobre o tema em questão ainda como aluna especial no curso de mestrado da UFPA, tais como: que imagem o sujeito projeta de si durante o processo enunciativo? Que estratégias discursivas nos permitem flagrar essas imagens?

A escolha pelos coveiros, como sujeitos dessa pesquisa surgiu a partir de algumas questões iniciais sobre a profissão, tais como: Se não existem cursos de formação de coveiros, não se nasce coveiro e nem se vira coveiro da noite para o dia. O que faz então um indivíduo vir a ser coveiro? Quais projeções esses atores fazem de si, dos outros e do mundo quando são percebidos e distinguidos como sujeitos de pesquisa? Essas questões, portanto, nos levaram a eleger esses sujeitos (os coveiros), como informantes de minha pesquisa. Essas motivações nos instigaram a investigar a relação desses sujeitos com seu espaço de trabalho, com a sua infância, bem como suas relações interpessoais dentro e fora do contexto do trabalho.

A discussão teórica circunscreve o recorte epistemológico que sustenta esta pesquisa. Neste sentido, a análise proposta pretende evidenciar quais imagens de sujeito são geradas por meio das correções enquanto atividades de formulação textual.

2. A Construção do texto falado

Antes dos estudos sobre língua falada tornarem-se um campo fecundo, a fala era considerada equivocadamente como caótica, desorganizada e irregular. Essa visão se dá em função das comparações feitas entre fala e escrita, pois, ao se examinar a fala com os pressupostos referentes à escrita, deixam-se de lado as características essenciais da língua falada, tais como: a quase simultaneidade entre planejamento e verbalização, bem como a simultaneidade entre o tempo de produção e o de recepção do discurso. E, em função dessas singularidades, o falante não dispõe de tempo para revisar seu texto, ou melhor, essa revisão

acontece de modo diferenciado, já que é feita no momento da própria interação e na presença do outro.

Segundo Toscano (1999), por meio desse ajustamento feito pelo falante em função da “plateia” para o qual se endereça, é possível verificar a “reflexão sobre o fazer [do falante]”, evidenciada por meio de atividades linguísticas que têm em vista a intercompreensão.

As especificidades do texto falado derivam, portanto, das circunstâncias de sua produção, ou seja, emergem no seio de uma interação síncrona e das contingências de sua formulação. Segundo a autora, a produção “online” desse texto favorece a dialogicidade, entendida aqui em sentido restrito, como a alternância de turnos durante a interação, que se dá de modo dinâmico.

Além disso, Marcuschi (2002) observa que todo texto falado é fruto de uma co-produção discursiva, o que implica dizer que, mesmo que o locutor detenha a palavra, ele não é o único responsável pela produção de seu discurso, já que ambos - falante e ouvinte - se encontram engajados na interlocução e, portanto, produzem conjuntamente a atividade de que participam. Esse engajamento, segundo Marcuschi (2003), permite que os interlocutores sejam cooperativos, co-negociadores e co-argumentadores no evento interlocutivo.

Durante o processo de construção do texto falado, criam-se necessidades de ordem pragmática, as quais se sobrepõem muitas vezes às exigências de ordem sintática. Tais necessidades, segundo Koch (2006), são evidenciadas por atividades como truncamentos no fluxo da fala, correções, hesitações, repetições, pausas, paráfrases, aumento no volume entoacional etc.

Ressaltamos, ainda, que, em algumas situações de interação, essas atividades são a serviço da intercompreensão. Ademais elas atuam também na dimensão discursiva, operando a geração de sentidos e de imagens de sujeitos que emergem no decurso do evento comunicativo, tecendo, portanto, a partitura invisível do texto falado (TOSCANO, 1999).

Atualmente, os estudos da fala em interação, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), têm como objeto de estudo a descrição das interações verbais e não verbais em situações cotidianas formais e informais. Por essas razões, na atual conjuntura, afirma-se que o estudo da conversação fundamenta-se no aspecto interacional das relações discursivas, por meio das quais contextos, papéis, tópicos, imagens são negociados. Nesse sentido, a conversação configura-se como um “lugar” primordial das relações sociais.

Marcuschi (2006) explica que os objetos de estudo dos estudos interacionistas são os processos conversacionais, focados na prática do dia-a-dia do ser humano. Para o autor, a conversação seria “uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois interlocutores voltam a sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum” (MARCUSCHI, 2006, p. 15) e, por conta disso, os estudos nessa área direcionam-se para os elementos entoacionais, paralinguísticos e contextuais das conversações ditas espontâneas. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), o objetivo da fala em interação é estudar

(...) [as] regras que sustentam o funcionamento das trocas comunicativas de todos os gêneros; ou, em outros termos, “decifrar a partitura invisível” que orienta [...] o comportamento daqueles que se encontram engajados nessa atividade polifônica complexa que é a condução de uma conversação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 15).

Portanto, é tarefa dos estudos voltados para a fala em interação analisar as peculiaridades do texto falado, na tentativa de determinar suas características e, importa-lhe,

assim, investigar como se dá a elaboração do texto falado, ou seja, as atividades de formulação e, sobretudo, as funções interativas dessas atividades.

De acordo com Antos (1982, apud FÁVERO, 2005, p. 55), “formular um texto não é só planejá-lo, mas também realizá-lo”. Ainda, segundo o referido autor, os dois alicerces da produção de texto são ação e interação. Portanto, sob essa perspectiva, é necessário considerar que os caminhos da conversação não são definidos somente pelo ato enunciativo em si, mas também pela força motriz de todo esse processo: as trocas interativas.

Nos eventos comunicativos, os indivíduos fazem uso das atividades de formulação, as quais, segundo Antos (1982, apud FÁVERO, 2005, p. 52), sempre visam à intercompreensão, pois é a esses procedimentos que esses interlocutores recorrem para resolver, contornar e impedir problemas de compreensão que se manifestam durante o processo interacional.

Nesta atividade de co-produção discursiva, coordenada interativamente, os sujeitos recorrem a atividades linguístico-discursivas que têm em vista a construção do texto. Portanto, urge que se investigue, antes de tudo, de que maneira a produção interacional se constrói coletivamente e, ainda, como tal produção é organizada.

Assim sendo, o texto falado não é caótico e desestruturado, como ainda postulam alguns. Pelo contrário, ele possui uma estrutura própria, a qual é fomentada pelas circunstâncias sociocognitivas de sua produção, que criam necessidades evidenciadas nas atividades de formulação, objeto de reflexão desse estudo.

2.1. As atividades de formulação textual

As atividades de formulação são condições de existência do texto. Porém, essas atividades realizam-se de modo diferenciado, em função de sua natureza e peculiaridade.

Assim compreendida, a formulação engloba tanto a rematização frástica: “quando o falante faz avançar as determinações do tema; quanto a rematização parafrástica, quando o falante “limita-se a repisar o que já foi dito” CASTILHO (1998, p. 254). Com base nessas afirmações, Castilho (1998) divide os processos de constituição do texto em:

- a) ativação: o processo por meio do qual se introduzem no texto objetos-de-discurso;
- b) desativação: o processo por meio do qual se abandonam objetos-de-discurso, anteriormente introduzidos, dando origem a digressões e parênteses;
- c) reativação: o processo por meio do qual se reintroduzem objetos-de-discurso anteriormente abandonados.

A formulação lato-sensu refere-se a toda e qualquer iniciativa de construção lógico-comunicativa e, no sentido *stricto*, refere-se às atividades específicas aos quais os sujeitos em interação recorrem para construir adequadamente sua enunciação (TOSCANO, 1999). O que significa dizer que, na acepção estrita, qualquer iniciativa de construção linguística é uma atividade de formulação. Nesse sentido, formular refere, portanto, a totalidade do processo de construção textual.

A formulação *stricto* sensu diz respeito às atividades de reformulação propriamente ditas, que apresentam um aspecto retrospectivo. Por essa razão, é importante compreender que a reformulação é uma atividade metaformativa, isto é, ela reformula formulações anteriores na cadeia linear do texto. Nessa perspectiva, a formulação aponta para problemas futuros na interação, já a reformulação provê soluções para enunciados já verbalizados.

Em outros termos, a formulação engloba, em sentido amplo, duas atividades de construção textual diferentes: a formulação e a reformulação. A primeira, segundo Hilgert

(2002), aponta para a cadeia prospectiva do enunciado, ao passo que a outra aponta para a cadeia retrospectiva. As atividades de formulação e reformulação atuam na elaboração da composição textual, além de disponibilizar, segundo Hilgert (2002), “uma proposta de compreensão” (HILGERT, 2002, p.102) ao interlocutor com quem se interage.

Por isso, as atividades de formulação em sentido lato são os “instrumentos” a que os locutores recorrem para negociar os sentidos de suas interlocuções. E, apesar de apresentarem suas especificidades, as atividades de formulação têm o objetivo de garantir, antes de tudo, a intercompreensão entre os participantes do evento comunicativo (HILGERT, 2002).

Definido o estatuto teórico das atividades de formulação, cabe distinguir, dentre essas atividade formulativas, aquela que interessa ao artigo presente, qual seja, a correção.

2.2. A correção

A correção desempenha papel considerável entre os processos de construção do texto falado. Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2006), “corrigir é produzir o enunciado linguístico (enunciado - reformulador – ER) que reformula o anterior (enunciado - fonte – EF), considerado ‘errado’ aos olhos de um dos interlocutores” (FÁVERO, ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 258). A correção classifica-se, portanto, como um claro processo de formulação retrospectiva, pois tem como escopo um enunciado anterior.

A correção é, assim, produto de um planejamento local da oralidade, já que o falante recorre, em determinado momento da situação comunicativa, a um outro enunciado, mais condizente com seu projeto de dizer, objetivando, assim, a intercompreensão (FÁVERO, ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 273).

Por essa razão, o “erro” deve ser entendido, nessa perspectiva, como uma escolha do falante - lexical, sintática, prosódica e de organização textual ou conversacional – que mesmo já estando posta no discurso, por algum motivo, é considerada, pelo falante ou pelo interlocutor, como inadequada. Logo, é possível afirmar, conforme Fávero, Andrade e Aquino (2006), que “as correções correspondem a um processo altamente interativo e colaborativo, colocando-se como um dispositivo dinâmico, em potencial da língua falada” (FÁVERO, ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 273).

No que diz respeito à definição de correção, segundo Toscano (1999), tem-se três posições diferenciadas. A primeira, de Sacks, Schegloff e Jeferson, os quais classificam a correção “como um tipo particular de ocorrências em um conjunto bastante variado de fenômenos, a reparação” (TOSCANO, 1999, p. 49). A segunda, proposta por Barros (1995), que define correção como “um ato de reformulação textual”, e a distingue em dois tipos: a reparação e a correção propriamente dita. Para essa autora, a reparação de um modo geral refere-se aos problemas de organização da conversação, isto é, àqueles referentes às violações de regras conversacionais. Já a correção propriamente dita, refere-se aos problemas de ordem fonético-fonológica, morfossintática e semântico-pragmática, isto é, a correção encaixa-se naqueles fenômenos que causam algum tipo de alteração no fluxo da informação ou sequencialidade do texto.

A outra posição é de Fávero, Andrade e Aquino (1998), as autoras “consideram a correção tanto a reformulação textual quanto a reformulação de ações” (TOSCANO, 1999, p.49). Toscano (1999), por sua vez, propõe que se “distingam atos de composição textual de atos reguladores da interação, porquanto se reformulam (no sentido de enunciar de novo) enunciados, mas não infrações conversacionais ou ações tidas como inadequadas” (TOSCANO, 1999, p.50). Para Toscano (1999), “qualquer enunciado pode, na verdade, ser alvo de uma correção, basta que o falante indique que ele contrasta com outro, anterior na

cadeia linear do texto, constituindo, dessa forma, a formulação pretendida” (TOSCANO, 1999, p.43).

Segundo Toscano (1999), a correção tem sido caracterizada em função dos traços semânticos e formais, aqueles concorrem para criar relação de contraste entre dois enunciados, e estes, por sua vez, materializam-se nas marcas que evidenciam essas relações. O contraste presente na correção relaciona, portanto, uma formulação (F2)²⁴ à outra (F1)²⁵, enunciada anteriormente na cadeia da fala.

No tocante às marcas que sinalizam a correção, Gülich e Kotschi (1987, apud FÁVERO, ANDRADE E AQUINO, 2006, p, 268) afirmam que, por meio de sua presença nos enunciados, é possível conceber os vários tipos de reformulações. A correção é acompanhada de um sinal que indicia seu caráter formulador. Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2006), é possível distinguir dois tipos de marcas:

a) as prosódicas: pausas, mudança entoacional, velocidade da elocução, alongamento e intensidade de voz.

b) as discursivas: quer dizer, bom, ah, ah bom, aliás, então, logo, não, ou, ahm, ahm ahm, hein, digamos assim, ou melhor, em outras palavras, perdão, desculpe etc.

Essas marcas (prosódicas e discursivas) se combinam com elementos não verbais, ou seja, se articulam comumente com outras instâncias extralingüísticas, como os gestos, o riso, o olhar.

As autoras afirmam ainda que há diferentes “graus” de contraste, que podem manifestar-se por incompatibilidade sêmica, morfossintática, informacional e segmental ou, simplesmente, por redirecionamento discursivo.

Conforme propõe Toscano (1999), as correções podem ser classificadas segundo “a natureza do erro corrigido, as fontes de produção, a motivação do ato corretor e a distribuição das mesmas na cadeia linear do texto” (TOSCANO, 1999, p. 81). As correções, quanto à “natureza do erro corrigido”, classificam-se em gramaticais (fonéticas, morfossintáticas ou semânticas), informacionais (relativas à adequação das informações às representações da realidade objetiva) e pragmáticas (concernentes às alterações no percurso do discurso e às mudanças de atitudes e expressão de sentimentos e opiniões). Quanto à fonte de produção, elas se subdividem em:

a) autocorreção: ocorrem quando a correção (F2) é realizada pelo próprio falante;

b) heterocorreção: quando a correção (F2) é produzida por qualquer locutor exceto por aquele que realizou a primeira formulação (F1).

Sobre a motivação para o uso dessas estratégias, tem-se correção automotivada, ou seja, aquela que ocorre por iniciativa própria do falante que corrige; e correção heteromotivada, quando o locutor corrige em função da intervenção do outro.

Por fim, no que diz respeito à distribuição das correções, Toscano (1999) afirma que é possível dividi-las em próximas e distantes. É considerada próxima toda a correção em que (F2) ocorra imediatamente depois de (F1) ou em que, entre elas, existam somente marcas e/ou reiteração de (F1); os casos que não satisfazem essas condições devem ser considerados como distantes.

Essa tipologia destaca os pontos que servem como referência, para o estudo da correção e, a partir dela, se torna possível investigar as relações que se estabelecem entre os participantes durante o evento comunicativo, bem como identificar as imagens de sujeitos e de discurso que se projetam ao longo desse evento.

²⁴ Segundo Toscano (1999), F2 refere-se à segunda formulação. (TOSCANO, 1999).

²⁵ Segundo Toscano (1999), F1 refere-se à primeira formulação. (TOSCANO, 1999).

Conforme Fávero, Andrade e Aquino (2006), as correções desempenham ainda diferentes funções interacionais, quais sejam, a busca por cooperação²⁶, no caso de heterocorreção, pois ao corrigir seu interlocutor, o falante encontra uma oportunidade de participar ativamente da conversa, já que nesse momento ele coopera para o desenvolvimento da interação – seja demonstrando seu envolvimento com o ouvinte ou sua atenção e interesse pelo que o outro tem a dizer; e a busca por intercompreensão, pois o falante que corrige pretende levar o ouvinte a compreender melhor seu projeto de dizer.

Ressalta-se também que, por meio da correção, o falante pode orientar o foco para o tópico discursivo e para as relações entre os interlocutores, podendo, nesse sentido, ser um recurso de preservação da autoimagem pública e da manutenção da face.

Ressaltamos, de igual modo, que a heterocorreção pode apresentar, dependendo do contexto de interação, um potencial ameaçador de face, já que ela nega o desejo de reconhecimento e aceitação do falante que proferiu o enunciado a princípio equivocado.

Essas atividades de formulação, observada sob uma ótica discursiva, está a serviço da criação de uma “teia de imagens” projetadas pelo sujeito, durante o processo interacional, as quais evidenciam o próprio “eu” e como se dão suas relações interpessoais.

2.3. Interação: o jogo de imagens

Goffman (1992), para os estudos conversacionais, ficou conhecido como grande colaborador dos estudos e pesquisas sobre as interações face a face, além de discutir noções cruciais para as análises conversacionais, tais como: interação focalizada, interação desfocalizada, enquadre, alinhamento etc.

Para ele, toda a atividade de um indivíduo em interação gera imagens de sujeitos. Segundo Santayana (1922, apud GOFFMAN, 1992, p.7): “as imagens (máscaras) são expressões controladas e ecos admiráveis do sentimento, ao mesmo tempo fiéis, discretas e supremas (...) são melhor dirigidas ao olhar e mais abertas à observação”. Segundo Park (1950, apud GOFMAN,1992), as imagens seriam literalmente máscaras que representam a concepção que formamos de nós mesmos. Para ele,

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel [...] É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos (PARK, 1950 apud, GOFFMAN, 1992, p. 27).

Portanto, a máscara (imagem) projetada, seria nosso mais puro “eu”, aquilo que verdadeiramente gostaríamos de ser, uma parte integrante de nossa personalidade.

Para Goffman (1992), as imagens podem ser equiparadas a toda e qualquer impressão real ou criada, que os sujeitos projetam dos outros e de si mesmo em uma dada interação. Segundo o autor, em toda interação há um constante jogo de imagens, ou seja, em um evento comunicativo, o falante faz uso de procedimentos linguístico-discursivos que revelam como ele se concebe e concebe o outro.

²⁶ A noção de cooperação adotada neste estudo refere-se à ideia de que cooperar é estar em interação, ou seja, é mostrar-se engajado no ato conversacional e, por esse motivo, o ato de corrigir, também pode ser compreendido como uma cooperação.

Segundo Toscano (1999), partindo da perspectiva dramaturgica, Goffman assemelha o mundo a um grande palco, no qual o indivíduo encena papéis, em conformidade com a situação social que se lhe coloca. Dessa forma, o perfil enunciativo de cada sujeito seria múltiplo e multifacetado, pois as “encenações” refletiriam uma dada situação enunciativa. Isso diferencia o indivíduo ator do ator propriamente dito, já que o ator recebe o “papel” previamente, bem como seus textos e, por isso, precisa desenvolver trejeitos nos chamados laboratórios, o que não ocorre com o indivíduo ator, que precisa encenar cotidianamente e, diferentemente do outro, não passa por laboratórios, pois, no caso deste, o discurso é construído e co-construído no momento da interação e na/pela relação com o outro.

Por essa razão, Goffman (1992) afirma que as imagens projetadas pelos indivíduos emergem como um mosaico, o qual se constrói a partir das diferentes interações. Isso se deve ao fato de que, para o referido autor, a própria vida pode ser comparada a uma encenação dramática. Nesse sentido, Goffman (1992) afirma que,

A noção geral de que fazemos uma representação de nós mesmos para os outros não é nenhuma novidade. O que deveria ser acentuado, para concluir, é que a própria estrutura do “eu” pode ser considerada segundo o modo como nos arranjamos para executar estas representações na sociedade (GOFFMAN, 1992, p. 230).

Portanto, as representações que fazemos de nós para os outros e para nós mesmos, fundamentam a estrutura de nosso “eu”. Logo, a própria noção do “eu” é arranjada, uma vez que tal estrutura é determinada pelos desdobramentos que fazemos em uma dada realidade enunciativa. Em suma, o próprio “eu” existe e forma-se em função das impressões, estas determinam as representações que serão executadas ou não. E as representações que fazemos, por sua vez, além de acentuar certos aspectos e dissimular outros, dizem da nossa essência, do nosso “eu”.

No estudo proposto por Goffman (1992), a personalidade encenada é considerada uma imagem já que, em sociedade “o personagem que alguém representa e o próprio indivíduo são, de certa forma, equiparados” (Goffman, 1992, p. 231). Em função dessa comparação, o “eu”, como personagem representado, não é algo orgânico que pode ser facilmente definido, ele é, segundo Goffman (1992), um “efeito dramático” que surge de uma determinada situação. Por essa razão, as imagens projetadas nem sempre podem ser atribuídas apenas ao seu possuidor (indivíduo), mas à situação inteira e a tudo que a constitui.

Segundo Goffman (1992), o “eu” é diferente do seu possuidor, já que o possuidor é apenas o corpo, a pessoa física, ou ainda o “cabide” onde se pendura por algum tempo uma dada impressão criada colaborativamente. Por isso, os meios para produzir ou projetar diferentes “eus” não residem no próprio indivíduo, mas sim nas diversas atividades, nos eventos sociais e, sobretudo, na relação com o outro, pois quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, consciente ou inconscientemente, ele projeta uma definição da situação, da qual uma parte importante é a percepção de si mesmo.

Conforme Goffman (1992), durante o processo interacional, são empregadas a todo o momento práticas preventivas as quais tem por objetivo auxiliar os interactantes a evitar situações embaraçosas, e também práticas corretivas, as quais são utilizadas “para compensar as ocorrências desabonadoras que não tenham sido evitadas com sucesso” (GOFFMAN, 1992, p.22). Fala-se ainda em práticas protetoras ou “diplomacia”, ou seja, aquelas que um participante emprega para salvaguardar a definição projetada pelo outro.

Toscano (1999) afirma, com base em Goffman (1992), que quando um indivíduo executa um determinado “papel”, lança mão de várias práticas defensivas para salvaguardar a imagem que ele projeta para os participantes com os quais interage. E, ao valer-se de práticas

corretoras e protetoras, o indivíduo projeta impressões de si mesmo e do outro, o que, por sua vez, pode (des) construir imagens (in) desejadas de si e do outro.

Segundo Park (1950, apud GOFFMAN, 1992, p. 27), a partir do momento em que o sujeito enuncia, mostra-se ao outro e a si mesmo, já que essa “encenação” representa a concepção de si e do papel que ele assume. Essas representações se constroem por meio da “fachada”, ou seja, “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação” (GOFFMAN, 1992, p.29). Tais fachadas podem ser classificadas por meio do cenário – a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que constituirão o suporte para o palco. Há ainda, a fachada pessoal, ou seja, os sinais que marcam a fachada do próprio ator, tais como: sexo, vestuário, idade, raça, altura, atitude, expressões faciais, gestos etc.

Nesse sentido, Goffman (1992) afirma, ainda, que é conveniente dividir os estímulos²⁷ que formam a fachada pessoal em:

- a) aparência: funcionam em um determinado momento para revelar o status social do ato;
- b) maneira: informam sobre o papel que o ator desempenha, em determinada situação.

As fachadas, por sua vez, modificam-se em função dos contextos interacionais e são uma consequência natural da organização social.

Segundo Goffman (1992), o indivíduo trabalha para preservar sua imagem, realizando o que Kerbrat-Orecchioni (2006) chama de “trabalho de figuração” (face work), isto é, “tudo o que uma pessoa empreende para que suas ações não impliquem perda diante de ninguém (nem de si mesma)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 80).

Assim, quando uma pessoa chega à presença de outra(s), pode existir alguma explicação para que ela atue do modo como lhe convém, naquela situação comunicativa, de forma que consiga projetar a impressão que lhe é conveniente (GOFFMAN, 1992). Às vezes, ela agirá de modo calculado, expressando-se de determinada maneira para causar a impressão que lhe interessa; outras vezes, mesmo agindo de modo calculado, ela terá pouca consciência do que faz; ou ainda, agirá intencionalmente, por talvez querer refletir a tradição do grupo ao qual pertence, ou não (GOFFMAN, 1992).

Esse “controle” sobre si restabelece, segundo o referido autor, “a simetria do processo de comunicação e monta o palco para um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, revelações falsas e redescobertas”. (GOFFMAN, 1992, p.17). Essa noção de simetria mencionada pelo autor é por vezes mantida em função do chamado “consenso operacional”, isto é, deve haver certo respeito entre os interactantes mesmo que as opiniões diverjam.

É possível afirmar que, em todo processo interacional, há a priori uma projeção inicial, que pode sofrer alterações e acréscimos ao longo da interação. Mas, uma vez já iniciada a interação, as projeções iniciais raramente são completamente descartadas, pois, segundo Goffman (1992), “na vida cotidiana, há uma clara compreensão de que as primeiras impressões são importantes” (GOFFMAN, 1992, p. 19).

Essas considerações de Goffman parecem confirmar o dito popular de que “a primeira impressão é a que fica”, e as primeiras impressões dentro do jogo interacional são muito importantes para a compreensão das imagens de sujeito que se projetam ao longo do evento comunicativo.

²⁷ Segundo Goffman (1992) aparência e maneira podem ser consideradas “estímulos”, pois são sinais relativamente móveis e transitórios, os quais podem variar, na representação, de um momento a outro.

Segundo Goffman (1992), dois princípios básicos, estruturadores das relações conversacionais, orientam o comportamento dos indivíduos em uma situação social:

1. a partir do momento que um indivíduo se projeta de determinada maneira, ele tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem da maneira esperada;
2. toda pessoa deve parecer o que de fato é, ou pelo menos o que demonstra ser implicitamente ou explicitamente.

Por fim, afirma-se que, sob essa perspectiva, o indivíduo é representado por duas partes: a primeira que se refere à posição de ator - um produtor e fabricante de impressões; e a segunda, que diz respeito à posição de personagem, ou seja, a representação do próprio indivíduo - “o eu”, portanto, como personagem representado, o qual tem por interesse primordial, na geração das impressões manifestadas ao longo do evento comunicativo, “saber se será acreditado ou desacreditado” (GOFFMAN, 1992, p. 231).

Segundo Goffman (1992), como seres humanos temos impulsos variados, estados de espíritos múltiplos que se alteram de um momento para o outro. Entretanto, quando nos revestimos de personagem diante de um determinado público, devemos “controlar” esses comportamentos sujeitos a altos e baixos, já que, é mais viável manter uma representação, de certa forma, homogênea. Segundo Santayana (1922, apud GOFFMAN, 1992), isso se deve ao fato de que “o processo de socialização não apenas transfigura, mas também fixa” (SANTAYANA 1922, apud GOFFMAN, 1992, p. 58) condutas e imagens projetadas.

Em suma, os estudos desenvolvidos por Goffman são de extrema relevância para compreender os meandros da fala em interação, bem como para desvelar os recursos e estratégias utilizados pelos interactantes para (des)construir imagens de si, dos outros e da situação enunciativa.

2.4. A Correção e as imagens de sujeito

A correção apresenta um papel considerável nos processos de construção do texto falado. Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2006), corrigir é produzir um determinado enunciado linguístico (ER)²⁸ que reformula o anterior (EF)²⁹, considerado equivocado aos olhos do interlocutor. A correção classifica-se como um claro processo de formulação retrospectiva, pois tem como escopo um enunciado já verbalizado.

Quanto às funções das correções, de modo geral, temos a macro função de garantir a intercompreensão entre os falantes. Além dessa função, há outras consideradas pontuais, tais como a função textual de precisão referencial e a função pragmática de demonstrar mudança de atitude do falante em relação ao conteúdo da proposição.

A propósito, observe as correções nos fragmentos, a seguir:

FRAGMENTO 11

D2: vocês chegam a comentar:: é::: a morte de alguém que vocês enterraram? com outro::: outro parceiro... outro companhei:::ro?

V: às vezes é:: a gente comenta assim::: ainda mais assim::: quando vai fazer sepultamento assim::: que a pessoa é muito... grande::: assim::: que... num dá ai::: na sepultura sabe?Como

125 tivemos *essa semana que passou*... não... segunda feira... segunda?... foi:: segunda... foi ontem... que nós enterramos três que::: todos três tivemos que::: rasgar a parede da sepultura porque não dava... eram muito gordo...

(20101V)

²⁸ Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2006) ER equivale a enunciado reformulador.

²⁹ Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2006) EF equivale a enunciado fonte.

No fragmento (11), o locutor V responde uma pergunta sobre as conversas que ocorrem durante ou após os sepultamentos realizados e, em sua resposta, corrige “*essa semana que passou*” por “*segunda feira*”. Trata-se de uma autocorreção motivada pelo próprio falante, evidenciada linguisticamente por uma marca prototípica de correção, a negação “*não*”, localizada entre EF e ER.

A correção identificada tem por função garantir a precisão referencial, pois o sujeito V “trabalha” a serviço das informações que compõem o conteúdo de seu discurso. Ao fazer uso da correção, o falante manifesta sua “preocupação” no que tange aos acontecimentos narrados, e corrige EF, na tentativa de ser mais fidedigno a eles.

Ao se corrigir, ele projeta a imagem de um sujeito que “trabalha” para prover informações “verdadeiras” e, conseqüentemente, um sujeito preocupado com sua autoimagem pública.

A seguir, temos outros exemplos de autocorreção com a função de garantir a precisão referencial:

FRAGMENTO 12

D1: cada dia é uma...

185 J: logo quando eu entrei de coveiro aqui... nesse cemitério... o meu primeiro *sepultamento* que eu fui fazer... na verdade... eu não fui fazer o sepultamento... eu fui fazer uma exumação:... fui retirar né... pra... pra levar pra outro lugar... e eu fiquei:... eu fiquei eh:... tão coisa assim... de vê que:: era trinta anos que tava enterrado... o corpo do coronel fon/o coronel Barata... num sei se vocês já ouviram falar...

(20102J)

No fragmento (12), o sujeito J discorre sobre o que acha de seu local de trabalho, o cemitério e, em seu relato, efetua uma correção, substituindo “*sepultamento*” por “*exumação*”. Tal correção é reforçada pela negação do EF, por meio da expressão “*eu não fui fazer o sepultamento*”, localizada entre o EF e o ER.

Neste sentido, percebe-se ainda que o sujeito vale-se da expressão “*na verdade*”, localizada entre o EF e o ER, que, neste caso, anuncia a correção, que ocorrerá posteriormente, ou seja, essa expressão ratifica a afirmação de Fávero, Andrade e Aquino (2006) de que a correção pode vir acompanhada de uma marca discursiva ou prosódica que indique seu caráter reformulador.

Ao corrigir, o interactante busca a intercompreensão, porquanto pretende precisar que o fato relatado refere-se a uma exumação. A correção, neste caso, também projeta a imagem de um sujeito que “trabalha” para ser “fiel” aos acontecimentos e, conseqüentemente, que espera ser considerado “digno de confiança”.

Apresentam-se, a seguir, os últimos exemplos de autocorreção com a função de garantir a precisão referencial:

FRAGMENTO 15

D1: ah tah:: e como foi que o senhor se tornou coveiro?

JS: [...] e:: já depois de eu conhecendo um administrador aqui... por nome Fernando...

50 que *era* muito meu amigo ele... era não... é né::... e ele... me passou... pra trabalhar de coveiro... até porque... ele dizia que::... ele queria que... que ele tivesse trabalhando de dia que... ele gostava de mim né::... aí... ele que me passou pra trabalhar de coveiro...

(20103JS)

Neste fragmento, o sujeito JS responde a pergunta “*como você se tornou coveiro?*” e, em sua resposta, corrige o EF “*era*” pelo ER “*é*”.

Ao valer-se da correção, o falante facilita a compreensão do outro sobre a temporalidade dos fatos narrados e ressalta os vínculos de amizade de longas datas que mantém com o sujeito que refere em sua fala, o administrador.

A correção projeta, portanto, a imagem de um sujeito preocupado com sua autoimagem pública, uma vez que demonstra a preocupação deste com a precisão referencial do discurso que constrói.

No fragmento (17), o sujeito J também discorre sobre a possibilidade de prestar outros serviços no cemitério:

FRAGMENTO 17

255 D1: então quer dizer que o senhor num presta serviço como:... leteiro... como... eh::... zelador... ou já prestou... nunca prestou?

J: não... tem colegas ai que... fazem isso né... digamos né:... o coveiro... mas eu::... eu também não quero ser melhor de que ninguém... *mas eu::... sô... eu acho que eu sou* o único coveiro que... não se entrosa né:: digamos assim... nesses... nessas outras áreas.. né...

(20102J)

Durante a resposta de J, há a correção do EF “*mas eu sou*” pelo ER “*eu acho que eu sou*”. Nesse caso, o locutor corrige EF pelo ER com a finalidade de preservar sua face, pois a correção tem por objetivo mitigar a força ilocucionária da afirmação verbalizada e enquadrar o enunciado como uma questão de opinião. Nota-se, portanto, que, neste caso, a correção tem a função pragmática de expressar mudança de atitude do falante em relação ao que afirma.

Com isso, o falante projeta a imagem de um sujeito menos taxativo, já que enquadra o conteúdo de sua proposição como uma questão de opinião, reduzindo, por sua vez, seu comprometimento em relação ao estado de coisas referido no e pelo discurso.

Além das autocorreções, foram identificados exemplos de heterocorreções com função de garantir a precisão referencial, como vemos nos fragmentos

FRAGMENTO 18

D1: então o senhor era uma criança assim:: que:: brincava aqui pelos *arredores do cemitério*

V: arredores do cemitério... me criei *dentro do cemitério*

(20101V)

No fragmento (18), o locutor V corrige o enunciado “*arredores do cemitério*”, produzido pelo interlocutor por “*dentro do cemitério*”, para precisar o referente, já que as informações contidas no EF, não correspondem às representações da realidade objetiva dos fatos.

Neste caso, o falante V primeiramente incorpora o enunciado matriz “*arredores do cemitério*” proposto pelo interlocutor, isto é, reconhece-o e valoriza-o, para só depois, corrigi-lo pela expressão “*dentro do cemitério*”. Nesse sentido, a R projeta a imagem de um sujeito preocupado em ser fidedigno às representações dos estados referidos no discurso.

No fragmento (19), o sujeito responde a uma pergunta sobre o motivo das constantes visitas a determinadas sepulturas e, em sua resposta, ele corrige a contribuição do interlocutor (D1):

FRAGMENTO 19

J: isso... entendeu... bota as plaquinhas... né:: de graça alcançada... estudante né::... vai lá através daquela pessoa... cria uma fé né... e::... consegue e... depois vem pagar... a sua... a sua...

D1: *a sua graça...*

J: a sua graça né... a sua dívida... aquela pedrinha ali com o nome...

(20102J)

A exemplo do fragmento anterior, o locutor J primeiramente incorpora a contribuição do interlocutor por meio da repetição do EF “*a sua graça*”, para somente depois corrigi-la pelo ER “*a sua dívida*”.

A repetição do enunciado “*a sua graça*” evidencia o reconhecimento do outro, constituindo assim, uma estratégia que prefacia o ato ameaçador de face, a heterocorreção. Neste caso, a correção projeta a imagem de um sujeito que quer mostrar fidedignidade no provimento das informações.

A análise nos permite observar que a correção pode assumir funções diferenciadas, se considerarmos a natureza do erro: informacional (correções com função de precisão referencial) ou pragmático (correções com função de demonstrar mudança de atitude do falante). Com base nesses tipos de erros e suas respectivas funções, projetam-se imagens de sujeito diferenciadas, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 1: Ocorrências de Correção no *corpus*

FONTE DE PRODUÇÃO	FUNÇÃO	IMAGENS PROJETADAS
AUTOCORREÇÕES	precisão referencial	sujeito preocupado em ser fidedigno no provimento das informações, sujeito preocupado com sua autoimagem pública
	demonstrar mudança de atitude	sujeito menos taxativo
HETEROCORREÇÕES	precisão referencial	sujeito preocupado em ser fidedigno às representações dos estados referidos no discurso

Fonte: Análise dos dados, 2011.

De acordo com o quadro acima, as autocorreções com a função de precisão referencial são motivadas, neste *corpus*, por erros informacionais, ou seja, são relativas à adequação das informações às representações dos fatos narrados. Por esse motivo, as imagens de sujeito projetadas pelas correções informacionais correlacionam-se a “ser verdadeiro”, “ser fidedigno” aos estados de coisas discursivizado, e, em consequência, “ser acreditado” pelo outro.

As autocorreções com a função de demonstrar mudança de atitude do falante foram motivadas por erros pragmáticos, os quais se referem, neste caso, às alterações de atitude, expressões de sentimentos e opiniões. Nesse sentido, projetou-se a imagem de um sujeito menos taxativo, atento, portanto, às relações intersubjetivas que se constroem no decurso da interação.

As heterocorreções, identificadas no *corpus*, buscam assegurar a precisão referencial, pois o falante corrige as informações propostas por D1 por elas não condizerem com a realidade objetiva dos fatos narrados. Por essa razão, projetou-se a imagem de sujeito preocupado em ser fidedigno nos provimento das informações.

As heterocorreções identificadas no *corpus*, apresentaram pouca frequência e quando ocorreram, foram prefaciadas por estratégias de polidez, já que neste contexto de interação (uma entrevista), as heterocorreções podem apresentar um potencial ameaçador de face.

3. Algumas Considerações

Considerando os objetivos a que este estudo se propôs, verifica-se que, de maneira geral, eles foram atingidos, ou seja, apontaram-se as imagens de sujeito projetadas pelas correções presentes no discurso dos coveiros dos cemitérios públicos de Belém. Ademais, destacou-se a correlação entre as imagens de sujeito projetadas pelos coveiros das necrópoles públicas de Belém e a correção enquanto atividade de formulação textual, tendo em vista as relações interpessoais estabelecidas e o contexto de enunciação.

O recorte teórico escolhido possibilitou, de certa forma, um tratamento satisfatório quanto ao estudo das imagens de sujeito projetadas diante de si e do outro em situações reais de uso da língua falada. Essas imagens foram observadas a partir das correções, que evidenciaram, por sua vez, como o sujeito se concebe e concebe o outro a partir do contexto interacional, da entrevista. Nesse sentido, é possível afirmar que, os meios para projetar diferentes imagens não residem no próprio indivíduo, mas na relação como outro nas diversas atividades e situações sociais, a que os falantes estão engajados.

Uma observação de suma importância que precisa ser explicitada, refere-se à ocorrência e frequência de heterocorreções no *corpus* analisado. Na verdade, foi possível perceber que as heterocorreções, presentes nos *corpus*, tiveram sua força ilocucionária mitigada, ou seja, elas foram prefaciadas por estratégias de polidez. Isso se deve ao potencial ameaçador de face das heterocorreções em contextos formais de interação, em que os interactantes mantêm vínculos de amizade pouco estreitos, no caso da pesquisa em questão, o vínculo entre entrevistador e entrevistado eram tênues, o que confirma essa assertiva.

No quadro geral das interações, a correção, enquanto atividade formulativa, revelou-se bastante produtiva na geração de imagens de sujeito, evidenciando que a formulação é orientada por desejos de si e do outro. Ao introduzir tais questões, refletimos sobre o papel que a situação social desempenha na comunicação face a face.

De um modo geral, as imagens de sujeito, projetadas pelos coveiros, foram produzidas em função das necessidades textuais ou discursivas dos falantes. Nesse sentido, as imagens identificadas foram “fruto” ou do contexto interacional e relações interpessoais estabelecidas ou do “esforço” em planejar melhor seu discurso e participação na interação.

Acreditamos que ainda há muito o que se investigar no que tange à relação entre geração de imagens e atividades de formulação; estudos que correlacionem os diversos contextos enunciativos em que os indivíduos estão engajados, com as impressões que se projetam no discurso e por meio dele. Essa correlação poderia, de certa forma, auxiliar na compreensão dos aspectos que motivam a projeção de determinadas imagens de sujeito, em situações reais e específicas de uso da língua falada. Por ora, interessou, a este trabalho, tratar apenas das imagens projetadas pelos coveiros dos cemitérios públicos de Belém, por meio de atividades de formulação textual, no contexto de uma entrevista.

Essa pesquisa pretendeu ser uma contribuição aos estudos referentes à modalidade oral da língua falada em contextos reais de uso, promovendo reflexões sobre a relação entre imagens de sujeito e atividades de formulação textual. Não se trata de um estudo exaustivo, nem de um “olhar” único sobre as representações que os sujeitos fazem de si e dos outros, mas, certamente, um caminho possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D.L.P. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (org.) **Análise de textos orais**. 2ª Ed. São Paulo: FFLCH\USP, 1995 (PROJETOS PARALELOS: V.1).
- CASTILHO, A.T de. **A língua falada no ensino do português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M.L. da C. O.; AQUINO, Z.G. O. Atividades de Reformulação III. In: **Oralidade e Escrita: perspectiva para o ensino de língua**. São Paulo: Cortes, 2005.
- _____. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. (M.C.S. Raposo, Trad.). 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- HILGERT, J.G. (1993) Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: CASTILHO, A. T. de (org.) **Gramática do português falado, vol. III: As abordagens**. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp\FAPESP, 2002.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola, Editorial, 2006.
- KOCH, I. V. SILVA. M. C. P. de S. Especificidade do texto falado. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- MARCUSHI, L.A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. V. (org.) **Gramática do português falado**, vol. VI: Desenvolvimentos. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp\FAPESP, 2002.
- _____. Hesitação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- TOSCANO, M.E.S. **A construção do texto falado e a produção dos sentidos: o caso da correção**. São Paulo: USP, 1999. Tese de doutoramento.